

VOL. 2 N. 3

ÂNDÉ

CIÊNCIAS E HUMANIDADES



Universidade Federal do ABC

Revista Îandé – Ciências e Humanidades

Editores

Prof. Dr. Leonardo Freire de Mello

Prof^a. Dr^a. Paula Priscila Braga

Equipe Editorial

Sara Aparecida de Paula

Hugo da Silva Carlos

Isabela Nogueira Ambrósio

Conselho editorial

Presidente: Prof. Dr. Marcos Vinícius Pó

Vice-presidente: Profa. Dra. Paula Braga

Prof^a Dra. Fernanda Graziella Cardoso - Bacharelado em Ciências Econômicas

Prof^a Dra. Mônica Schoreder- Bacharelado em Ciências Econômicas

Prof. Dr. Bruno Nadai - Bacharelado em Filosofia

Prof. Dr. Victor Ximenes Marques - Bacharelado em Filosofia

Prof^a Dra. Carolina Moutinho Duque de Pinho - Bacharelado em Planejamento Territorial

Prof^a Dra. Vanessa Lucena Empinotti - Bacharelado em Planejamento Territorial

Prof. Dr. Adalberto Mantovani Martiniano de Azevedo - Bacharelado em Políticas Públicas

Prof^a. Dra. Maria Luiza Levi Pahim - Bacharelado em Políticas Públicas

Prof^a. Dra. Tatiana Berringer de Assumpção - Bacharelado em Relações Internacionais Prof.

Dr. Antonio Marcos Roseira - Bacharelado em Relações Internacionais

Prof^a Dra. Marília Mello Pisani - Licenciatura em Filosofia

Prof. Dr. André Luis La Salvia - Licenciatura em Filosofia

Capa

Fotografia: Rennan Willian da Silva

Editoração: Hugo da Silva Carlos

Parcerias



Sumário

v.2, n.1, Jul/2018

NOTA DOS EDITORES 5

Paula Priscila Braga, Leonardo Freire de Mello

Contribuições feministas para o pensamento decolonial: reflexões acerca das filosofias de Enrique Dussel e Aníbal Quijano.....6

Amanda Soares de Melo

As desigualdades no acesso ao ensino de qualidade no Brasil: uma perspectiva histórica.....20

Andressa Regina Vizin

O discurso do terrorismo no pós-segunda guerra mundial e suas consequências na ditadura militar da Argentina (1976 – 1983.....31

Heloísa Cristina Ribeiro

A inclusão educacional de pessoas com deficiência nas universidades federais sob a perspectiva da Lei 13.409/2016.....45

Lorena Ismael Fernandes

Os lugares de memória operária versus a gentrificação: o caso da praça do forró, em São Miguel Paulista.....58

Lucas de Paula Landin

Comunidade Andina de Nações e Aliança do Pacífico: modelos de integração regional.....70

Paulo Henrique Campos Gal

Ensaio acerca da ascensão e queda da visão ortodoxa de ciência: a questão dos juízos sintéticos *a priori*.....86

Pedro Casalotti Farhat

Bioeconomia e suas aplicações.....105

Rafael Gouveia Mejias

NOTA DOS EDITORES

A Revista *Ândé* chega ao terceiro número de seu segundo volume. Para uma revista cujo título significa “nós todos”, essa edição não poderia ser mais feliz: recebemos dezenas de submissões espontâneas, que continuam em avaliação e editoração para os próximos números; a quantidade de pareceristas que voluntariamente trabalham na avaliação das submissões cresceu (e esperamos que, a cada edição, mais docentes estejam cadastrados no sistema da revista, garantindo que os artigos sejam examinados por pesquisadores especialistas); a fotografia da capa da revista é de um de nossos alunos de graduação, Rennan Willian da Silva, a quem agradecemos a colaboração; finalmente, os temas dos artigos aqui apresentados refletem a riqueza da interdisciplinaridade, um dos pilares da UFABC.

Nós todos da UFABC estamos implicados no tema da melhoria do ensino no Brasil, abordado no artigo de **Andressa Regina Vizin**, e nas políticas de inclusão e ampliação do acesso universal ao ensino, assuntos pesquisados por **Lorena Ismael Fernandes**. Coincidindo com a criação do Bacharelado em Biotecnologia na UFABC, o artigo de **Rafael Mejias** traça o histórico da Bioeconomia no Brasil. A partir de textos de quatro autores clássicos da Filosofia da Ciência, campo fundamental no projeto pedagógico da UFABC, a pesquisa de **Pedro Farhat** discute alguns pressupostos do conhecimento científico. **Lucas de Paula Landin** parte de um caso sobre urbanização, para deslindar a relação entre cultura e política. Por fim, este é um número da *Ândé* que ressalta o que por vezes esquecemos: pesquisamos e escrevemos a partir de um lugar específico do planeta, a América Latina, e é desse lugar que nos falam os trabalhos de **Amanda Soares de Melo, Heloísa Cristina Ribeiro e Paulo Henrique Campos Gal**.

Há futuro à vista quando alunos de graduação enxergam o mundo com tamanha intensidade e amplitude de pensamento. Boa leitura!

Leonardo Freire de Mello e Paula Priscila Braga

Julho/2019

CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA O PENSAMENTO DECOLONIAL: REFLEXÕES ACERCA DAS FILOSOFIAS DE ENRIQUE DUSSEL E ANÍBAL QUIJANO

Amanda Soares de Melo¹

Resumo

O presente trabalho consiste em uma análise das teorias do pensamento decolonial latino-americano, mais especificamente de Quijano e Dussel, a partir de uma perspectiva feminista que abrange os problemas de gênero na construção da colonialidade e da decolonialidade. As filosofias de Dussel e Quijano, assim como de outros autores decoloniais, trouxeram excelentes ferramentas teóricas para pensar a condição de subordinados no mundo. No entanto, submetidos ao escrutínio feminista, eles ainda revelam traços de um pensamento masculinista, que é incapaz de cobrir adequadamente a experiência das mulheres. Algumas reflexões do pensamento feminista latino-americano de Breny Mendonza e Maria Lugones sobre essas teorias podem melhorar a compreensão das relações de gênero no contexto colonial/decolonial.

Palavras-chave: feminismo decolonial, pós-colonialismo, estudos subalternos, filosofia da libertação.

Abstract

The present work consists of an analysis of Latin American decolonial thought theories, more specifically of Quijano and Dussel, from a feminist perspective that covers the problems of gender in the construction of coloniality and decoloniality. The philosophies of Dussel and Quijano, as well as of other decolonial authors, have brought excellent theoretical tools to think of the condition of subordinates in the world. However, undergoing feminist scrutiny, they still reveal traces of a masculinist thinking, which is unable to adequately cover the experience of women. Some reflections of Breny Mendonza and Maria Lugones' Latin American feminist thinking on these theories may enhance the understanding of gender relations in the colonial / decolonial context.

Keywords: decolonial feminism, post colonialism, subaltern studies, philosophy of liberation.

¹ Universidade Federal do ABC. E-mail: 010amanda@gmail.com

Pensamento decolonial e pós-colonial: aproximações e diferenças

Um dos graves efeitos do imperialismo e do colonialismo nas regiões sul-americanas foi o epistemicídio decorrente da imposição de valores eurocêtricos, incluindo o patriarcalismo, sobre os povos nativos e escravizados. O imperialismo exportou para o mundo toda uma lógica de pensamento que passou a ser dominante, cujos traços são amplamente reconhecidos pelas categorias universais, hegemônicas, binárias, dicotômicas e hierárquicas – de gênero, orientação sexual, raça/etnia, classe social e localização (centro-periferia). A centralidade na razão europeia dificultou, por muito tempo, um pensamento reflexivo sobre a condição subalterna dos povos nativos desde os intelectuais da região. No artigo “*A filosofia da libertação frente aos estudos pós-coloniais, subalternos e a pós-modernidade*”, Dussel traça um panorama do pensamento pós-colonial e suas interfaces com o pensamento latino-americano, que traz para a filosofia uma nova racionalidade política, crítica do universalismo, seja ele dogmático ou fundacional, partindo de posições consideradas não tradicionais.

Pode-se dizer, seguindo Dussel, que o pensamento latino-americano exerce certo pioneirismo na problematização da herança europeia. Em meados da década de 1940, na América Latina, temos um notável interesse por parte de filósofos como Augusto Salazar Bondy, Leopoldo Zea, Artur Ardão ou Francisco Romero, de continuar a reflexão acerca do pensamento latino americano iniciada no século XIX por Juan Batista Alberdi. Tratava-se, entre outras coisas, de se pensar a emancipação da *nuestra* américa frente ao pensamento herdado da colonização, seus limites e possibilidades. No ambiente europeu, a autocrítica só iria se fundar, a partir dos anos setenta, com Michel Foucault sendo protagonista dessa reflexão. Foucault se opusera às posições metafísicas e a-históricas do marxismo teleológico, isto é, aquele que invoca o proletariado como um “sujeito messiânico”, que tece o curso necessário e progressivo da história, que afirma o poder macroestrutural como o único existente. Além dele, temos Deleuze, Derrida e Lyotard contra a razão moderna, pensada sob a categoria de totalidade de Emmanuel Lévinas. O livro “*A condição pós moderna*” (1979) de Lyotard, torna-se um manifesto desse movimento, que não se limita à crítica do marxismo, mas extrapola para a crítica da vertente universalista de terror e violência contida na racionalidade moderna. Frente a essa unicidade, eles apelam para a diferença, a multiplicidade, a pluralidade, a fragmentariedade, a desconstrução de todo macro relato (DUSSEL, 2017, p. 3237).

O movimento pós-moderno chega na América Latina no final dos anos de 1980, tomado por intelectuais com o objetivo de se evadir dos dualismos de centro-periferia, atraso-progresso, tradição-modernidade, dominação-libertação e transitar pela heterogênea,

fragmentária, diferencial cultura transnacional urbana (DUSSEL, 2017, p. 3236). Um dos representantes dessa corrente é o pensador Santiago Castro-Gómez que tece críticas ao pensamento progressista latino-americano, constituído por Vásquez, Hinkelammert, Guadarrama, Roig, Zea, Salazar Bondy etc. A crítica consiste que em todos esses casos, sob a pretensão de criticar a Modernidade, estes filósofos não conseguem sair da Modernidade pois recuperam conceitos como sujeito, história, dominação, dependência externa, classes sociais oprimidas, massas populares, exterioridade, libertação, esperança, etc. Falar então de macro-instituições como o Estado, a nação, o povo, das narrativas épicas heróicas seria ter perdido o sentido do micro, heterogêneo, plural, híbrido e complexo (DUSSEL, 2017, p. 3237). De forma semelhante, E. Dussel complementa a crítica de Castro-Gómez ao afirmar que Foucault critica certas formas de sujeito, enquanto valoriza outras; critica as formas de se fazer história desde leis a priori, mas revaloriza uma história genética epistemológica. Para ficar mais claro, ele parafraseia Eduardo Mendieta: “a pós-modernidade perpetua a intenção hegemônica da modernidade e da Cristandade ao negar a outros povos a possibilidade de nomear a sua própria história e de articular seu próprio discurso autorreflexivo” (MENDIETA, 1998, p. 159 *apud* DUSSEL, 2017, p. 3238).

Autores como Foucault, Lacan e Marx, ou Lévinas acabaram por influenciar o desenvolvimento de filosofias pós-coloniais, que surgem da necessidade de uma crítica para além dos pressupostos da modernidade, sendo ela mais radical e politicamente efetiva ao expressar o compromisso político com os “subalternos” da periferia global. É o caso do grupo *Subaltern Studies*, cujo principal objetivo era “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (BALLESTRIN, 2013, p. 92). De forma paralela, esse grupo acabou por reforçar o pós-colonialismo como um movimento epistêmico, intelectual e político.

Na década de 1980, os *Subaltern Studies* ganharam repercussão internacional. Pouco tempo depois, Spivak publicou um artigo que se tornou um marco do pós-colonialismo: “Pode o subalterno falar?”. Nesse artigo, a autora critica a prática discursiva intelectual de autores como Deleuze e Foucault, incluindo próprios membros do grupo, que pretendem falar em nome do sujeito subalterno, enquanto este, é aquele cuja voz não pode ser ouvida; Para ela “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do ‘subalterno’” sem que esse ato seja imbricado no discurso hegemônico” (BALLESTRIN, 2013, p. 93. Nesse caso, o “subalterno” permanece silenciado e aparece como constituição de mais um “outro”, uma classificação essencialista que acaba por não incorporar a noção de *différance* ou hibridismo. Para a autora, o intelectual pós colonial, ainda que queira, não pode falar pelo “subalterno”.

Já em 1992, intelectuais latino-americanos e americanistas fundaram o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, inspirado no grupo asiático. O manifesto inaugural foi traduzido por Santiago Castro-Gómez para o espanhol apenas em 1998, com o nome de “*Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos*”. Esse manifesto inaugural incorporava vários dos temas abordados pelos indianos, a partir dos quais se pretendia avançar para uma reconstrução da história latino-americana das últimas duas décadas (BALLESTRIN, 2013, p. 95). A partir desse manifesto, a América Latina foi a inserida no debate pós-colonial. Contudo, Walter Mignolo, a voz mais crítica e radical do grupo latino americano de estudos subalternos, demonstrou seu descontentamento quanto a essa perspectiva. Ele faz uma crítica a forma como a América Latina importa o debate pós-colonial, pensa que os textos dos teóricos indianos não deveriam ser simplesmente assumidos e traduzidos para análise direta da experiência latino-americana. Para ele, a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava oculta no debate. A história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno. Mignolo afirma que as teorias pós-coloniais têm seu lócus de enunciação nas heranças coloniais do império britânico e que é preciso, por isso, buscar uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu lócus na América Latina (BALLESTRIN, 2013, p. 95).

Devido às divergências, o grupo teve seu fim em 1998, ano em que ocorreram os primeiros encontros entre os membros que, posteriormente, formariam o Grupo Modernidade/Colonialidade. Ramón Grosfoguel, ao narrar seu descontentamento com o projeto do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, atribuiu duas razões para sua dissolução: incapacidade do grupo em romper com a episteme, ao seu ver, ainda centrada no Norte e a divergência quanto ao que caracterizava a subalternidade de uma crítica: “a crítica eurocêntrica ao eurocentrismo (pós moderna)” ou “a crítica que parte dos saberes dos povos silencializados (decolonial)” (BALLESTRIN, 2013, p. 96). Assim, para aqueles que tomaram o partido da última fazia-se necessário transcender epistemologicamente, ou seja, descolonizar a epistemologia de seus cânones ocidentais. Entre os membros do novo grupo estavam: Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Oscar Guardiola, Zulma Palermo e Freya Schiwy. A bem da verdade, desde os anos setenta, muitos dos integrantes do grupo já haviam desenvolvido linhas de pensamento próprias, como é o caso de Dussel e a Filosofia da Libertação e de Quijano e sua Teoria da Dependência.

No caso da Filosofia da Libertação de Dussel, dá-se o surgimento quase ao mesmo tempo que o grupo “*Subaltern Studies*”. Sua originalidade reside, entre outras coisas, em mostrar para o mundo que, sob um horizonte da metrópole/colônia, o “excluído” e “vigiado” no manicômio e na prisão panóptica de Foucault, havia sido antecipado em séculos pelo índio excluído vigiado nas “reduções”, povos e doutrinas da América Latina desde o século XVI (DUSSEL, 2017, p. 3242). De forma similar, o negro vigiado na senzala junto à Casa Grande havia surgido em 1520 em Santo Domingo, quando terminou exploração do ouro dos rios e começava a produção de açúcar. Partindo do Outro de Lévinas, que se denomina pelo “distinto” (porque a “diferença” se definia desde a “identidade”) (DUSSEL, 2017, p. 3242), podemos ver o excluído e vigiado de Foucault. A Filosofia da Libertação toma emprestado esse conceito não sem fazer oposição ao próprio Lévinas, que somente pensava no contexto Europeu e sem pensar criticamente a responsabilidade da vulnerabilidade do Outro (DUSSEL, 2017, p. 3242).

Em linhas gerais, para Dussel, o filósofo tem a responsabilidade de lutar pelo Outro; seja a mulher oprimida pelo machismo, as gerações futuras com a Terra destruída, a criança no sistema de educação bancário etc. Assim, se abre a qualquer ser humano que sofre como o Outro, uma sensibilidade ética que saiba indignar-se frente à injustiça sofrida por ele. Para isso, se faz necessário ferramentas teóricas e, isso englobaria o pós-moderno, embora não sejam suficientes para a práxis da libertação (DUSSEL, 2017, p. 3243). Dessa forma, o autor adverte que quaisquer dualismos como centro-periferia, desenvolvido-subdesenvolvido, enquanto superficial ou reduzidamente utilizados, deve ser superado. Porém, superado não quer dizer que se pode “decretar” sua negação (fazendo alusão ao pensamento “pós-moderno”). Supor que não há dominadores nem dominados, nem centro nem periferia, seria cair em um erro grave. As lutas são inúmeras (a da mulher, ecologistas, as raças discriminadas, nações dependentes). O proletariado não é um “sujeito metafísico” eterno, mas pode ser um sujeito coletivo, intersubjetivo, que apareça e possa desaparecer em certas idades históricas. Em sua visão, a Filosofia da Libertação tem recursos teóricos para afrontar os desafios presentes, usando meta-categorias como totalidade e exterioridade como referências abstratas e globais que devem ser medidas pelas microestruturas de poder, no qual ninguém poderia se declarar inocente. Esses ferramentais teóricos devem ser reconstruídos desde a América Latina (DUSSEL, 2017, p. 3247).

Em Teoria da Dependência, de 1989, Quijano desenvolve um conceito que é amplamente usado pelos autores latino americanos, a colonialidade de poder (BALLESTRIN, 2013, p. 100). Esse conceito exprime que as relações de colonialidade nas esferas econômica

e política não se esgotaram com a destruição do colonialismo. Com isso, Quijano procura denunciar “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” e “atualizar e contemporizar processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 100).

Esse conceito mostra como se dá a estruturação do sistema-mundo moderno/colonial que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia racial das cidades globais. Os Estados-Nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN (GROSFOGUEL, 2008, p. 126 *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 100). Ainda que não estejam sobre uma administração colonial, as zonas periféricas do mundo ainda se mantêm numa situação colonial. A colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser e, mais do que isso, “a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva” (MIGNOLO, 2003, p. 30 *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 100).

Para Quijano, raça, gênero e trabalho foram as três linhas principais de classificação que constituíram a formação do capitalismo mundial colonial/moderno no século XVI. É nessas três instâncias que as relações de exploração/dominação/conflito estão ordenadas. O racismo é considerado como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (MIGNOLO, 2003, p. 30 *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 101). Se a raça é uma categoria mental da modernidade, tem-se que seu sentido moderno não tem história conhecida antes da América. Para Mignolo, “pensar a conceitualização da colonialidade como constitutiva da modernidade é já colocar o pensamento de-colonial em marcha” (MIGNOLO, 2008, p. 249 *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 105). Assim, podemos entender o pensamento decolonial ou giro decolonial como um movimento de resistência teórico e prática, política e epistemológica, à lógica da modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2008, p. 249 *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 105). Segundo o autor, as origens da ideia de decolonialidade estavam já contidas em Quijano e Dussel de forma conjunta. O primeiro, desde seu artigo no qual desenvolve a ideia de colonialidade do poder, é claro quanto à necessidade de descolonização; o segundo, por sua vez, trouxe a noção de trans-modernidade: a modernidade que nasce em 1492, com o “descobrimento”. Sua real superação se dá pela subsunção de seu caráter emancipador racional europeu transcendido como projeto

mundial de libertação de sua Alteridade negada: a trans-modernidade (nos campos políticos, econômicos, ecológicos, religiosos) (MIGNOLO, 2008, p. 249 *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 107). A trans-modernidade de Dussel propicia a pluralidade como projeto universal.

Cabe ainda dizer que embora se assuma a influência do pós-colonialismo, como vimos, o Grupo Modernidade/Colonialidade recusa a filiação a essa corrente. O mesmo se aplica às outras influências recebidas que possibilitaram o surgimento e o desenvolvimento da construção teórica do grupo. A teoria pós-colonial tem uma relação maior com o pós-estruturalismo europeu (Foucault, Lacan e Derrida) e as experiências intelectuais nas ex-colônias inglesas da Ásia e África do Norte (MIGNOLO, 2008, p. 249 *apud* BALLESTRIN, 2013, p. 108). Assim, a decolonização se afasta do mainstream do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder, desde a América Latina.

Críticas feministas ao debate decolonial

Sem a pretensão de esgotar a riqueza da argumentação, apresentarei algumas contribuições do pensamento feminista latino americano de Breny Mendonza e Maria Lugones, para o pensamento decolonial latino americano, a partir da análise por elas realizada das teorias de A. Quijano e E. Dussel. Nota-se que a baixa participação das mulheres no grupo de Modernidade/Colonialidade, contradiz a tese de diálogo aberto e constante com o feminismo latino americano e pode ser a causa do problema, por elas diagnosticado, que impõe dificuldades para pensar a condição das mulheres, a partir dessas teorias.

Colonialidade de gênero x Colonialidade de poder

Segundo Quijano, como já dissemos, a ideia de raça é considerada “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo”. Ela surge com a ideia de “descobrimento” e serve para reclassificar socialmente e de forma estratificada as pessoas das colônias segundo sua relação com cristianismo, a pureza de sangue e as línguas europeias. Assim, a ideia de raça reordena todas as áreas básicas da existência humana, que engloba todas as lutas de poder pelo controle dos recursos e dos produtos que delas derivam: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade e intersubjetividade. A partir desta perspectiva, a ideia de raça reordena regimes de gênero preexistentes nas sociedades colonizadas e antes de sua colonização. O gênero é, portanto, subordinado à lógica de raça, talvez como antes o gênero foi subordinado à categoria de classe. Lugones reconhece o poder desse conceito e daí deriva seu conceito de ‘colonialidade de gênero’. No entanto, baseia-se

em uma crítica construtiva dos preconceitos de gênero que ela considera implícita na definição de Quijano da colonialidade do poder. Segundo Lugones, na narrativa lógica do conceito de colonialidade do poder, Quijano comete o erro de supor que o gênero, e até mesmo a sexualidade, são necessariamente elementos estruturantes de todas as sociedades humanas. Supondo aprioristicamente que seja assim, Quijano parece não ter consciência dos pressupostos patriarcais, heterossexistas e eurocêntricos que existem sobre o gênero. Lugones utiliza o trabalho de Oyuronke Oyewumi, feminista nigeriana e Paula Allen Gunn, feminista indígena norte-americana, para mostrar como o gênero, junto com a ideia de raça foram, ao mesmo tempo, construções coloniais para “racializar” e “generizar” as sociedades subordinadas. De acordo com essas feministas indígenas e africanas não existia, nas sociedades Yoruba ou povos indígenas da América do Norte (LUGONES *apud* MENDONZA, 2016, p. 22), o gênero tal como entendido no ocidente antes do "contato" com a organização colonizadora. Esses grupos não dividiam ou hierarquizavam suas sociedades com base em gênero e as mulheres tiveram igual acesso ao poder público e simbólico. Seus idiomas e sistemas de relações não continham uma estrutura que apontasse para uma subordinação de mulheres a homens. Não houve divisão sexual de trabalho e suas relações econômicas foram baseadas em princípios de reciprocidade e complementaridade. Por outro lado, a experiência baseada na idade cronológica foi o princípio organizador mais importante. Em suma, o sexual anatômico biológico teve pouco a ver com a organização social. Nessas sociedades também era comum a homossexualidade e reconheciam mais de dois "gêneros", contrariando o binarismo típico do Ocidente. Considerar que o gênero é um conceito anterior à sociedade e à história, como Quijano, tem o efeito de naturalizar as relações de gênero e a heterossexualidade, e pior ainda - diz Lugones - serve para encobrir o modo como as mulheres do terceiro mundo experimentaram a colonização e continuam a sofrer seus efeitos na pós-colonialidade (LUGONES *apud* MENDONZA, 2016, p. 23).

Disso conclui-se que nos processos de colonização, essas mulheres no mundo colonizado não eram apenas racializadas, mas também reinventadas como "mulheres" de acordo com os códigos e princípios discriminatórios de gênero, tal como entendido no Ocidente. A colonização criou as circunstâncias históricas para que as mulheres africanas e indígenas da América do Norte perdessem as relações relativamente igualitárias que tinham com os homens de suas sociedades e caíssem não apenas sob o domínio de homens colonizadores, mas também sob o domínio de homens colonizados (MENDONZA, 2016, p. 26). A subordinação de gênero era o preço que os homens colonizados negociavam para manter algum controle sobre suas sociedades. É essa negociação de homens colonizados com

homens colonizadores que explica, segundo Lugones, a indiferença dos homens, incluindo os da esquerda política, em relação ao sofrimento das mulheres e seu silêncio em relação à violência enfrentada por elas. Esse conluio de homens colonizados com seus colonizadores é o que impede a construção de fortes laços de solidariedade entre mulheres e homens no terceiro mundo nos processos de libertação. Mas as consequências de ignorar a relação de colonialidade e gênero também afetam as mulheres brancas ocidentais. Disso resulta a dificuldade no movimento feminista contemporâneo de fazer as feministas brancas construírem sólidas alianças com feministas não brancas em países de terceiro mundo.

Outro ponto a ser considerado, é que o autor está ciente de que o trabalho assalariado foi reservado apenas para homens brancos, mas não se aprofunda nesse fato. Se assim o fizesse, segundo Mendonza, ele seria forçado a reconhecer que dentro da definição de trabalho assalariado há também uma conotação de gênero e não apenas racial. Se por um lado, sem a escravização dos africanos e da servidão indígena, não haveria capitalismo, por outro, deve ser levado em conta que a generalização do trabalho assalariado "livre" em primeiro lugar deve ter passado pela domesticação de mulheres na metrópole e, em seguida, por submetê-las a um regime de gênero nas colônias. Na Europa vimos como isso foi feito sistematicamente pela caça às bruxas desde o século XV por ambos os protestantes e pela Santa Inquisição Católica (MENDONZA, 2016, p. 27). Mais tarde, veríamos isso no que Marx chamou de processo de acumulação primitiva que desapossou as massas camponesas e separou em grande parte as mulheres da esfera produtiva, ao mesmo tempo em que as transformavam em donas de casa ou trabalhadores explorados (MENDONZA, 2016, p. 28). Nas colônias, vimos isso com os violentos massacres de mulheres indígenas como instrumento de guerra de conquista e colonização, a perda de seu status social e política, escravidão, redução à servidão e a intensidade letal do trabalho, entre outras coisas. Essa "domesticação" continua com os femicídios, o tráfico de mulheres pobres, o turismo sexual, a feminização da indústria e a pobreza sob o capitalismo neoliberal. Lugones e Mendonza concordam que a imposição das categorias de raça e gênero produziu rachaduras profundas nas possíveis solidariedades entre as mulheres na metrópole e periferia, e entre homens e mulheres da periferia.

O trabalho assalariado instituído com base na raça criou a base para um pacto social entre os capitalistas e a classe trabalhadora masculina de origem europeia (branca) em detrimento dos trabalhadores não assalariados não brancos. Tratava-se de um pacto social entre homens, de gênero, que teve implicações políticas na conformação da cidadania e não apenas econômica na construção de classe (MENDONZA, 2016, p. 28). Ora, a definição do

trabalho assalariado como um privilégio dos homens brancos europeus impedia que a maioria dos homens brancos pobres caísse na escravidão e, ao mesmo tempo, os libertava do trabalho doméstico. Assim, enquanto o trabalho assalariado masculino foi sujeito à exploração capitalista, o pacto serviu para lançar as bases para a figura do cidadão do sexo masculino: um indivíduo livre que tem direitos, controle sobre seu corpo e o tempo de participação política; direitos legais, civis, individuais e políticos que excluem mulheres e escravos. Ou seja, sem o pano de fundo da escravidão nas colônias, não haveria tal cidadão e chefe de família masculino branco no Ocidente. Para resumir, a fusão da ideia de raça e a ideia de gênero são fundamentais para moldar a cidadania livre que o Ocidente conheceu quando o capitalismo e a democracia liberal foram interligados. Disso poderíamos concluir que a verdadeira democracia liberal existente no Ocidente só era possível por causa dessa fusão de raça e gênero (MENDONZA, 2016, p. 28).

É importante enfatizar que o pacto social de gênero entre homens brancos constituiu uma comunidade de interesses que excluía as mulheres brancas. Elas não tiveram o mesmo acesso à cidadania ou ao trabalho assalariado. As mulheres brancas perderam o controle sobre seus corpos e não se beneficiaram da colonialidade do poder da mesma maneira que os homens. Nesse sentido, elas tiveram que lutar pelo acesso ao trabalho assalariado que usufruem até hoje. Isso nos diz que o pacto de gênero entre os homens brancos realmente se baseia em uma base perversa. Por um lado, depende das relações de exploração capitalistas entre os homens e, por outro lado, requer a subordinação das mulheres. Contudo, as contradições internas das democracias capitalistas acabaram beneficiando as mulheres brancas da metrópole, que pouco a pouco conseguiram elevar-se a condição econômica e política dos homens brancos, com a condição de que aceitassem os termos racistas do pacto. Em síntese, a colonialidade do poder e a colonialidade de gênero operam internamente na América Latina e como diz Quijano, a independência dos países não significa uma descolonização das sociedades. Como os teóricos latino-americanos pensariam a dissolução desse pacto?

O Gênero na perspectiva de Dussel

Mendonza observa que Dussel se preocupa em lançar as bases para uma civilização transmoderna, transcapitalista, além do liberalismo e do socialismo. De acordo com seu modelo político proposto, podemos chegar a este momento histórico em que os excluídos do sistema neoliberal capitalista irrompem a história em lugares como o Fórum Social Mundial, movimento dos zapatistas ou das novas assembléias constituintes. Nesse conglomerado de movimentos que tomam o palco político pela primeira vez, as feministas são levadas em conta

por sua exigência particular de respeito pelos direitos das mulheres. A incorporação de demandas feministas refletiria o slogan zapatista que Dussel retoma em seu plano político e que exige um mundo onde todos nos encaixamos, o mundo menos excludente possível. Dussel interpreta essa enunciação zapatista como uma fundação política que nos ajudaria a criar uma categoria unificadora de todos os movimentos, classes, raças, feminismos etc. A diversidade e as demandas particulares devem ser negociadas em torno de um bloco hegemônico. Este bloco hegemônico é o que ele chama de "povo", a comunidade, ou nossas tradições indígenas da América Latina, que difere do senso de comunidade totalizante do Ocidente, em que as diferenças são eliminadas.

Uma primeira crítica feminista à filosofia de Dussel foi feita por Viola acerca do conceito que é usado em teologia da libertação e está intimamente relacionado com o conceito de pessoas utilizado, opera como um conceito hegemônico indiferenciado que não inclui os sofrimentos das mulheres (MENDONZA, 2016, p. 30). Isto é, Viola identificou que os teólogos da libertação que reconhecem bem o sofrimento das mulheres aceitam a doutrina do Vaticano sem questionar quando se trata dos direitos reprodutivos delas. Não parece que Dussel tenha prestado atenção a essa crítica feminista, e sua tentativa de ser mais inclusivo com o termo pessoas, ainda não consegue ignorar seu viés masculinista.

Mendonza considera "impressionante" que o seu tratado político mantenha a divisão público/privado. Dussel começa afirmando que o privado é o espaço intersubjetivo que protege os sujeitos de serem observados e atacados por outros membros de outros sistemas intersubjetivos. Enquanto o público é o espaço intersubjetivo onde os sujeitos atuam com base em papéis e expostos ao olhar de outros atores de outros sistemas intersubjetivos. Estabelece que o público é o político por definição e que o público político é o único espaço onde a mudança civilizacional é possível. De uma perspectiva feminista, conservar essa divisão significa um movimento retrógrado no pensamento político.

O antigo slogan "o pessoal é político" é a base por excelência do feminismo. É problemático para as mulheres despolitizar e definir o privado como livre de conflitos de poder ou campo "pré-político", porque, como sabemos, as mulheres não são protegidas de serem atacadas pelos sistemas patriarcais intersubjetivos nos campos do privado. Partir de uma separação do privado e público para as feministas conservaria não só a colonialidade do gênero, mas também a concepção liberal eurocentrada de política que Dussel diz que quer terminar pois na medida em que este autor considera que a exclusão das mulheres e as demandas feministas só podem ser resolvidas publicamente, os conflitos da vida cotidiana e a microfísica do poder no setor privado são deixados para trás (MENDONZA, 2016, p. 32). O

campo em que uma grande parte das violações dos direitos das mulheres ocorre é representado como parte do pré-político. Sua definição de política, para Mendonza, não dá conta da situação das mulheres.

Outro ponto a ser analisado por Mendonza é a ideia de Dussel de que a nova política tem como objetivo a perpetuação da vida. Esta nova política dá prioridade ao desejo de permanecer vivo perante o desejo de matar. O novo paradigma político negaria a necropolítica da razão genocida ocidental que justifica a morte de mais de dois terços da humanidade e de seus recursos, e promoveria existência contínua à vida dos outros: os excluídos. Achille Mbembe (2018) formula o conceito de necropolítica para descrever os mecanismos pelos quais se estabelece e se mantém controle sobre quem pode viver e quem deve morrer. Todos os estados modernos classificam as vidas de seus súditos em um sistema onde a morte de certos corpos não é apenas esperada, mas é até mesmo lucrativa.

Isso equivale a sobreviver prosperando com o outro: os excluídos, os pobres, o povo. É uma política, como Dussel a chama, de "alteridade". O ethos da política da alteridade é a própria vida, a vida concreta de cada pessoa é o começo e o fim. A vocação política deve ser destinada a satisfazer as necessidades vitais das pessoas, nas quais o poder reside. A função das instituições políticas é cumprir este mandato do povo. Nutrindo novamente os zapatistas, a prática política baseia-se em mandar obedecer, ouvir aqueles que nos precedem. E não em uma renúncia e alienação do poder de sua fonte, o povo.

O ponto de partida da política da alteridade não pode ser o indivíduo isolado como Robinson Crusoe foi. Dussel exclama que Robinson não poderia mesmo ter nascido sem a comunidade, mas sem uma mulher tão pouco, acrescentam Mendonza, revelando mais uma vez a turvação das relações de gênero nos conceitos unitários de comunidade e aldeia. O paradoxo é que Dussel não reconhece o princípio feminino e mesmo feminista presente em seu discurso. O novo paradigma político que ele propõe tem certa semelhança com o pensamento materno de Sarah Ruddick e a construção de uma política de paz e não-violência.

O trabalho materno nesse sentido - assim como a política da alteridade - tem como princípio fundamental a conservação da vida; Trata-se também da criação de uma vida em que os seres humanos crescem e prosperam livres da violência e desenvolvem uma intersubjetividade tanto no privado quanto no público, baseada na reciprocidade e na não violência. Poderíamos dizer que o pensamento feminista vai além de Dussel, porque é profundamente anti-militarista e não justifica a violência sob nenhuma circunstância. Dussel, por outro lado, conserva o direito de usar a violência em caso de autodefesa da comunidade, embora não diga quando se chega à situação em que a violência é justificada.

Em última análise, para ambas as autoras, se o pensamento pós-ocidentalista há de levar a sério a inclusão das vozes das mulheres, também precisa estabelecer um diálogo com as feministas latino-americanas. As feministas latino-americanas, por sua vez, têm o dever de desenvolver um pensamento decolonial que articule e revele como a colonialidade de gênero, raça, classe e sexualidade continuam a contaminar as nossas sociedades e nosso pensamento e nossas relações.

Conclusão

As filosofias de Dussel e Quijano, bem como de outros autores decoloniais, trouxeram ferramentas teóricas excelentes para se pensar a condição dos subalternos no mundo. Contudo, submetidas a um escrutínio feminista, elas ainda revelam traços de um pensamento masculinista, que se mostra incapaz de abranger adequadamente a experiência das mulheres. Além disso, revela limitações quanto à compreensão do lugar que o gênero ocupa como objeto nesse programa de investigação. Talvez seja preciso reconhecer que mesmo os intelectuais decoloniais latino-americanos não consigam pôr em prática o que propõem e, para isso, precisassem se servir mais intensamente de práticas que visem efetivamente traduzir a voz do Outro. Isso pode ser realizável, na medida que se crie um diálogo mais aberto com as feministas latino-americanas, não somente com uma parte delas. Outra questão que se coloca é a falta de autoras referenciadas em suas obras. Em que medida esses autores consideram importante a participação de mulheres latino-americanas no contexto da produção intelectual e ativismo político? A solução dos problemas traduzidos por Lugones e Mendonza, passa por um redesenho das categorias gênero e patriarcado, mulher e feminismo, nos debates centrais da luta política decolonial, recolocando termos e possibilitando discutir como garantir às mulheres, nessas condições, a democracia, a igualdade de representações, a justiça e a cidadania integral.

Referências Bibliográficas

BALLESTRINI, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013.

DUSSEL, E. **La Filosofía de la Liberación ante los estudios poscoloniales y subalternos y la Posmodernidad**. Filosofías del Sur. Descolonización y Transmodernidad. Ediciones Akal: México, 2015.

MENDONZA, B. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. **Estudios descoloniales**, 13 de Agosto, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber, Eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: GLACSO, 2005.

AS DESIGUALDADES NO ACESSO AO ENSINO DE QUALIDADE NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Andressa Regina Vizin²

Resumo

No presente trabalho, buscou-se, através de uma breve revisão bibliográfica, analisar primeiramente as condições históricas e, em seguida, o debate atual acerca da qualidade da educação no Brasil. Num país tão desigual, é importante entender quais fatores influenciam nas decisões e no acesso à educação da população em geral, uma vez que assumimos que é a partir da educação que se desenvolve um país e leva a população a emergir economicamente. Num primeiro momento, é apresentada uma perspectiva histórica sobre a constituição do sistema educacional no país desde a sua fundação até as discussões mais recentes e as principais correntes pedagógicas envolvidas em todo o debate nesse processo. Em seguida, se discorre sobre os debates acerca dos indicadores de qualidade da educação atualmente, seus usos e limites. Por fim, os debates sobre a importância do financiamento e até que ponto esse fator é essencial para se conseguir um ensino de qualidade são explanados.

Palavras-chave: Educação, indicadores, história da educação.

Abstract

This article aims to review, through a brief revision of available literature, firstly the historical conditions and, then, the debate about the quality of education in Brazil. In such an unequal country, it is relevant to understand which factors influence the decisions and the access to education of the population once we assume that is through education that we develop a country and leads the population to emerge economically. Firstly, we present a historical perspective about the constitution of the educational system in the country since its foundation until the most recent discussions and the main pedagogical schools of thought involved in this process. Next, we discourse over the debates about the importance of the financing and to which point this factor is essential to reach a quality teaching are explained.

Key words: education, indicators, history of education.

² Universidade Federal do ABC. E-mail: andressa.vizin@gmail.com

Introdução

Um direito que dificilmente é questionado é o acesso à educação. De liberais a marxistas, não há dúvidas sobre a importância da educação formal e informal na emancipação do ser humano, no desenvolvimento da criança e do adolescente, na profissionalização dos trabalhadores e tantos outros exemplos. Apesar disso, a escola se apresenta – no Brasil e no mundo – muitas vezes como um vetor de reprodução das desigualdades. Falando do contexto das escolas francesas, Bourdieu (2012, p. 45) afirma que, em geral, “[...] vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais”. Isso significa que, antes do vestibular, há uma série de fatores envolvidos na determinação do destino de um jovem, seja esse destino a vida acadêmica e as posições mais altas em carreiras, ou empregos pouco remunerados e de baixa qualificação. Nessa herança imaterial, o capital cultural, estão inclusos tanto fatores mais claros (mais “grosseiros”, nas palavras de Bourdieu), como o desencorajamento ao estudo, quanto hábitos menos óbvios, como a quantidade de livros presentes em casa, o nível de educação dos pais, os lugares e pessoas aos quais se têm acesso ou não etc.

Tendo isso em vista, sabe-se que o desnível entre a qualidade de ensino ofertada pelas escolas particulares e públicas é grande, afirmação facilmente verificável ao observarmos os índices do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). De acordo com o Ministério da Educação (INEP, 2015), das escolas onde 50% ou mais alunos fizeram o ENEM em 2015, cujos dados foram divulgados (um total 961 instituições), 92 (9,57%) pertencem à rede privada de ensino; 276 (28,72%) à rede federal; 580 (60,35%) às estaduais; 13 (1,35%) às municipais. Apesar disso, entre as 100 escolas melhores colocadas, somente três são públicas, e todas escolas federais. A primeira escola estadual a aparecer na lista se encontra somente no 147º lugar. Esses dados dialogam com pesquisas que procuram verificar os obstáculos enfrentados por alunos e alunas do ensino público, principalmente quando se tem em vista o acesso à universidade pública³.

A fim de contextualizar e localizar essas desigualdades historicamente, analisaremos como a bibliografia disponível sobre educação no Brasil estrutura as causas e consequências dessas dificuldades de acesso à educação e quais são as soluções propostas pelos envolvidos nesse debate.

Antecedentes da democratização das oportunidades de acesso à escola

³ Ver Vasconcelos e Silva (2005).

Ao longo do século XX, importantes mudanças aconteceram nas políticas governamentais de acesso à educação. A diferenças de experiências escolares entre uma geração e outra são grandes e revelam o importante processo de transição que esse período representou. Beisiegel (1986) aponta dois importantes processos complementares a serem examinados numa análise histórica da educação no Brasil.

O primeiro diz respeito à grande expansão nos números de matrícula. Com a implementação do ensino médio supletivo, uma forma de recuperar os anos perdidos daqueles que abandonaram a escola por diversas razões, uma parcela relevante da população anteriormente excluída do sistema educacional passou a acessar esses serviços. Houve, no entanto, um desbalanço entre o número de vagas ofertadas no ensino médio e superior e a procura de vagas. O Estado passou a não ser mais capaz de suprir com todas as vagas necessárias, e é nesse momento que o setor privado passa a atuar na educação, surgindo assim um novo segmento de ensino: a escola voltada para a obtenção de lucro.

O segundo é o fim dos diversos tipos de ensino de nível médio que existiam e sua reorganização formal. O autor detecta um movimento dual na organização da distribuição de responsabilidades entre entes federativos. Enquanto a esfera federal se ocupava de educar as elites oferecendo cursos de educação superior, os estados tinham liberdade para implementar instituições de educação de todos os tipos. Esse último movimento esteve sempre limitado, no entanto, às condições financeiras um tanto precárias, o que causou que os estados acabassem se preocupando meramente com a manutenção da educação para camadas mais baixas da sociedade. Conforme afirma Oliveira (2004, p. 948):

A estrutura geral do ensino ficou da seguinte forma: o poder central encarregou-se do ensino superior em todo o País e os demais níveis ficaram a cargo das províncias — com exceção do Colégio Pedro II, nomeado em homenagem ao nosso segundo governante imperial, que deveria servir de modelo às escolas provinciais. A carência de recursos e a falta de interesse das elites regionais impediram a organização de uma rede eficiente de escolas. No balanço final, o ensino secundário foi assumido, em geral, pela iniciativa particular, especialmente pela Igreja. O ensino primário, novamente, ficou abandonado.

A partir de 1930, a constituição passou a conferir à União o papel de “traçar as diretrizes da educação nacional e de fixar o plano nacional da educação” (BEISIEGEL, 1986, p. 391), característica presente de forma igual tanto na Constituição Federal de 1934 quanto na de 1937. Apesar disso, a legislação acerca da organização da educação não era unificada e os currículos dos diferentes tipos e níveis de ensino eram estabelecidos em diferentes leis e programas. É importante lembrar que, até então, o ensino médio não era parte da educação básica e não era obrigatório, e sendo assim apenas uma parte da população tinha acesso a esse nível de ensino, uma vez que era necessário passar por uma prova de seleção para poder

cursá-lo. Esse teste de admissão causava uma grande desconexão entre os ensinos fundamental e médio, além de uma descontinuidade entre os currículos desses dois níveis.

Nos anos de 1940 e 1950, ainda de acordo com o autor, a legislação manteve essa perspectiva dualista da educação – os estados preocupados com a educação básica da população mais pobre, que não conseguia alcançar os níveis mais altos de ensino, e a União garantindo educação para as elites. No entanto, é aí que começa o processo de expansão do ensino. Com o processo de industrialização e urbanização do país, o acesso à educação passa a ser visto como “um caminho natural de ascensão segundo esses novos padrões” (idem, p. 395). Isso significa que mais pessoas passam a buscar o acesso ao ensino médio, então chamado ginásio.

Até 1967, o ensino médio era dividido em três e compreendia o curso científico, o curso clássico e o curso normal. Eventualmente, seu nome foi mudado para “colegial”, mas permaneceu dividido, sendo que o currículo dos três primeiros anos era comum a todos os matriculados e aqueles interessados em concluir os ensinos médios Normal ou Clássico deviam dedicar um ano a mais de estudo. Apesar dos dados sobre o aumento no número de matrículas durante esse período serem precários, Beisiegel (1986, p. 398) ainda garante ser possível afirmar que “e sua organização formal, o sistema escolar avançou bastante na direção da democratização das oportunidades”.

A questão nesse momento, porém, passa a ser não mais os números de matrículas nos anos iniciais, mas os baixos índices de continuidade no estudo. A alta evasão escolar foi então explicada pelos altos índices de reprovação nos anos iniciais, além de um desencontro sociocultural entre o que é aprendido na escola e a realidade de onde esses estudantes vinham.

No que, entretanto, se baseava a decisão do que ensinar ou não nas escolas brasileiras? Serão abordadas, a seguir, as duas principais correntes pedagógicas influentes na organização educacional do país desde sua fundação até o século XX.

As concepções pedagógicas na história da educação no Brasil

Uma importante linha de pensamento pedagógico historicamente muito presente no país é o posicionamento da Igreja Católica. No Brasil colonial e imperial, a presença da Igreja Católica foi incontestável. Preocupados com a disseminação da fé, “os jesuítas criaram um sistema educacional que, em última instância, fornecia aos elementos das classes dominantes uma educação clássica e humanista como era o ideal europeu da época” (Xavier, 1980, p. 946). Conforme já foi mencionado, é somente em 1834 que, por meio de um Ato Adicional, o imperador do Brasil confere o direito dos estados de legislar sobre a educação e

sobre as escolas que até então eram completamente subsidiadas pela Igreja e por doações de fiéis. É durante a transição republicana que surgem movimentos antagônicos a essa ideologia educacional hegemônica.

Em resposta ao modelo até então implementado de educação, considerado estéril e pouco eficaz, surge na década de 1930 no Brasil o movimento denominado Nova Escola, com novos parâmetros de educação e novos princípios, dentre eles a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade da educação. Pregavam também a unificação da escola e seu caráter essencialmente público, ou seja, era dever do Estado garantir o acesso à educação igualitário entre os membros da população (Saviani, 2010). Na concepção desses pensadores, a escola deveria ser um local onde os estudantes desenvolvem aptidões consoantes com as necessidades de uma sociedade em desenvolvimento, como o Brasil, ou seja, o ensino deve inspirar-se na realidade social presente.

A fim de se contrapor com a educação oferecida até então – como mencionamos, servente à manutenção de um sistema de classes – a Nova Escola buscou fundar-se no “‘caráter biológico’ – que permite a cada indivíduo se educar, conforme é de seu direito, até onde o permitam suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica ou social” (“Manifesto...”, p. 191). Essa nova visão localizava a escola numa perspectiva que servia ao interesse do indivíduo, e não mais a uma classe como eram as escolas industriais de ensino médio e as instituições de educação superior. Este último modelo definia previamente o destino do aluno baseado em sua posição social, e é o que a Nova Escola veio enfrentar idealmente. O documento do Manifesto dos Pioneiros da Nova Escola, lançado em 1932, reitera ao longe de sua estrutura, nas palavras de Saviani (2010, p. 247), “a necessidade de romper com a estrutura tradicional marcada pelo divórcio entre o ensino primário e profissional, de um lado, e o ensino secundário e superior, de outro, formando dois sistemas estanques que concorrem para a estratificação social”.

Além disso, como já foi mencionado, esse movimento defendia o caráter essencialmente público da escola, ou seja, a educação integral do cidadão deveria ser garantida pelo Estado. Estendiam, também, o ensino até os 18 anos através do princípio da obrigatoriedade. Ao levantar tal bandeira, o movimento se colocava contra o processo de privatização de uma fatia relevante do setor da educação, garantindo que cabia ao Estado cuidar para que a população toda tivesse acesso ao estudo profissional e acadêmico de acordo com suas aptidões naturais. Nesse sentido, caberia à universidade selecionar os alunos mais capazes, não por razões sociais ou econômicas, mas unicamente pelas capacidades biológicas de cada um, a fim de constituir uma elite capaz de solucionar os diversos problemas postos

pela complexidade das sociedades modernas. Tendo isso em consideração, o movimento Nova Escola defendia também uma quebra dos padrões de oferta de cursos unicamente voltados à medicina, engenharia e ao direito, e incentivou a criação de cursos de ciências sociais, economia e filosofia nas universidades brasileiras (que eram, além de tudo, escassas).

A publicação do Manifesto dos Pioneiros da Nova Escola causou uma ruptura entre o pensamento da Igreja e dos renovadores, levando os católicos a se retirarem efetivamente da Associação Brasileira da Educação. Em 1933 é fundada, assim a Confederação Católica Brasileira de Educação. A principal bandeira levantada por esse grupo era contra a laicização do ensino: para eles, uma educação leiga por princípio não era capaz de educar e causaria eventualmente o efeito contrário ao estimular o individualismo e a falta de moral.

Além disso, “conforme a doutrina pedagógica da Igreja, apresentada na encíclica do Papa Pio XI [...] estabelecia-se uma hierarquia clara entre as três agências educativas: família, Igreja e Estado” (SAVIANI, 2010, p. 257). Dessa forma, de acordo com a doutrina católica, deve-se preservar o direito de educar primordialmente à família e à Igreja, opondo-se então à noção escolanovista de que cabe ao Estado garantir educação para todos os cidadãos. Para os católicos, o Estado deveria subordinar-se às instituições sobrenaturais, portanto “tanto a laicidade quanto o monopólio estatal do ensino atentam contra a ordem natural e divina” (idem, p. 258).

Considerando também a primazia dos pais nas decisões sobre a educação de seus filhos, contestavam-se mais duas bandeiras do movimento escolanovista: a gratuidade e a obrigatoriedade. Ainda de acordo com Saviani, essa visão levava os católicos a secundarizar o objetivo do Estado de erradicar o analfabetismo, uma vez que, segundo esse grupo, saber ler e escrever, estudar, não são direitos necessários para o ser humano. Pelo contrário, a massa analfabeta conservaria os mais altos padrões de virtudes manifestados pelo brasileiro e desejados pela Igreja.

A democratização do acesso à educação de qualidade: discussões recentes

A Constituição Federal de 1988 reformulou as políticas públicas no Brasil e trouxe uma perspectiva mais universalizante dos direitos sociais de forma que nunca antes havia sido feito. Atualmente, o debate gira em torno principalmente da “formulação de um padrão de qualidade que seja a um tempo compreensível à população e exigível judicialmente” (OLIVEIRA, ARAÚJO, 2005, p. 6). Esses autores assinalam três frentes para abordar a questão da qualidade de ensino no Brasil: (i) relacionado oferta insuficiente de escolas; (ii)

relacionado às disfunções no fluxo ao longo dos anos escolares; e (iii) trazendo críticas aos sistemas de avaliação baseados em testes padronizados e aplicados em larga escala.

Quanto à primeira frente, sabemos, como já foi explanado que, até 1980, houve uma grande expansão e uma preocupação em garantir à população brasileira como um todo o acesso à educação. Beisiegel (1981) esclarece que o aumento explosivo quantitativo das escolas é grandemente responsável pela emergência do problema da qualidade dessa escolarização.

Ainda de acordo com Oliveira e Araújo (2005), ao longo da história do Brasil, três padrões de qualidades foram estabelecidos. O primeiro dizia respeito à quantidade limitada de vagas disponíveis. A definição de qualidade, nesse caso, diz respeito à facilidade com a qual se acessa uma escola: quanto mais difíceis e rigorosos os métodos de seleção, melhor a qualidade. Essa lógica ainda perdura atualmente de certa forma, especialmente nos casos dos vestibulares para ingresso ao ensino superior – de acordo com o relatório *Education at a Glance* de 2016⁴, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), somente 14% dos adultos brasileiros acessam as instituições de ensino superior.

À medida em que a educação foi popularizada, “os obstáculos à democratização do ensino foram transferindo-se do acesso para a permanência com sucesso no interior do sistema escolar” (OLIVEIRA, ARAÚJO, 2005, p. 10). O exame de admissão para o ginásio, realizado após a 4ª série do antigo primário, o que impedia muitos alunos de continuarem estudando. Quando, em 1971, o exame de admissão foi eliminado, o chamado fluxo da educação ficou facilitado, e nos anos seguintes o país passou a adotar um novo indicador de qualidade de educação: a relação entre a entrada (matrícula) e saída (graduação) de alunos. Se a saída indicasse um número muito menor em relação à entrada, a escola teria um nível de qualidade baixo. O grande problema nesse caso foram as tentativas de superar essa questão: em vez de se atacar as causas, buscou-se formas de alterar os indicadores sem garantias de que essas medidas teriam, de fato, um efeito sobre o problema. Uma dessas políticas problemáticas que caracterizam esse período são a implementação da progressão continuada (uma forma de evitar a reprovação, que pressupõe que o aluno deve obter as competências necessárias para aprovação durante um ciclo, que é mais longo que uma série - nesse sistema de ciclos, não está previsto a reprovação, mas a recuperação, por aulas de reforço).

Ainda de acordo com Oliveira e Araújo (2005, p. 11):

Se o combate à reprovação com políticas de aprovação automática, ciclos e progressão continuada incide sobre os índices de “produtividade” dos

⁴ https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2016/brazil_eag-2016-44-en

sistemas, gera-se um novo problema, uma vez que esses mesmos índices deixam de ser uma medida adequada para aferir a qualidade. Se existem políticas e programas que induzem a aprovação, a tarefa de aferir a qualidade num sistema com um índice de conclusão igual ou superior a 70% torna-se mais complexa.

Sendo assim, as instituições educacionais do Brasil passaram a incorporar um terceiro indicador de qualidade da educação, particularmente difundido nos Estados Unidos: a aplicação de testes de conhecimento padronizados em larga escala, nos moldes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), como o Exame Nacional do Ensino médio, a Prova Brasil e, no estado de São Paulo, o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp).

A partir de diretrizes e de matrizes curriculares para as diferentes etapas e níveis de escolarização, são preparados exames padronizados que, em tese, aferem o conhecimento que o aluno tem dos conteúdos prescritos para essa etapa ou nível de escolarização. Com a aplicação do teste, o pressuposto é que seja possível avaliar, segundo essa lógica, se o aluno aprendeu ou não aqueles conteúdos. Essa forma de aferição da qualidade ainda encontra muita resistência entre os profissionais da educação, porque não faz parte da nossa história e da nossa cultura educacional pensar a qualidade enquanto medida, apesar da importância socialmente atribuída aos exames vestibulares na difusão de certo padrão de qualidade de ensino (idem, p. 12).

Apesar da resistência, a aplicação dos testes em larga escala tem sido amplamente difundido Brasil afora e, em 2001, a OCDE aplicou nos países participantes o *Programme for International Student Assessment* (Programa Internacional para Avaliação dos Estudantes - PISA) e o Brasil vergonhosamente ficou em último lugar na avaliação. Isso explicita o desafio atual da educação no país, nas palavras de Oliveira e Araújo (2005, p. 16), “o grande desafio do atual momento histórico, no que diz respeito ao direito à educação, é fazer com que ele seja, além de garantido e efetivado por meio de medidas de universalização do acesso e da permanência, uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social”, ou seja, que o direito à educação proporcione igualdade de oportunidades para todos e que não reproduza processos de diferenciação e discriminação social.

O financiamento da educação

A discussão acerca do papel do investimento financeiro para a educação não é recente. Coleman (1966) disponibilizou há mais de meio século um conhecido estudo acerca da disponibilidade de uma educação equitativa nas escolas públicas para grupos de minorias: negros, mexicanos, orientais e indígenas americanos, em comparação com a maioria branca dos alunos. O estudo foi baseado tanto num nível regional quanto nacional. Especificamente, o relatório detalha a influência da segregação social e do racismo e dos tipos de escolas que

essas crianças frequentavam nos resultados de testes padronizados. Entre as respostas encontradas a partir da pesquisa, está o fato de que a média dos alunos pertencentes a minorias era mais afetada pela qualidade da escola (aqui definida como presença de livros didáticos, bibliotecas, formação dos professores etc.) em relação aos alunos brancos. Essa diferença representa “20% do desempenho dos negros do sul estão associados especificamente com a escola que eles frequentam, em contraste com 10% do desempenho dos alunos brancos no sul”, o que significa que, apesar do efeito ser pequeno, “é para os alunos menos favorecidos que melhorias na qualidade da escola irão fazer maior diferença no desempenho” (COLEMAN, 2008, p. 30).

Esses dados podem ser usados para explicar a diferença entre a qualidade de ensino entre as escolas particulares e públicas no Brasil. Quando analisamos os dados do PISA aplicado em 2009 podemos notar que, em média, as escolas privadas dos países participantes apresentam resultados muito maiores que os alunos de escolas públicas. Isso decorre do fato de que as escolas privadas atraem alunos com um nível socioeconômico mais elevado e porque possuem mais autonomia em relação ao uso de recursos (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, 2011). De acordo com Pinto (2014, p. 11):

[...] para a faixa abaixo dos US\$ PPP 35 mil de gasto acumulado por aluno, há uma clara relação entre investimento e desempenho nas provas do Pisa. [...] Percebe-se que, com exceção dos países que pertenceram à ex-União Soviética, os países que atingiram uma nota no Pisa acima de 490 apresentam gastos acumulados acima de US\$ PPP 60 mil/ano, um valor quase seis vezes superior ao praticado pelo Brasil, por exemplo.

Ou seja, a fim de que os resultados dos testes em larga escala possam ser usados para avaliar a qualidade de uma instituição de ensino, é necessário também entender qual o nível socioeconômico dos alunos dessa instituição e relacionar isso aos insumos dos quais tal instituição goza. Uma vez que raramente essas análises mais aprofundadas são feitas, é preciso desmistificar a ideia de que as escolas localizadas nas posições mais altas dos rankings são necessariamente as melhores, afinal esse efeito pode aprofundar desigualdades, uma vez que, ainda de acordo com o mesmo autor:

Outra grave consequência da lógica dos testes e do ranqueamento das escolas, em função da qual as escolas em que estudam as crianças de famílias de menor NSE sempre apresentam pior desempenho, é que, de um lado, acelera-se o processo de fuga dos professores (e diretores) melhores e mais experientes das escolas onde se encontram os alunos de famílias mais pobres e que mais se beneficiariam desses profissionais; de outro, a partir da ideia de que o ensino privado é melhor que o público (pois consegue maiores notas nos exames), abre-se um mercado gigantesco para a venda, por parte dos grandes grupos privados de ensino (Positivo, COC, Objetivo etc.), de apostilas e assessoria para as redes públicas de ensino. Esses grupos privados de ensino estão se beneficiando de um mérito que não decorre

necessariamente de sua proposta pedagógica. As maiores notas de seus alunos em testes advêm, como já discutido, muito mais das práticas de seleção de que essas instituições se valem, inclusive retirando os alunos mais preparados das escolas públicas por intermédio de seus concursos de bolsas (falsa generosidade), do que da qualidade de seu ensino (Pinto, 2014, p. 8).

Conclusão

Buscou-se, nesse breve artigo, apresentar de forma sucinta um breve histórico das desigualdades sociais presentes na oferta de educação ao longo da formação desse setor no Brasil. Discutimos a posição do Brasil nos rankings internacionais de educação, e a posição das escolas públicas e privadas nos rankings nacionais. Usando da bibliografia, buscamos explicações para a desigualdade de qualidade da educação oferecida para esses alunos.

Foram apresentadas brevemente as principais correntes pedagógicas influentes na formação das políticas de educação no Brasil, a influência da igreja católica e seus embates com os membros reformadores do movimento Nova Escola. Discutimos também os métodos de medição da qualidade da escola utilizados ao longo do tempo, e quais são os parâmetros atuais utilizados para este mesmo fim nos dias de hoje.

Mostramos que, de acordo com estudos previamente analisados, mais do que a infraestrutura dos prédios da escola, importa verificar o nível socioeconômico dos alunos estudantes dessas escolas e cuidar para que esses rankings não sirvam para aprofundar as desigualdades já existentes entre as escolas brasileiras.

Referências Bibliográficas

BEISIEGEL, C. R. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. *In*: BEISIEGEL, C.R. **O Brasil Republicano: Economia e Cultura (1930-1964)**. 2ª Edição. Editora Difel – Difusão Editorial S.A., p. 381-416, 1986.

COLEMAN, J. S. Desempenho nas escolas públicas. *In*: BROOKE, N., SOARES, J. F. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: EdUFMG. p. 26-32, 2008.

COLEMAN, J. S. *et al.* **Equality of educational opportunity**. Washington, DC, 1966.

Office of Education/US Department of Health, Education and Welfare. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED012275>. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

OLIVEIRA, M. M.. As Origens da Educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educ. Soc., Campinas**, v. 28, n. 100, p. 661-690, 2007.

OLIVEIRA, R. P.; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. 26ª Reunião Anual da ANPEd. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, Jan /Fev /Mar /Abr 2005.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. **Private schools: whobenefits?** Pisa in Focus, [s. l.] n. 7, 2011. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/pisainfocus/48482894.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

PINTO, J. M. de R. Dinheiro traz felicidade? A relação entre insumos e qualidade na educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 22, n. 19, 2014.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2010.

VASCONCELOS, S. D; SILVA, E. G. Acesso à universidade pública através das cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo. **Aval. Pol. Públ. Educ.**, v. 13, n. 49, p. 453-468, out./dez. 2005.

XAVIER, M. E. S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez, 1980.

O DISCURSO DO TERRORISMO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA DITADURA MILITAR DA ARGENTINA (1976 – 1983)

Heloísa Cristina Ribeiro⁵

*La operación cóndor invadiendo mi nido
Perdono pero nunca olvido, oye
Aquí se respira lucha
(Latinoamérica - Calle 13)*

Resumo

A Ditadura Militar da Argentina deixou diversas marcas em sua sociedade. Respalhado pelo discurso da ameaça comunista e pelo suposto terrorismo de esquerda, o golpe foi deflagrado em março de 1976; iniciou-se aí um período que ficou conhecido como “Terrorismo de Estado” que se prolongou até 1983. Tendo em vista essas duas narrativas completamente opostas que se relacionam com a palavra “terrorismo”, o presente artigo aplica a Teoria Crítica das Relações Internacionais buscando-se a resposta: existia o terrorismo revolucionário ou o terrorismo de Estado? É possível que tenha existido os dois? E a pergunta mais importante: o que é o Terrorismo? Trata-se, portanto, de um jogo de perguntas e respostas, fazendo uso uma categoria – terrorismo – e um discurso que ora é aplicado por um lado, ora por outro.

Palavras-chave: Ditadura Militar da Argentina, Terrorismo, Estado de Exceção, Pós-Estruturalismo, Guerra Fria.

Abstract

The Military Dictatorship in Argentina left several marks in its society. Under the speech of the communist threat and by supposed left-wing terrorism, the coup d'état took place in March of 1976; after this, it has started a period that is known as “State Terrorism” that has ended only in 1983. In view of these two completely opposite narratives that are related to the word "terrorism", this article applies the Critical Theory of International Relations seeking the answer: was there revolutionary terrorism or state terrorism? Is it possible that the two have existed? And the most important question: What is Terrorism? It is, therefore, a question-and-answer game, using a category - terrorism - and a speech that is sometimes applied to one side or the other.

Keywords: Military Dictatorship of Argentina, Terrorism, State of Exception, Post-Structuralism, Cold War.

⁵ Universidade Federal do ABC. E-mail: heloisaarib@gmail.com

Introdução

A Ditadura Militar da Argentina de 1976 possui relações com momentos anteriores da política interna do país. Nesse sentido, o país estava sofrendo, desde a década de 30, com crises políticas e econômicas constantes; isso resultou em diversas intervenções diretas dos militares na Política do país e em sua democracia. Assim, entre a década de 30 e 1983 a Argentina teve 14 presidentes militares. Cavarozzi (2006) aponta que essa tradição conferia aos militares um poder de veto, isto é, intervinham apenas quando julgavam necessário.

Frente a esse cenário de instabilidade política e econômica a Pauta da Segurança Nacional, que surgiu com a Doutrina Monroe nos EUA, ganha força na “guerra oculta” de combate ao comunismo em escala global, pautando-se no princípio da defesa dos valores ocidentais e cristãos. Juntamente a isso, as Forças Armadas passam a ser vistas como a esperança para o futuro, pois se acreditava que era necessário disciplinar o próprio Estado e os agentes subversivos sociais. E, ao extremo, era necessário modificar o sistema das relações sociais.

O discurso estadunidense combinado com o medo das elites latino-americanas da “ameaça comunista”, figurada pelo governo socialista cubano na América Caribenha, deu respaldo ideológico para a insurgência de diversos governos militares na América Latina. Assim, entre a década de 50 e 80, 13 dos 20 países latino-americanos experienciaram governos ditatoriais e/ou militares. Em Março de 1976, na Argentina, a Junta Militar, composta por uma aliança de Comandantes Gerais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, deflagrou o golpe sobre o governo de Isabel Martínez de Perón (1974 – 1976) – que governava o país após a morte de seu marido, Juan Domingo Perón.

O presente artigo se divide em duas principais: primeiramente, se discutirá o conceito de terrorismo, a forma com que ele aparece no documento dos presidentes americanos e uma análise comparativa com a tese Terrorismo de Estado de Pacual (1997); na segunda e última parte, se realizará uma discussão teórica aplicando o pós-estruturalismo das Relações Internacionais. E faz uso de bibliografias históricas, políticas e documentos primários americanos publicados a partir de 2016 acerca da relação dos governos americanos e argentino entre 1976 e 1983.

Terrorismo de Estado ou Terrorismo de esquerda?

O que é terrorismo?

O terror – como aponta Mbembe (2016) e Carrapiço (2005) – aparece pela primeira vez na historiografia Ocidental moderna fazendo referência à Revolução Francesa e ao período jacobino, em que houve a disseminação sistêmica do medo na sociedade. Entretanto, ao longo da história, o termo foi empregado para denominar diferentes situações; isso faz com que as análises envolvendo a temática do terrorismo sejam mais complicadas de serem aplicadas. Diniz (2002) se esforça, nesse sentido, a produzir uma definição que não seja nem genérica, nem específica:

terrorismo como sendo o emprego do terror contra um determinado público, cuja meta é induzir (e não compelir nem dissuadir) num outro público (que pode, mas não precisa, coincidir com o primeiro) um determinado comportamento cujo resultado esperado é alterar a relação de forças em favor do ator que emprega o terrorismo, permitindo-lhe no futuro alcançar seu objetivo político — qualquer que este seja (DINIZ, 2002, p. 13).

Embora sua definição seja interessante, as argumentações nos trazem elementos mais que são mais frutíferos para o presente artigo. Diniz (2002) busca a gênese do conceito e ao tratar das definições tradicionais; essas, por sua vez, ainda circunscrevem o fenômeno do terrorismo na área jurídica, o que, para o autor, é um erro, visto que algo que não é terrorismo, pode se tornar a partir de uma simples mudança nas leis. Dessa forma, o autor trata o terrorismo como um fenômeno social. Assim, Diniz (2002), define que o terrorismo não é apenas o emprego ou a ameaça de emprego da força física, mas é necessário que ele esteja relacionado a uma característica vital: que essa força física ou a ameaça dela seja aplicada de forma indiscriminatória. Dessa forma, o autor continua sua argumentação e afirma que o efeito do ato terrorista é muito maior do que a destruição causada, pois no ato terrorista é o efeito psicológico que importa.

Diniz (2002) traz elementos importantes para a temática aqui trabalhada, entretanto, ele escreve pensando no terrorismo contemporâneo o que, por sua vez, não se encaixa no tema, visto que este possui uma característica vital: a transnacionalização. Essa discussão, entretanto, não poderá ser estendida aqui devido sua complexidade.

Outra autora que trabalha o tema do terrorismo é a Carrapiço (2005)⁶ que, por outro lado, aceita uma definição mais abrangente em que o terrorismo é entendido como um “ato de violência exercido sobre inocentes e, portanto, eticamente errado” (p. 129). Assim, fica claro que de forma geral os autores concordam em alguns pontos principais: a primeira menção de

⁶ Embora a autora escreva acerca da ação da União Europeia frente ao terrorismo, a parte utilizada no presente artigo é denominada “A Subjetividade do Conceito de Terrorismo” e se trata de uma análise histórica e conceitual.

terror remonta à Revolução Francesa e o período do terror; o terrorismo é um ato político e social; o efeito psicológico é a variável mais importante; terrorismo não respeita a ética dos conflitos armados tradicionais – como uma guerra entre Estados ou uma guerra civil; e, por último, o terrorismo é aplicado, também, sobre inocentes.

Em relação ao caso da Argentina, Eva e Ramos (2017) apontam que o termo aparece em quatro momentos distintos da história do país, entretanto nos interessam apenas dois: num primeiro momento, ele aparece relacionado à subversão e o movimento anarquista, bem como a escola contrarrevolucionária dos EUA que fundamentará uma luta contra a subversão que se estende de 1960 a 1983; e num segundo momento, o terrorismo de Estado surge – em meados da década de 80 – para denominar os aparatos repressivos e atividades criminais e sistêmicas empreendidas pelo Estado durante o período militar. O presente artigo trabalhará com esses dois primeiros momentos apontados por Eva e Ramos (2017) e não buscará uma definição exata e fechada de “terrorismo”, na verdade, é na própria indefinição do termo que se baseará a discussão.

Terrorismo revolucionário, Segurança Nacional e a Operação Condor

O Estado de Exceção da Argentina (1976-1983) foi inaugurado sob o discurso da Segurança Nacional numa luta constante contra a subversão e o inimigo vermelho, isto é, contra todas as formas políticas ligadas a supostas pautas de esquerda e ao comunismo. Inclusive, nos documentos americanos, a palavra terrorismo, subversão e “*leftist*” aparecerem associadas e/ou pertencentes à mesma categoria de pessoas. Caveiro (2013) afirma que nos anos 1970 surgiram diversos movimentos armados latino-americanos que enfatizavam a luta armada como meio para criar condições revolucionárias. Entretanto, como defende a autora, essa ideia de considerar a política como uma questão de força remonta aos sucessivos golpes vividos desde 1930 e os processos repressivos experienciados durante a história da Argentina.

Assim, em 1970 “muitas vozes, inclusive de políticos, intelectuais e artistas, levantaram-se para reivindicar a violência, dentro e fora da Argentina” (CAVEIRO, 2013, p. 29), entretanto, a autora aponta que mesmo que houvessem alguns militantes armados, os cantos entoados pela juventude de 18 a 25 anos da Juventude Peronista em 1973, “sim, sim, senhores, sou terrorista; sim, sim, senhores, de coração”, não o era cantado por terroristas, e sim por apenas uma juventude militante. Entretanto, como aponta a autora, a o uso da força e da violência como uma forma de atingir o poder vinha sendo utilizada na sociedade argentina desde a década de 1930, episódios como os sucessivos golpes militares, o fuzilamento e bombardeamento de civis em uma concentração peronista na Praça de Maio, o cancelamento

da democracia em 1955 e 1973 (outros golpes que ocorreram na história argentina), fizeram com que a guerrilha acredite-se que oferecia uma revolta à violência que já estava instaurada na formação social do país.

Entre 1970 e 1974, a guerrilha tendia a selecionar alvos das ações armadas, entretanto, o valor apelativo da violência multiplicou o seu peso político, o que fez com que a própria violência se tornasse a política vigente. Caveiro (2013) aponta para alguns fatores que levaram o movimento de guerrilheiros à sua corrosão: os Montoneros, grupo guerrilheiro peronista, foi se afastando da luta popular (uma de suas bases), de forma que se viam distanciados do movimento Peronista mais amplo e passaram a ocupar um espaço isolado na arena política e social da Argentina; a falta de participação dos militantes na tomada de decisão do movimento; o silenciamento do dissenso e o autoritarismo das direções (CAVEIRO, 2013, p. 30). À data do golpe, os movimentos de guerrilheiros já se mostravam abruptamente enfraquecido: de um lado, devido à essa fragmentação interna e distanciamento das camadas populares; de outro, por práticas repressivas que vinham sendo empregadas pelas Forças Armadas já em 1974 e 1975, e foram ampliadas e disseminadas de forma sistêmica após o golpe de 1976. Dentro desse modelo repressivo pré-golpe, as ações públicas da Aliança Anticomunista da Argentina (ou *Triple A*) foram instaurando uma escalada violenta e agressiva na sociedade, de forma que a violência (entre alas da esquerda e da direita) passou a atingir estratos sociais que se encontravam fora do movimento peronista.

A Ditadura Militar da Argentina, como afirma Eva e Ramos (2017), se firmou a partir de uma conjuração de elementos, sendo eles: as práticas repressivas das Forças Armadas contra o movimento dos trabalhadores; a perseguição ideológica à Resistência Peronista de 1955; as práticas e experiências do Exército Francês na guerra da Indochina e da Argélia, especialmente a luta contra guerrilha interna, e a guerra contrarrevolucionária lançada pelos EUA. Assim, o enquadramento de terrorista denominava àquelas pessoas que tinham participação política sendo comunistas ou não, e que colocavam sob ameaça os valores econômicos, religiosos, morais e valorativos do ocidente. Trata-se, portanto, da definição de um inimigo ideológico que colocava em risco as próprias bases da sociedade argentina; este inimigo poderia atuar tanto internamente quanto externamente ao espaço territorial argentino.

Devido essa posição difusa do inimigo que podia estar em qualquer lugar, a qualquer hora e ser qualquer pessoa, era necessário uma reformulação das práticas repressivas do governo argentino – por mais que esse já havia experiência em reprimir movimentos e organizações políticas. A noção de Guerra Contrarrevolucionária foi utilizada pela França na Guerra da Indochina e da Argélia, era uma nova forma de combate que visava suprimir e

aniquilar as guerrilhas fazendo uso de métodos de tortura, de inteligência, de assassinatos clandestinos, de tarefa de infiltrações e campanhas psicológicas (ROSTICA, 2018). Assim, trata-se de uma nova forma de guerra que não se via incluída no Direito Internacional.

Rostica (2018) afirma que o perigo da Guerra Revolucionária fazia com que as Forças Armadas vissem a população como um campo de batalha em que as fronteiras passaram de geográficas a ideológicas:

Ellos [asesores franceses y sus discípulos argentinos] interpretaban que la población no era el fin, sino el medio, y que su conquista, incluso la de sus “mentes”, era una etapa indispensable. La población toda se transformó en un enemigo potencial o enemigo interno, pues el enemigo se escondía en la población y se mimetizaba con ella. Por ende, la ampliación de la inteligencia, la comunidad informativa y los interrogatorios pasaron a ser instrumentos fundamentales para obtener información de la población y las operaciones psicológicas prácticamente elementales (ROSTICA, 2018, p. 181).

O Golpe foi, portanto, justificado na necessidade do controle da população, bem como de proteção aos valores ocidentais. Os documentos de presidentes americanos em relação à Argentina nos trazem alguns pontos interessantes. Carter, presidente conhecido por ter instrumentalizado e ter sido porta-voz de uma Política de Direitos Humanos, assume em 1977 e passa a pressionar os países do Cone Sul por melhorias na questão de Direitos Humanos; as respostas da Argentina, entretanto, são negativas. Nelas afirma-se que o governo argentino precisava se preocupar com a questão do terrorismo e da subversão antes de se preocupar com os Direitos Humanos; que o golpe aconteceu tendo em vista a proteção dos valores ocidentais, cristãos e capitalistas; que há uma guerra interna na Argentina; e muitas vezes, o governo argentino afirma que os EUA abandonaram essa luta ao inimigo vermelho.

Dentro do “inimigo vermelho”, os documentos fazem referência à outros termos como “subversivos”, “comunistas”, “revolucionários”, “esquerdistas”, “guerrilheiros” “oposição política”. Essa terminologia difusa confirma a afirmação de Rostica (2018) de que “Toda persona cabía dentro de esta definición de enemigo, pues el resto de la población quedaba en una situación de enemigo potencial, si es que se la consideraba “conquistada o sometida” (ROSTICA, 2018, p. 183).

A Operação Condor surgiu, nesse cenário, como uma ação articulada entre as ditaduras militares do Cone Sul para descobrir e agir contra ações subversivas ou de terroristas de esquerda. Um relatório acerca dessa operação, datado em 09 de maio de 1977, afirma que

The basic mission of Condor teams to be sent overseas reportedly was “to liquidate” top-level terrorists leaders. Non-terrorists also were reportedly

candidates for assassinations; Uruguayan opposition politician Wilson Ferreira, if he should travel to Europe, and some leaders of Amnesty Internacional was mentioned as targets. [...]Another proposal under study included the collection of material on the membership, location, and political activities of human rights groups in order to identify and expose their socialist and Marxists connections. Similar data reportedly aim to be collected on church and third-world groups.[...]Evidence, although not conclusive, indicates that cooperation among security forces in the Southern Cone extends beyond legal methods. (Memorandum da CIA, 9 de maio de 1977).

É possível afirmar, portanto, que existiam alguns atos terroristas na Argentina praticados pelas Guerrilhas, mas a forma com que isso foi instrumentalizado pelos orquestradores do golpe não corresponde à realidade, como veremos na próxima sessão.

Terrorismo de Estado, práticas de tortura, desaparecidos, eliminação

A tese principal a ser usada aqui foi produzida por Pacual (1997) e pela Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP). A primeira tese articula o conceito de terrorismo vindo do Estado, através da disseminação sistêmica de práticas de tortura e desaparecimentos que até hoje ressoam socialmente e psicologicamente na sociedade argentina. A CONADEP articula nesse mesmo sentido afirmando que foi produzida uma guerra suja do Estado contra a população civil. Pacual (1997) apresenta alguns números importantes: 340 centros de detenções clandestinos, relatoria da OEA com 5580 denúncias de sequestros forçados, 8960 sequestros forçados estimados pela CONADEP, e até 1976, 90% dos advogados de Direitos Humanos tinham desaparecido.

A CONADEP reconhece que havia um terrorismo de esquerda na sociedade argentina antes do Golpe de 1976, entretanto afirma que “a los delitos de los terroristas, las Fuerzas Armadas respondieron con un terrorismo infinitamente peor que el combatido, porque desde el 24 de marzo de 1976 contaron con el poderío y la impunidad del Estado absoluto, secuestrando, torturando y asesinando a miles de seres humanos.” (CONADEP, 1984, p. 2). Pacual (1997) afirma que o terror instaurado pela Ditadura era mascarado por uma imagem de paz: não houve fuzilamentos em público, a polícia não andava ostensivamente armada, não havia toque de recolher, entre outras medidas de caráter repressivo. Isso tornava mais assustador o caso de desaparecimentos, visto que a população civil não compreendia, e não possui informações para onde seus parentes, vizinhos, amigos, etc. tinham sido levados; e nem por quem eles tinham sido levados, visto que os oficiais não usavam uniformes e nem carros oficiais. Inclusive, o museu da memória ESMA – que funcionou como um centro clandestino

de detenções, tortura e assassinatos – afirma que grande parte dos detidos chegava ao local por meio de uma ambulância para não chamar atenção da população.

Desde o momento em ser preso até serem assassinados, os detidos eram vestidos com um capuz que tinha como objetivo causar despersonalização e fazer com que ela perdesse a noção do mundo externo. Além disso, detidos passavam por sessões de tortura, estupro, tortura psicológica e eram confinados em locais mal iluminados e apertados. As mulheres grávidas eram as únicas que ficavam em um local melhor, mas logo após o nascimento dos seus filhos, estes eram levados para o sistema de adoção de modo a certificarem-se que a criança ia ser criada por pais que eram a favor da ditadura ou que não possuíam inclinações subversivas. Os assassinatos, por sua vez, se davam ou por tortura, fuzilamento ou até mesmo jogando pessoas ainda vivas de aviões; os corpos eram enterrados em vala comum no cemitérios públicos como indigentes (PACUAL, 1997).

Caveiro (2013) aponta que as Forças Armadas, nesse sentido, colocavam em prática um *poder desaparecedor*, em que

*O desaparecimento*⁷ não é eufemismo, e sim uma alusão literal: uma pessoa que a partir de um determinado momento *desaparece*, se esfuma, sem que sobre registro de sua vida ou de sua morte. *Não há corpo da vítima de delito*. Podem existir testemunhas do sequestro e suposições do posterior assassinato, mas não um corpo material que dê testemunho do acontecido (CAVEIRO, 2013, p. 39).

Essa atmosfera em que a população não conseguia ter informações de detidos, de pessoas que desapareceram e/ou que foram sequestradas, causou um enorme impacto na sociedade argentina. Ao mesmo tempo em que surgiram movimentos que buscavam seus filhos e/ou netos – à citar Mães da Praça de Maio e Avó da Praça de Maio; os impactos eram sentidos de forma silenciosas; por exemplo: por exemplo: as pessoas podiam ouvir os gritos provenientes das sessões de tortura realizadas no ESMA, pois este se encontrava na zona urbana de Buenos Aires, como aponta o museu que é localizado nesse centro de detenções; Marcelo Barballo, de 12 anos, sofreu um ataque cardíaco em 1982 e havia sofrido o trauma, em 1976, de ver seus pais e familiares serem detidos e torturados; e casos de crianças que cometeram suicídio depois de serem detidos junto aos pais. Esse processo traumático de (dês)informação, detidos-desaparecidos, política de esquecimento e extermínio da população promovido por um aparato jurídico e burocrático das Forças Armadas veio à tona e até hoje causa impactos na sociedade Argentina, à exemplificar, ainda existem mães que procuram seus filhos ou procuram pelo menos informações do que aconteceu.

⁷

Destaques feitos pela autora.

Caveiro (2013) discursa também sobre a diferença da violência antes do golpe e após 1976, nesse sentido, a autora afirma que através do governo militar o desaparecimento e os campos de concentração/extermínio deixaram de ser formas de repressão e se tornaram a modalidade repressiva do poder, isto é, passou a ser sistêmica, centralizada e de todo racional. Além dessas práticas, ao final do período militar todos os arquivos, informações, processos, entre outros documentos, foram queimados pelos militares numa verdadeira empreitada de destruição de prova e encobrimento de evidências. As memórias, portanto, foram contadas pelos sobreviventes e por uma reconstituição histórica do período. Os documentos americanos apresentam, em 1977, que o governo argentino tinha noção da quantidade de desaparecidos, das prisões sem o devido processo legal, da suspensão do direito do habeas corpus, dos sequestros, das práticas ilegais de tortura e da suspensão do direito de exílio.

Necropolítica e o Estado de Exceção

O estado de exceção definido por Agamben (2004) seria o paradigma de governo dos Estados modernos, inclusive dos democráticos. O autor busca trazer uma definição clara do que seria o estado de exceção, seus moldes e suas motivações, visto que na trajetória acadêmica esse conceito se mostra ora como dentro do aparato jurídico legal, ora como uma forma política. Para efeito desse artigo, entretanto, não contemplaremos as discussões trazidas pelo autor, mas sim, trabalharemos com algumas ideias e conceitos que podem ser usadas para o presente estudo de caso.

A dificuldade em situar o estado de exceção ou no campo político quanto no jurídico é estendida à dificuldade em limitá-lo, isto é, muitas vezes a exceção é vista como uma emergência necessária a fim de preservar a ordem político-jurídica presente. Entretanto, isso não garante que o estado de exceção se limite a um espaço-tempo delimitado; inclusive, o autor afirma que “as medidas excepcionais, que se justificam como sendo para a defesa da constituição democrática, são aquelas que levam a sua ruína” (AGAMBEN, 2004, p. 20). Assim, uma democracia protegida não é uma democracia, e que o paradigma da exceção enquanto uma ditadura constitucional – isto é, como uma defesa da ordem democrática – funciona como uma fase de transição que leva à instauração de um regime totalitário

Dentro da exceção, é importante ressaltar, a ordem jurídica é suprimida no intuito de, paradoxalmente, mantê-la. Torna-se, portanto, um espaço anômico em que o está em jogo é uma força de lei – imposta com novas normas e com a supressão do sistema democrático como ele é entendido – sem lei. Assim, o totalitarismo moderno pode ser entendido como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a

eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Essa noção de guerra civil legal é atrelada ao conceito desenvolvido por Mbembe (2016) acerca da Necropolítica. Se apoiando no conceito Foucaultiano de biopoder⁸, como aponta o próprio autor, Mbembe (2016) define que a expressão máxima da soberania é o direito de escolher quem morre ou quem vive. Assim, “minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas ‘a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações’” (MBEMBE, 2017, p. 125).

O autor, então, relaciona o biopoder a outros dois conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. Assim, ele se propõe a analisar como as relações de inimizades e o estado de exceção tornam-se “a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo” (MBEMBE, 2016, p. 128). Esse direito de matar é justificado na ideiação do inimigo de tal que ele se torne um perigo absoluto ou mortal, em que apenas sua eliminação possa tornar possível a vida e a segurança da população. O autor complementa, ainda, que o estado de sítio é uma instituição militar que não diferencia o inimigo interno e externo, e subjugua aos militares locais a decisão, com base em suas próprias vontades e fundamentos, de quando e como alguém deve morrer.

Nota-se, portanto, que essas teorias conversam diretamente com o que foi apresentado na primeira parte. Se utilizando da discursiva da emergência e da exceção, no intuito de manter a ordem democrática – e Ocidental – em vigor, os militares criam um vácuo de lei, em que a lei – constitucional – não possua mais espaço, e as leis não previstas no direito positivado eram a que tinham verdadeira força. Esse vácuo criado pelo estado de exceção teve sua expressão máxima numa Necropolítica, em que cabia aos representantes do Estado decidir quem deveria viver ou morrer se baseando na inimizade à um inimigo ficcional: nesse caso em específico, o inimigo criado foi o ativista de esquerda e/ou comunista, que estava presente tanto no âmbito interno quanto externo. Assim, a operação Condor viria a mostrar essa quebra entre o interno e externo que Mbembe (2017) traz em sua argumentação, visto que, a operação atuava tanto na América do Sul – dentro dos países do Come Sul – quanto na Europa, como foi apresentado anteriormente.

⁸ Definido por Mbembe (2016) como: aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle (Mbembe, 2017, p. 123)

Pós-Estruturalismo das RI's e o Terrorismo

Nessa sessão buscaremos trabalhar a Teoria Pós-Estruturalista das Relações Internacionais e a forma com que palavras e discursos possuem poder; em especial, vamos aplicar essa teoria para o conceito de Terrorismo que, como vimos, não possui um significado definido e fechado, ocasionando diversas controversas. O Pós-Estruturalismo nas RI's busca uma análise alternativa que foge dos pressupostos racionalistas, materialista e positivista das teorias tradicionais das RI's; assim, o pós-estruturalismo busca driblar conceitos e ideias como a pré-determinação das identidades, interesses estáveis e a premissa do Interesse Nacional, por exemplo (RESENDE, 2010).

Para os pós-estruturalista é um erro acreditar numa visão fixa e monolítica do Interesse do Estado e a forma com que ele busca a sobrevivência, pois isso pressupõe que exista uma identidade nacional e imutável; essas premissas, que são vistas na teorias tradicionais, não abarcam, entretanto, como essas bases de teoria se formam (o interesse, identidade e até o mesmo Estado) de forma social e cultural nas sociedades, o que impossibilita a sua compreensão e, conseqüentemente, a análise de seus impactos. Para os autores pós-estruturalista, como aponta Resende (2010), os elementos culturais e linguísticos primeiramente criam representações para formulação de objetos, como os Estados, interesse, identidade, movimentos sociais, etc., e depois lhe atribuem uma característica que pode ser tanto positiva (democracia, cooperativo, pacífico, etc.), como negativos (hostil, agressivo, não-cooperativo, entre outros). Assim,

A crítica pós-moderna/pós-estruturalista se recusa a pressupor a existência a priori realidades, agentes e interesses, ou privilegiar determinados indivíduos ou coletividades como loci de significação. Ao invés disso, apontam para autonomia da linguagem na construção social da realidade e dão destaque às formas pelas quais estruturas, agentes e identidades são construídos dentro de práticas discursivas. (RESENDE, 2010, p. 73).

A intenção geral dos pós-estruturalistas não é buscar o entendimento e explicação da realidade material, mas responder como uma realidade é produzida e como ela possibilita a criação de estruturas, interesses e políticas. Para o presente caso, a teoria é de bastante uso. De um lado, podemos analisar que se o Golpe Militar foi dado em prol do Interesse Nacional, mas o que seria esse Interesse Nacional? O Interesse Nacional pode-se argumentar, foi criado para a manutenção de um interesse de manutenção do capitalismo e do interesse dos blocos de poder, forjou-se, portanto, um interesse construído de forma intersubjetiva e no pressuposto de uma identidade fixa de Estado.

De outro lado, referente à categoria do “Terrorismo”, a prática discursiva da época atribuiu um significado negativo à um objeto, nesse caso, os movimentos sociais, a Guerrilha, o comunismo e até mesmo o pensamento de esquerda (*leftish*). A grande questão é que o termo terrorismo já é imbricado, historicamente, de uma conotação extremamente negativa; a começar, ele é derivado da palavra terror (definida, no dicionário, como relacionada à um grande medo, pânico e pavor) e foi primeiramente empregado no período Jacobino, na Revolução Francesa. Nesse sentido, Diniz (2019) afirma que o termo “terrorismo” é utilizado para desqualificar politicamente adversário, como um termo depreciativo; Carrapiço (2005) afirma ainda que “caracterizar um grupo como sendo terrorista é, independentemente das suas ações, criar uma determinada imagem dele junto do público em geral” (CARRAPIÇO, 2005, p. 128).

Portanto, ao utilizar o termo terrorismo os militares argentinos conseguiram deslegitimar e desqualificar o adversário, que iam de movimentos armados a civis, de forma a criar na opinião pública que existia um perigo às bases da identidade, da sociedade e do Interesse Nacional da Argentina que colocava em voga a própria existência do Estado argentino. Assim, pode-se legitimar o Golpe fazendo uso de uma categoria que, como vimos, não possui uma definição e pode significar diversas coisas, que são atreladas a concepções negativas.

De outro lado, a literatura posterior ao período Militar se apossou do termo terrorismo para determinar a ação do Estado, visto que o aparato político-jurídico-repressivo criado foi capaz de aterrorizar a população e deve ser lembrado como algo a não se repetir, ou seja, se apoiou na linguagem e na produção de significado dada à movimentos sociais pré-Golpe de 1976 como uma forma de emancipação e produção de memória em sua redemocratização e julgamento de atos ilegais de lesa humanidade. Portanto, a terminologia “terrorismo de Estado” demonstra a memória e a justiça (simbólica) da sociedade argentina.

Conclusão

Além disso, o Estado de Exceção da Argentina conseguiu disseminar o terror na sociedade, mesmo que respaldado pela discursiva de que queria acabar com o terror de esquerda ou com o pensamento de esquerda. Se utilizando da bibliografia de Mbembe (2019) e Agamben (2004) é possível afirmar que a Ditadura da Argentina empreendeu uma verdadeira Necropolítica, pois escolhia aqueles que deviam viver ou morrer na sociedade e se utilizou do Estado de Exceção, pois através de aparatos e justificativas políticas, abdicou do Estado de Direito e dos devidos processos legais, chegando a promover atividades ilegais, por

conta de uma suposta “emergência” para lidar com as guerrilhas e a militarização da sociedade, o que resultou em traumas e consequências irreparáveis na sociedade argentina que podem ser sentidas até hoje. No intuito de construir a memória e justiça pós período repressivo, bibliografias criaram a definição de “Terrorismo de Estado” para lembrar aquilo que não deve ser repetido.

Esse cenário pode ser analisado à luz da teoria pós-estruturalistas das Relações Internacionais, pois articula a cultura e a linguística na definição de um inimigo que deve ser dizimado, à dizer, os comunistas, guerrilheiros e os “*leftish*”. Os documentos americanos ajudam nessa análise, pois eles conseguem fornecer a visão do período militar e como eles justificavam seus atos, além de fornecerem documentos primários de análise.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

CARRAPIÇO, H. As fragilidades da União Europeia face ao terrorismo. **Revista de Relações Internacionais**, Lisboa, n. 6, p. 127-129, 2005.

CAVAROZZI, M. **Autoritarismo y democracia (1955 – 2006)**. 1ª Ed. – Buenos Aires, Ariel, 2006.

CAVEIRO, P. **Poder e Desaparecimento**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CONADEP. **Nunca Más**. Argentina: Ed. Eudeba, 1984.

Documentos Americanos dos governos de Gerald Ford (1976) e Jimmy Carter (1977). Disponível em: <https://icontherecord.tumblr.com/>. Acesso em: 20 de março de 2018.

DINIZ, E. **Compreendendo o fenômeno do terrorismo**. 3º Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política, 2002. Disponível em: <https://ciberativismoeguerrea.files.wordpress.com/2016/09/diniz-do-o-fenomeno-doterrorismo.pdf>. Acesso em: 08 de abril de 2019.

EVA, M.; RAMOS, A. M. Una etnografía itinerante sobre el terrorismo en Argentina: paradas, trayectorias y disputas. **Antipoda: Revista de Antropología e Arqueología. Bogotá**, n.29, p.123-129, 2017.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Revista Arte & Ensaio**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 19 fev 2019.

PACUAL, A.. **Terrorismo de Estado: a argentina de 1976 a 1983**. 1997. 210 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

RESENDE, E. **A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

ROSTICA, J. La transnacionalización de ideas: La escuela contrasubversiva de Argentina a Guatemala. **Diálogos rev. electr. hist**, San Pedro, v. 19, n. 2, p. 170-197, Dez. 2018. Disponível em http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409469X2018000200170&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 de abril de 2019.

A INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS SOB A PERSPECTIVA DA LEI 13.409/2016

Lorena Ismael Fernandes⁹

Resumo

A educação inclusiva visa ampliar a participação de todos os estudantes no ensino regular, garantindo o exercício da cidadania. No ensino superior, a Lei 13.409/2016 cria uma reserva de vagas às pessoas com deficiência, advindas de escola pública, nas universidades públicas federais. O presente artigo busca compreender como o acesso impulsionado pela legislação mobiliza políticas e instrumentos de permanência estudantil e quais são os obstáculos encontrados para a efetivação dessa política no meio acadêmico. Além disso, apresentam-se ferramentas que podem auxiliar o processo educacional inclusivo nas universidades, como a Tecnologia Assistiva, e discute-se o papel da universidade na expansão e consolidação das práticas inclusivas. De acordo com os levantamentos bibliográficos realizados, é notória a importância de uma ação afirmativa na promoção da democratização do ensino, porém é observado que o sucesso da política está relacionado a utilização de mecanismos ao longo da trajetória universitária que permitam a inclusão educacional em sua totalidade.

Palavras-chave: educação inclusiva, Lei nº 13.409/2016, universidade, acesso, permanência.

Abstract

Inclusive education aims to increase the participation of all students in regular education, ensuring the exercise of citizenship. In higher education, Law 13.409/2016 creates a reserve of vacancies for people with disabilities, coming from public schools, in federal public universities. This article tries to understand how the access impelled by the legislation stimulates policies and instruments of student permanence and what are the obstacles found for the accomplishment of this policy in the academic environment. In addition, devices that can aid the inclusive educational process in universities are presented, such as Assistive Technology, and discuss the university's role in expanding and consolidating inclusive practices. According to the specialized literature, the importance of affirmative action in the promotion of the democratization of education is notorious, but it is observed that the success of the policy is related to the use of mechanisms along the university trajectory that allow the educational inclusion in totality.

Keywords: inclusive education, Law 13.409/2016, university, access, permanence.

⁹ Universidade Federal do ABC. E-mail: lorena.ismael98@gmail.com

Introdução

O debate contemporâneo sobre a importância da representatividade e da entrada de segmentos populacionais, historicamente, marginalizados no ambiente educacional é um dos temas mais relevantes no cenário brasileiro. A pluralidade compartilhada na dimensão sócio educacional não diz respeito, obrigatoriamente, ao debate sobre as minorias, mas ao coletivo, que revela em seu ponto central as diferenças individuais, tratando da necessidade de oportunidade, adequações, flexibilidade e, principalmente, ao respeito às dificuldades e limitações (FERREIRA, 2007).

A educação inclusiva, conceito fundamental para se compreender como tal processo está sendo desenvolvido, visa contemplar as demandas que são apresentadas por diferentes necessidades decorrentes de condições individuais (por exemplo, as deficiências), econômicas ou socioculturais, (FERRARI, SEKKEL, 2007), e tem como função a promoção do exercício da cidadania e a garantia dos direitos para todos.

O movimento em prol dos direitos das pessoas com deficiência (PcD), grupo selecionado para a pesquisa, ganhou notoriedade mundial em meados da década de 1980 com o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (PAM) promovido pela Organização das Nações Unidas, que buscava a promoção da “igualdade” e “participação plena” na sociedade e no desenvolvimento. No Brasil, o governo federal possui uma postura de investimento gradativo na educação inclusiva. No tocante ao ensino superior, a criação de instituições e normas legais respaldaram o estímulo a inclusão de pessoas com deficiência: o Conselho Nacional de Educação (CNE), ao estabelecer as diretrizes nacionais para a educação especial, registram, no Parecer CNE/CEB nº 17, de 03 de julho de 2001 e a Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001, que os sistemas de ensino devem matricular qualquer educando com necessidades educacionais especiais. O Ministério da Educação (MEC) estabelece em 2003 a Portaria 3.284/2003 que indica as exigências de acessibilidade para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições (MEC, 2003).

Dada essa conjuntura, as universidades começam a se organizar para propiciar a inclusão de PcD, permitindo que a inclusão escolar alcançada na Educação Básica tenha uma continuidade. A ação mais significativa na estruturação do processo de inclusão de pessoas com deficiência nas instituições públicas federais de ensino superior no Brasil aconteceu por meio da Lei nº 13.409/2016, que decreta a inclusão de PcD advindas de escola pública na Lei de Cotas –

Lei nº 12.711/2012 – fundando uma nova dinâmica nacional no sentido de ampliar e democratizar o espaço universitário a um grupo que não tiveram seus direitos assegurados por um longo período.

A Lei nº 13.409/2016 garante o acesso, porém, para que a política afirmativa obtenha sucesso, é necessário oferecer igualmente condições de permanência aos estudantes. O presente estudo busca entender como o acesso impulsionado pela legislação mobiliza políticas e instrumentos de permanência e quais são os obstáculos encontrados para a efetivação da educação inclusiva nas universidades federais, apresentando possíveis meios para se atingir resultados positivos, como o uso da Tecnologia Assistiva e de estratégias pedagógicas, por exemplo, o Plano Educacional Individualizado (PEI). Dentro dessa discussão, levanta-se a questão: qual é o papel das universidades públicas, através das bases de ensino, pesquisa e extensão, na expansão e consolidação da política inclusiva? Por fim, o vínculo entre o ambiente acadêmico e sociedade civil será abordado com intuito de demonstrar como a troca entre eles constrói e aprimora ações e técnicas na educação inclusiva.

LEI Nº 13.409/2016 – inserção de PcD na lei de cotas

A inclusão de PcD em universidades federais com garantia legal a reserva de vagas específicas aconteceu por meio de um decreto presidencial em 28 de dezembro de 2016, alterando em termos a Lei de Cotas – Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012:

Art. 1º. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012).

Para o objeto de análise deste estudo, o artigo 3º presente na Lei de Cotas citada será explorado com maior profundidade, que decreta originalmente:

Art. 3º. Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2012)

Trata-se uma política afirmativa efetivada pelo governo brasileiro com o objetivo de corrigir uma desigualdade, no caso, racial presente na sociedade, acumulada ao decorrer do

tempo – a existência de um racismo estrutural e institucionalizado (ONUBR, 2013). As políticas de ações afirmativas têm como foco, justamente, determinados grupos, visando promover igualdade de oportunidade. Na educação, seu objetivo é oferecer a possibilidade de disputar certas vagas no ensino superior a indivíduos que não teriam a chance de acessar a universidade inicialmente, sendo uma relevante conquista social para o país (DIAS; DA COSTA, 2016).

As ações afirmativas se distinguem das políticas puramente antidiscriminatórias por atuar de maneira preventiva em favor de indivíduos que possivelmente são discriminados, o que pode ser entendido tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos (GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA, 2015). A ação afirmativa não tem que ser interpretada como um benefício ou um mecanismo de injustiça perante aos outros candidatos, mas, ao contrário, pois somente se faz necessária quando identifica um histórico de injustiças e direitos que não foram assegurados.

Como supracitado, a inclusão do grupo de PcD ocorreu através da Lei nº 13.409/16 e modifica em termos os artigos 3º, 5º e 7º da Lei Nº 12.711/12, cabendo a exposição do artigo 3º:

Art. 3º. Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e **pessoas com deficiência** na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2016).

O apoio legal em prol das pessoas com deficiência foi fortalecido de maneira expressiva no ano de 2016. Além da inclusão na Lei de Cotas, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146/2016 foi sancionada para assegurar os direitos das pessoas com deficiência, com ênfase na promoção de igualdade de oportunidades, de autonomia e garantia de acessibilidade no país. Em um capítulo dedicado ao direito à educação, é garantido pelo poder público o “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (BRASIL, 2016), entre outros dispositivos que reforçam o processo de inclusão.

A entrada de estudantes com deficiência no ensino superior é um grande avanço, no entanto, nota-se que a presença do indivíduo em sala de aula não significa a sua participação plena no espaço universitário (TOMELI *et al.*, 2018). Para possibilitar a efetividade da inclusão,

é preciso que haja mecanismos de auxílio que criem condições reais de permanência dadas as necessidades particulares que cada deficiência demanda; sem o apoio institucional haverá, na verdade, um processo de exclusão dos estudantes que adentraram nas universidades através da política afirmativa, não atingindo o objetivo final de democratizar e incluir no nível superior.

Educação inclusiva

Segundo Ferreira (2007), o processo de inclusão acontece a partir da organização e implementação de soluções educativas que suprimam as limitações e dificuldades, com ações voltadas a práticas que reforçam a apropriação do saber, do saber fazer e do exercício crítico pessoal; envolve também a eliminação das barreiras arquitetônicas e, principalmente, as atitudinais, que são as percepções do público leigo – aqueles que não têm contato com a temática que abarca as questões inclusivas.

De acordo com o Decreto 3.298/1999, a deficiência é considerada “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 1999). Tais perdas ou anormalidades geram necessidades especiais – no campo que está sendo tratado, necessidades educacionais especiais – que não são atendidas com as práticas de normalização e integração, princípios que guiam o projeto educacional brasileiro com o uso de currículos padronizados, tradicionais e fragmentados (CAMARGO, SOFFA, MARKOWICZ, 2017). Cada estudante com deficiência apresenta suas particularidades devido a sua condição, dessa forma, não é possível falar em características gerais do grupo. É claro que é possível identificar indivíduos em situações similares que acabam compartilhando de mesmas necessidades, como, por exemplo, os deficientes auditivos, que requerem intérpretes de libras, mas é necessário entender que a construção de uma educação inclusiva é focada na individualidade de cada estudante, e em alguns casos, essas necessidades podem ser semelhantes e serem resolvidas de forma conjunta.

A definição do conceito de educação inclusiva pode ser apresentada de diversas maneiras, mas, em sua essência, dialogam com igualdade de significados. A educação inclusiva implica o reconhecimento e o atendimento das necessidades particulares de cada estudante, “adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir uma educação de qualidade para

todos por meio de currículos adaptados e adequados, [...] de estratégias pedagógicas” (TOMELI *et al.*, 2018, p. 95).

O acesso é o passo inicial de uma inclusão educacional, que é um processo amplo e complexo que deve acontecer de maneira contínua, no qual as mudanças são gradativas e construídas a partir da coletividade e colaboração. A Lei 13.409/2016 por si não consegue produzir resultados que promovam a inclusão desse grupo, é necessário articular mecanismos e estratégias que possam garantir a realização do ciclo educacional completo: acesso, permanência e conclusão.

Desafios e dificuldades no processo inclusivo

A Lei nº 13.409/16 está inserindo um grupo muito específico de estudantes que necessita de assistências e amparos diferenciados, como foi explicado na seção anterior, em instituições que não estão habituadas a lidar e oferecer o apoio fundamental a eles.

É importante ressaltar que o ingresso de alunos com necessidades especiais muitas vezes não ocorrerá de modo explícito, mesmo com a presença de cotas para PcD. O primeiro fator é que a lei somente abrange alunos oriundos de escolas públicas, fazendo com que o ingresso de estudantes com deficiência advindos de escolas particulares aconteça pela seleção de “ampla concorrência” em casos pontuais. O segundo fator, que é observado com frequência nas universidades, é que as dificuldades podem se revelar depois da entrada do aluno na instituição, sendo percebidas pela classe, docentes e coordenação aos poucos. Há situações em que o próprio discente desconhece sua condição ou não tem consciência das suas dificuldades, como o caso da estudante que descobriu o diagnóstico de dislexia por meio de conteúdos vistos nas aulas de neurociência (FERRARI, SEKKEL, 2007).

Levantamentos realizados por Silva *et al.* (2012) demonstraram que as principais dificuldades encontradas para o sucesso da educação inclusiva são o despreparo dos professores, a falta de conhecimento da população universitária em geral, estratégias pedagógicas falhas e limitações físicas. A falta de conhecimento e o despreparo dos docentes são apontadas na literatura como um dos principais problemas que impedem o avanço inclusivo nas escolas e universidades; para Pletsch (2009), isso está associado a uma defasagem na formação e capacitação desses profissionais. É notado pela autora que ainda há uma crença que os estudantes

com deficiência não são capazes de se desenvolver como os demais alunos e agir autonomamente – importância da remoção das barreiras atitudinais.

Como assinala Bueno (1999), os professores regulares não costumam ter contato com essa categoria de alunos e a sua formação, mesmo que seja em cursos da licenciatura ou Pedagogia, não possibilita o aprendizado em habilidades voltadas as necessidades educacionais especiais. O cenário é agravado ao se considerar os problemas estruturais da educação no país que contam com altos índices de evasão, turmas superlotadas e, mais recentemente, cortes agressivos na verba destinada as universidades públicas federais.

A pesquisa feita por Michels (2000) fortalece os pontos indicados pela produção teórica especializada comprovando que os alunos já inseridos no meio universitário consideram prioritária a adaptação do ambiente físico e a implantação de centros de apoio para o desenvolvimento de técnicas e recursos inclusivos, sendo avaliada também, a dimensão psicossocial, expondo os relatos de preconceito que sofrem nas universidades. Segundo Sasaki (2002), existem seis modalidades básicas de acessibilidade: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, com a tecnológica permeando todas elas. O exercício de cada modalidade, que abrange em si características próprias, precisa ser objetivo central das instituições de ensino para a efetivação da inclusão educacional.

O papel das universidades na expansão e consolidação das práticas educacionais inclusivas

O artigo “O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva” escrito por Rosana Glat e Márcia Denise Pletsch (2004) elucida a importância e a função da universidade na produção de conhecimentos e na elaboração de políticas voltadas a inclusão com base nos três pilares que compõe o meio acadêmico: ensino, pesquisa e extensão. As autoras defendem que a escola inclusiva, modelo que pode ser empregado, em termos, nas universidades, ainda não existe, logo, as universidades devem contribuir e liderar o processo de construção.

O ensino, eixo primordial das universidades, diz respeito a formação de capital humano, aspecto fundamental para o sucesso de uma política de inclusão educacional, já que é responsável pela capacitação dos futuros profissionais. Segundo o texto, para se enfrentar a realidade de despreparo dos funcionários envolvidos na educação, é necessário que a universidade seja capaz de formar dois tipos de educadores: um direcionado ao ensino regular, capacitados com o nível de conhecimento desejável e com habilidade relacionada ao alunado diversificado, e o outro com

especialização nas necessidades educacionais especiais que os estudantes podem apresentar, com uma formação apropriada a função que será exercida. É importante ressaltar que esse trabalho carece de ser cumprido em conjunto, de forma a não provocar surgimento de ações segregacionistas, isto é, deve-se manter um nível elevado de interação entre os estudantes sem necessidades especiais e os estudantes com deficiência, ao contrário, haverá uma separação prejudicial na forma como se dá o processo de aprendizagem entre os dois grupos, podendo ocorrer um isolamento dos estudantes com deficiência devido as suas necessidades.

O segundo eixo de atuação das universidades é a pesquisa. No campo da educação, as pesquisas aplicadas contribuem expressivamente para análise e mudança da realidade. Glat e Pletsch (2004) concordam que o foco das pesquisas tem que ser direcionado em torno de dois pontos: no primeiro, deve-se utilizar pesquisas de campo, com diferentes metodologias, para entender as diferentes experiências sobre inclusão e segundo, é preciso valorizar pesquisas com abordagens inovadoras que possam responder demandas do cotidiano na vida escolar – e na vida universitária também. A combinação de teoria e prática quebra o paradigma de separação entre academia e campo, integrando a comunidade externa e o ambiente universitário. Como o processo ocorre dentro da universidade, a partir da sua orientação, há uma maior facilidade em aplicar esses conhecimentos na realidade acadêmica, apropriando-se das suas descobertas e repassando para redes escolares posteriormente; ou seja, o processo inclusivo educacional deve ser pioneiro nas universidades, servindo como referência para outros setores educacionais. De maneira inversa, é possível que a universidade observe casos inclusivos de sucesso em outras áreas e incorpore em suas práticas através de levantamentos e estudos.

Essas experiências refletem a terceira esfera de atuação, que é a extensão: ações que articulam a atuação entre a universidade e os aprendizados sociais do público e instituições externas. O desempenho e resultados para ambos os atores são bastante favoráveis, afetando a eficiência e efetividade das políticas educacionais inclusivas.

Em síntese, as universidades devem assumir a responsabilidade de formar e capacitar professores e profissionais ligados a educação com uma perspectiva inclusiva. Assim como deve fomentar pesquisas e projetos que analisem, produzam e difundam aspectos e ações voltadas a essa área.

Estratégias para a efetivação de práticas inclusivas

Ainda que haja inúmeras barreiras a serem superadas, é verificado, atualmente, a existência de estratégias que podem atender as necessidades educacionais especiais e que são facilitadoras no processo de inclusão. Uma das principais ferramentas é o uso da Tecnologia Assistiva (TA), que corresponde ao agrupamento de técnicas, dispositivos e processos que ampliam as aptidões dos estudantes com deficiência e melhoram sua trajetória de aprendizagem; para isso, baseiam-se em ações de caráter multidisciplinar e requer a participação de profissionais de diversas áreas (FACHINETTI; CARBONE CARNEIRO, 2017). A TA estimula a troca entre docentes e estudantes no processo de encontrar as funcionalidades e recursos adaptados que mais otimizam as habilidades da pessoa com deficiência (GONÇALVES, 2010). Cabe as instituições investir nesses serviços para gerar um maior bem-estar dos estudantes, aumentando suas chances de permanecer na universidade.

Dentre as estratégias pedagógicas mais comuns para adaptar o conteúdo curricular para aqueles estudantes que necessitam, está o Plano Educacional Individualizado (PEI). O PEI favorece o desenvolvimento acadêmico e inclusão educacional através das características singulares de cada estudante. Esse instrumento avalia a condição e necessidades físicas, tecnologias, entre outras, do estudante e permite traçar metas para se atingir objetivos específicos para o aluno (MASCARO, 2018). Devido ao seu caráter individualizado, torna-se um desafio para o professor, por exemplo, utilizar o PEI em turmas de ensino comum com muitos alunos (CAPELLINI, RODRIGUES, 2014).

O aumento do número de estudantes com necessidades especiais demandará, na mesma proporção, maior uso e aplicação desses mecanismos, encontrando dificuldades para se expandir, pois o atendimento exige uma execução individualizada, sendo necessária a mobilização de diversos profissionais e, conseqüentemente, investimento orçamentário nessa área. Por essa razão, a educação inclusiva precisa ser entendida como um intermédio para a concretização de direitos, com foco na equidade, e não como uma política pública voltada a retornos financeiros futuros.

Em termos mais objetivos, o sucesso da política afirmativa em questão abarca procedimentos de criação de centros de apoio pedagógico, de viabilização de intérpretes e instrutores de libras, acessibilidade à comunicação, aquisição de materiais didáticos,

equipamentos e mobiliários ou adaptando os mesmos, reforma nas edificações, formação docente e demais frentes de atuação.

Relação entre as universidades e a sociedade civil

A importância da relação entre comunidade acadêmica e sociedade civil foi abordado anteriormente ao tratar do papel dos pilares da universidade na implementação de práticas inclusivas, com destaque ao eixo da extensão. Demonstrou-se que esse diálogo leva a construção e aprimoramento de atitudes, soluções e técnicas na educação inclusiva.

Portanto, é necessário somente evidenciar que a educação inclusiva acontece gradualmente; é uma área recente e está sendo desenvolvida por meio de reconhecimentos e demandas que estão aparecendo de acordo com a inserção das pessoas com deficiência em toda a sociedade. A participação e apoio consciente de grupos que não são envolvidos, de modo direto, com a causa se mostra relevante para que as pessoas com deficiência avancem com suas reivindicações e passem a ocupar e usufruir plenamente dos espaços públicos, em especial das universidades federais.

Considerações finais

O estudo apresentado buscou esclarecer princípios fundamentais da educação inclusiva e compreender como o acesso impulsionado pela Lei 13.409/2016 está mobilizando políticas e instrumentos de inclusão educacional nas universidades federais e quais são os obstáculos encontrados para a efetivação de tal política afirmativa.

A inclusão de pessoas com deficiência, detentores de necessidades especiais, no âmbito universitário, é gradativa, requer mudanças estruturais e administrativas da instituição, e igualmente demanda transformações na concepção das pessoas, que somente se concretizará com um intenso serviço relacionado a um trabalho de informação, conscientização, mobilização, que instrumento e efetue a realização de ações de respeito à diversidade e valorização das diferenças. A Lei nº 13.409/16 está provocando uma imposição na aceleração de tais processos nas instituições, resultando em uma não disposição de tempo para se preparar e atender os alunos com deficiência de forma exatamente apropriada no início, mas implica em um grande avanço com a democratização do acesso e força a produção de políticas voltadas a inclusão educacional. Vale apontar que as experiências adquiridas pela própria universidade com a entrada desses

estudantes e as referências teóricas e práticas de universidades que possuem práticas consolidadas na área inclusiva resultarão em progressos significativos no processo de inclusão.

A educação inclusiva no nível superior, assim como em todos os outros níveis, pressupõe a participação ativa de toda a coletividade para a tomada de decisões em questões da sala de aula e da instituição, sendo necessários a flexibilidade na utilização dos recursos institucionais, humanos e materiais. É indispensável que todos os atores ligados a ações educacionais (alunos, professores, coordenadores e diretores) e a sociedade civil reconheçam e legitimem as diferentes encontradas nas salas de aula e colaborem na construção de condições de ensino e aprendizagem.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 1999. **Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999**. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 14 de abril de 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 2012. **Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 24 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 2016. **Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015..** Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 de abril de 2019

BRASIL. Lei nº 13.409, de 2016. **Lei Nº 13.409, de 28 de Dezembro de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: 24 de fevereiro de 2019.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3. n.5, 7-25, 1999.

CAMARGO, L. F.; SOFFA, M. M.; MARKOWICZ, D. **Perspectivas sobre a educação inclusiva: um desafio possível**. 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23527_11750.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2019.

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. **Práticas inclusivas: fazendo a diferença**. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2014.

DIAS, S. M. B.; DA COSTA, S. L. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, n. 17/18, 2016.

FACHINETTI, T. A.; CARBONE CARNEIRO, R. U. A Tecnologia Assistiva como facilitadora no processo de inclusão: das políticas públicas a literatura. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], p. 1588-1597, dec. 2017.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 27, n. 4, p.636-647, dez. 2007.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.43-60, abr. 2007.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. **Revista Benjamin Constant**, v. 29, n. 1, p. 3-8, 2004.

GONÇALVES, A. G. **Desempenho motor de alunos com paralisia cerebral frente à adaptação de recursos pedagógicos**. 2010. 168p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp de Marília.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA (GEMAA) (Rio de Janeiro). **O que são ações afirmativas?** Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

MASCARO, C. A. A. de C. **O atendimento pedagógico na sala de recursos sob o viés do plano educacional individualizado para o aluno com deficiência intelectual: um estudo de caso**. 2017. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MICHELS, L.R.F. **A inclusão/exclusão da pessoa portadora de necessidades especiais no contexto universitário**. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portaria Nº 3.284, de 7 de Novembro de 2003**. Brasília, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_3284.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (Brasília). **Grupo de Trabalho da ONU sobre Afrodescendentes divulga comunicado final sobre visita ao Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-afrodescendentes-divulga-comunicado-final/>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisa. **Educar em Revista**, v. 25, n. 33, p. 143-156, 2008.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: a universidade e a pessoa com deficiência**. Disponível em <http://apacsp.com.br/site/interaja/mainUniversidade.htm>. Acesso em: 23 de março de 2019.

SILVA, H. M. *et al.* A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: revisão de literatura. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, [s.l.], v. 10, n. 2, p.332-342, dez. 2012. Universidade Vale do Rio Verde (UninCor).

TOMELIN, K. N. *et al.* Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 35, n.106, p.94-103,2018.

OS LUGARES DE MEMÓRIA OPERÁRIA VERSUS A GENTRIFICAÇÃO: O CASO DA PRAÇA DO FORRÓ, EM SÃO MIGUEL PAULISTA

Lucas de Paula Landin¹⁰

Resumo

Esse artigo busca demonstrar que a utilização da gentrificação como política pública, para a requalificação urbana de lugares de memória operária resulta na dissolução da consciência de classe difusa na população trabalhadora que habita o seu entorno. O artigo estudará o processo de requalificação urbana da Praça do Forró, um local de memória operária nordestina na zona leste da cidade de São Paulo, para compreender se tal processo ocasionou a perda de consciência de classe difusa entre os moradores daquela localidade, por muitos anos apelidada de *Cinturão Vermelho*, devido ao amplo apoio popular a partidos de esquerda.

Palavras-chave: Gentrificação, Revitalização urbana, Luta de Classes, Marxismo, Lugar de Memória.

Abstract

This article seeks to demonstrate that the use of gentrification as a public policy of urban requalification for places of worker memory results in the dissolution of the diffuse worker class consciousness in the population who lives in the surrounding. The article will study the process of urban requalification of Forró Square, a place of brazilian northeast worker memory in the city of São Paulo, to understand the consequences of this process for the dissolution of class consciousness in that locality, for many years dubbed the *Belt Red of São Paulo*, due to the widespread support of its residents for left-wing parties.

Keywords: Gentrification, Urban revitalization, Class Warfare, Marxism, Place of Memory.

Introdução

¹⁰ Universidade Federal do ABC. E-mail: deplandin@gmail.com

As instalações fabris da Companhia Nitro Química Brasileira mudaram a história de São Miguel Paulista. O bucólico vilarejo na zona leste da cidade de São Paulo passou a crescer, ampla e desordenadamente, e virou casa para milhares de migrantes nordestinos que chegavam em caminhões mandados pela própria companhia ao Nordeste. Com a indústria, chegaram também as mazelas intrínsecas ao capitalismo: a fome, a desigualdade pulsante e a exploração dos trabalhadores.

Nem as políticas sociais aplicadas pelo presidente Getúlio Vargas foram suficientes para evitar a eclosão de um grande movimento operário em São Miguel. Os trabalhadores, reunidos em volta da Praça Padre Aleixo Monteiro Mafra, no centro do bairro, organizaram a maior célula do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1940, e ajudaram a eleger o primeiro deputado comunista do país. Foi assim que o bairro e seus vizinhos passaram a ser conhecidos como o *Cinturão Vermelho* da capital, ou seja, uma região com forte inclinação a apoiar partidos ideologicamente de esquerda, com ideais comunistas e trabalhistas. Naquela praça central, multiplicavam-se também as apresentações culturais dos nordestinos, que, por sua vez, não deixavam de serem importantes manifestações políticas, frente à xenofobia que enfrentavam dos paulistas.

Contudo, foi apenas no governo de esquerda de Luiza Erundina (1989-1992), a primeira prefeita nordestina da cidade de São Paulo, que a praça central virou a “Praça do Forró”. O ambiente foi reconhecido pelo Estado como local de memória operária, ganhando um palco e incentivo para que as manifestações culturais fossem preservadas por ali, o que garantiria a manutenção da memória de luta política e cultural dos operários para as próximas gerações. Todavia, cerca de dezessete anos depois, no governo do prefeito Gilberto Kassab, a praça foi reformada, perdeu suas características históricas, e a região sofreu um processo de gentrificação.

Atualmente, é fato que a reorganização do espaço urbano é cada vez mais utilizada como programa de governo na gestão pública de estados e municípios no Brasil. Todavia, são poucos os estudos que abordam as consequências políticas do avanço desse tipo de programa sobre os locais de memória operária, como os que foram levados a cabo pela gestão de Kassab e José Serra (2005-2012), em São Paulo, onde essa agenda se expressou na configuração de projetos como a Nova Luz, a revitalização do Largo da Batata, da Praça Roosevelt, entre outros.

Esse artigo busca demonstrar que a utilização da gentrificação, como política pública para a requalificação urbana de lugares de memória operária resulta na dissolução da

consciência de classe difusa na população trabalhadora que habita o seu entorno, possuindo também um objetivo político. O artigo estudará especificamente o processo de requalificação urbana da Praça do Forró, para compreender se tal processo afetou a consciência de classe difusa entre os moradores daquela localidade.

A Praça do Forró e suas raízes operárias

Na década de 1930 o Brasil vivia sobre o auge do Estado Novo. A política econômica do presidente Getúlio Vargas se alicerçava na implementação do modelo de substituição de importações, o que culminou num impulso para o desenvolvimento industrial do país (BRESSER-PEREIRA, 1977). É nesse contexto que o bairro de São Miguel Paulista, em São Paulo, que até então se caracterizava por ser um ambiente rural, ganha a sua primeira indústria: a Companhia Nitro Química Brasileira, em 1937.

O estabelecimento da companhia, a primeira indústria de nitrocelulose do mercado nacional, fora um divisor de águas na história do bairro. O bucólico vilarejo no extremo da zona leste da cidade, outrora morada dos primeiros jesuítas portugueses, torna-se um grande polo industrial, e rapidamente começa a atrair uma série de mão de obra migrante, oriunda principalmente da região Nordeste do país. Segundo Fontes (2008), para intensificar a vinda desses migrantes, a própria companhia enviava caminhões ao interior do Nordeste para recrutar trabalhadores daquela região para atuarem como operários em sua fábrica em São Miguel. Formava-se então uma das maiores colônias nordestinas da cidade de São Paulo.

As instalações fabris da Nitro Química se localizavam em plena região central de São Miguel. Perto dali, encontrava-se a Igreja de São Miguel Arcanjo, na praça central. Como certamente o catolicismo era um dos poucos pontos de nacionalidade em comum que os migrantes do Nordeste partilhavam com os seus conterrâneos do Sudeste na época, o fluxo de pessoas na Igreja e conseqüentemente, na praça, aumenta consideravelmente com a migração, fazendo daquela região o ponto de encontro entre os nordestinos residentes de todas as partes de São Miguel.

Em 1940, os operários migrantes começam a se reunir na praça aos finais de semana, para ouvir e dançar ao som de bandas de forró nordestinas. Também havia naquele local uma tradicional feira, onde se vendia comidas, roupas e objetos típicos do Nordeste. Mas além da tradição cultural, a praça também foi palco de grandes movimentos políticos operários. A célula do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de São Miguel, a maior do Estado de São Paulo na época, realizava ali manifestações contra os abusos cometidos pela Nitro Química para

com os seus funcionários. A partir dessas atividades políticas, o bairro e as redondezas passaram a ser chamados de *Cinturão Vermelho* de São Paulo, ou seja, uma região com forte inclinação a apoiar partidos ideologicamente de esquerda, com ideais comunistas e trabalhistas (FONTES, 2008).

Com a cassação do sindicato dos químicos pelo governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, os operários comunistas fundaram, também na praça, o Movimento Popular Autonomista (MPA), que ali realizou grandes comícios políticos, e posteriormente viria lutar pela emancipação política de São Miguel. Após o golpe civil-militar de 1964, a praça também foi palco do Movimento Popular de Arte, que fazia apresentações artísticas pedindo o fim do regime autoritário (ALVES, 2012).

Após o restabelecimento da ordem democrática no país, em 1985, a praça central passou por duas grandes intervenções do Estado. Em 1992, durante o Governo Luiza Erundina, a primeira prefeita de esquerda e de origem nordestina da cidade, a praça transformou-se oficialmente em um espaço de memória nordestino em São Paulo. Foi reformada, ganhando um palco em formato de chapéu de cowboy, onde passaram a ser feitas apresentações de forró todos os fins de semana e feriados. Assim, a praça atraiu ainda mais público nordestino de toda a zona leste de São Paulo, ganhou o apelido de Praça do Forró, e se tornou um lugar de memória operária nordestina. Segundo Nora (1993) lugares de memória podem ser definidos como pontos onde se resguardam a memória coletiva sob um contexto de aceleração da história.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]. Sem vigilância ‘comemorativa’, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. (NORA, 1993, p. 13)

Dezesseis anos mais tarde, em 2008, durante o governo de centro-direita do prefeito Gilberto Kassab, é realizada ali uma segunda intervenção: a praça e seu entorno foram alvo de um processo de revitalização, perdendo quase todas as suas características originais. O palco foi demolido e o chão, concretado. Com recursos da Lei Rouanet, a Igreja histórica ganhou um cercado e transformou-se em museu. As apresentações de música e dança pararam de acontecer ali e não foram transferidas para outro local (RAMOS, 2007). Desde então, a região passa por um processo de gentrificação, que ganhou força após a confirmação do distrito

vizinho de Itaquera¹¹ como palco da abertura da Copa do Mundo da FIFA de Futebol em 2014.

A gentrificação nos locais de memória operária

Gentrificação, do inglês *gentrification*, significa a reorganização de um espaço urbano, promovendo direta ou indiretamente uma limpeza social, ao remover um grupo inserido em um determinado local para substituí-lo por outro, geralmente de status mais elevado na sociedade. O termo, que foi usado pela primeira vez em 1964 pela socióloga Ruth Glass, deriva da palavra inglesa *Gentry*, nome dado ao estamento da nobreza na sociedade britânica, e foi cunhado para nomear o movimento de migração de moradores de classes altas para a periferia de Londres, até então ocupada por trabalhadores (GEVEHR; BERTI, 2017).

Por mais que a discussão sobre esse processo esteja em alta, ele não é exclusivo do mundo pós-moderno. Em sua época, Marx (1998) já citava que havia um movimento de “melhoria das cidades, acompanhando o crescimento da riqueza, através da demolição de quarteirões mal construídos, da construção de palácios para bancos, etc.” patrocinado pelo capitalismo. Harvey (1985) também cita a gentrificação como um processo intrínseco ao capitalismo, ressaltando que o fenômeno modifica o ambiente físico conforme o interesse de lucro por quem detém o capital.

Um ambiente físico criado em um determinado momento no tempo deve atender as necessidades daquela sociedade naquele momento determinado, mas tornar-se-á antagônico no futuro, na medida em que a dinâmica do processo de acumulação e o crescimento da sociedade alteram as necessidades de valor de uso tanto do capital quanto do trabalho. (HARVEY, 1985, p. 173).

Durante os anos 2000, a reorganização e o enobrecimento do espaço urbano tornam-se uma tática de investimento do capital financeiro especulativo internacional, sobre os cuidados do mercado imobiliário e com amplo respaldo e apoio do aparato estatal. No Brasil, é usual que o poder público assuma ainda o papel de condutor do processo enobrecimento urbano (BOTELHO, 2005).

Na cidade de São Paulo, a primeira grande tentativa de requalificação urbana classificada como gentrificação foi o projeto revitalização da zona Pari-Brás na gestão do prefeito Celso Pitta (2000). O projeto previa a expulsão de ambulantes da região de comércio

¹¹ O bairro de São Miguel Paulista fica no caminho entre a Arena de São Paulo, em Itaquera, sede da Copa do Mundo da FIFA de 2014, e o Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos. Depois da confirmação de Itaquera como sede, São Miguel passou a receber investimentos do setor imobiliário.

central da cidade e a doação de um terreno para a construção do edifício Maharishi Tower, que tinha a ambição de ser a maior torre do mundo, com 510 metros de altura, e de atuar como indutor da reconstrução e uniformização do centro da cidade (GONÇALVES, 2016). Esse último desejo, aliás, também norteou os projetos de requalificação da região da Luz, no Centro, e do Largo da Batata, na zona oeste, ambos nas gestões dos prefeitos José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (2006-2012).

O projeto da Luz, o “Nova Luz”, chegou a demolir quarteirões inteiros, até então ocupados com habitação e comércios populares, para incentivar a ocupação desse espaço com grandes prédios comerciais modernos. O indutor desse “desenvolvimento” seria o Complexo Cultural Luz, um projeto assinado pelo renomado escritório de arquitetura suíço Herzog & de Meuron, que previa a instalação de um polo cultural com escola de dança, de música, que seria construído pelo Governo do Estado de São Paulo (MASSUELA; PEREIRA; FAGUNDEZ, 2015). A proposta foi abandonada pela gestão seguinte, do prefeito de centro-esquerda Fernando Haddad, mas não pelo seu teor gentrificador em si: a Prefeitura justificou que desistiu do projeto porque era caro demais para ser executado (SPINELLI, 2013).

Em nome dessa uniformização dos espaços na metrópole, a gentrificação destrói mais que símbolos materiais e imateriais quando avança sobre locais de memória operária: ela ajuda a remover toda a memória coletiva que o espaço mantém vivo com ele. Para Halbwachs (2006), a memória coletiva contribui para a percepção do ser humano como cidadão e como ator político do meio em que se insere. Portanto, ao levar o processo de gentrificação aos lugares de memória operária, o Estado e o mercado financeiro não atuam apenas com viés econômico, mas também com um viés político, já que este lugar contribui para formar uma determinada consciência de classe adquirida pelos trabalhadores que o frequentam. Ou seja, “requalificar” os locais de memória operária é como apagar a memória coletiva de uma determinada população (SCIFONI, 2013).

Para Rébérioux (1992 *apud* SCIFONI, 2013, p. 99), os lugares de memória operária podem ser classificados em três diferentes categorias: lugares de trabalho, lugares de solidariedade e sociabilidade e lugares simbólicos. Ela destaca os cafés parisienses do final do século XIX como um exemplo de lugar de solidariedade e sociabilidade dentro da França, onde os operários se reuniam para beber, fumar e cantar. A autora mostra que os trabalhadores aposentados frequentemente trazem muitas recordações acerca desses lugares em suas memórias. É também nesses locais que surgem inúmeras organizações políticas, como associações operárias, devido ao alto número de trabalhadores que os frequentavam.

Como apresentou Scifoni (2013), são justamente esses espaços de solidariedade e sociabilidade trabalhista que são pouco contemplados com políticas públicas de proteção e preservação, quase inexistentes. Os poucos programas de proteção aos lugares de memória operária restringem-se quase que unicamente à preservação de fábricas, galpões industriais, ferrovias e maquinário.

No contexto de intensa globalização econômica e social e com a crise de identidade do sujeito pós-moderno, a remoção dos lugares de memória operária pode ser crucial para finalizar a já combatida identidade de classe difusa entre os que outrora frequentavam esse espaço, de suma importância para que as gerações posteriores sequer tenham contato com ela [...] Os lugares de memória, inseridos num discurso patrimonial de identidade, servem a busca de um sentido social, uma maneira de organizar nossa relação com o passado, em um contexto histórico de mundialização da economia e da cultura e de mobilidade generalizada. (SCIFONI, 2013. p. 5)

Especificamente no caso da Praça do Forró, a Prefeitura de São Paulo, sob a gestão Luiza Erundina, inovou e reconheceu o local como de importância para resguardar a memória coletiva daquela localidade. Tal reconhecimento se concretizou na reforma realizada, que visava manter essa memória viva por meio de símbolos materiais, como o palco em formato de chapéu de *cowboy* e placas com o próprio nome (Praça do Forró), quanto por meio de símbolos imateriais, como as apresentações artísticas que eram incentivadas a continuar acontecendo ali. Já a reforma realizada pela gestão de Gilberto Kassab na praça visava apenas à homogeneização do espaço, tornando-o palatável para atrair investimentos do mercado imobiliário em seu entorno.

A pesquisa

Para compreender se o processo de requalificação urbana causou a dissolução da memória operária nordestina no bairro de São Miguel, e conseqüentemente, a dissolução da consciência de classe¹² difusa naquela localidade, foi realizada uma pesquisa quantitativa, estruturada em questionários que foram aplicados aos frequentadores da Praça do Forró. Para Santos e Candeloro (2006), a pesquisa quantitativa é aquela se centra na objetividade, na qual os resultados podem ser quantificados. Um de seus objetivos é a mensuração de algumas variáveis, transformando-as em dados alcançados em ilustrações como tabelas, quadros e gráficos.

¹² A teoria marxiana entende como "consciência de classe" a compreensão, por parte de um proletário, que ele pertence a um estado de exploração, onde a riqueza oriunda da sua produção laboral é extraída pela burguesia. O oposto disso é o que Marx chama de alienação (BODART, 2018).

O questionário aplicado foi dividido em oito perguntas, as duas primeiras para descobrir a faixa etária e se o entrevistado era morador(a) do bairro. As demais diziam respeito ao conhecimento histórico da localidade e sobre como o entrevistado se posicionava referente a temas atuais de interesse da classe trabalhadora, como a adoção de políticas redistributivas¹³ e o fim de direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988. Esse último grupo de questões foi a saída encontrada para aferir quantitativamente se havia diferença de pensamentos de classe entre as faixas etárias, já que não há relatos de outras pesquisas semelhantes baseadas na teoria marxiana.

O recorte de público foi feito em duas faixas etárias: jovens até 25 anos e idosos a partir dos 60 anos, todos moradores de São Miguel, para compreender se há diferença de resultado entre quem viveu na época que a Praça era um local de memória e quem não viveu nesse período. A previsão inicial era entrevistar um grupo de cem pessoas em cada faixa etária, mas, devido ao curto espaço de tempo, foram consultadas cem pessoas do primeiro grupo e sessenta pessoas do segundo, durante três dias.

Tabela 1: Resultados obtidos na pesquisa com os jovens de São Miguel, até 25 anos

Você é morador (a) do bairro de São Miguel Paulista?		Você sabe a origem do nome “Praça do Forró”?		Você sabia que a Pça. do Forró era um importante ponto de encontro político e cultural dos trabalhadores da Cia. Nitro Química?		Atualmente, você se autocalifica como seguidor de alguma ideologia política (esquerda, direita, centro)?		Você é a favor da cobrança de impostos para mais ricos e diminuição de impostos para os mais pobres?		Você é a favor da diminuição de direitos trabalhistas, como por exemplo, a reforma da Previdência?		Você é a favor do fim do Sistema Único de Saúde (SUS)?	
Sim	100%	Sim	40%	Sim	0%	Direita	20%	Sim	30%	Sim	60%	Sim	90%
Não	0%	Não	60%	Não	100%	Centro	10%	Não	70%	Não	40%	Não	10%
						Nenhuma	70%						

Fonte: Autor, 2018.

¹³ As políticas redistributivas são aquelas que alocam bens e serviços para um determinado grupo social, com recursos oriundos de outro grupo social. Um exemplo é a política tributária (RUA, 2014).

Tabela 2: Resultados obtidos na pesquisa com os idosos de São Miguel, a partir de 60 anos

Você é morador (a) do bairro de São Miguel Paulista?		Você sabe a origem do nome “Praça do Forró”?		Você sabia que a Pça. do Forró era um importante ponto de encontro político e cultural dos trabalhadores da Cia. Nitro Química?		Atualmente, você se autocalifica como seguidor de alguma ideologia política (esquerda, direita, centro)?		Você é a favor da cobrança de impostos para mais ricos e diminuição de impostos para os mais pobres?		Você é a favor da diminuição de direitos trabalhistas, como por exemplo, a reforma da Previdência?		Você é a favor do fim do Sistema Único de Saúde (SUS)?	
Sim	100%	Sim	100%	Sim	83%	Direita	17%	Sim	83%	Sim	0%	Sim	33%
Não	0%	Não	0%	Não	17%	Esquerda	17%	Não	17%	Não	100%	Não	67%
						Nenhuma	67%						

Fonte: Autor, 2018.

Apesar do relativamente pequeno espaço amostral, é perceptível que há uma diferença entre a consciência de classe dos moradores mais velhos de São Miguel, quando comparamos com a dos mais jovens. A maioria dos jovens é favorável à retirada de direitos trabalhistas (60%), do fim do SUS (90%) e contra políticas redistributivas (70%). Nenhum jovem entrevistado sabia da história do local antes do processo de requalificação urbana e apenas 40% delas sabiam o significado do nome da praça.

Já entre os mais velhos, a maioria se mostrou favorável aos direitos trabalhistas (Tabela 2), apesar do patamar de pessoas que não se classificavam politicamente ser equivalente (67% dos idosos contra 70% dos mais jovens). Ou seja, apesar de não estarem alinhados com partidos de esquerda no momento atual do país, as respostas caminham no sentido de dizer que os mais velhos possuem consciência sobre sua classe social, o que não se verifica entre os mais jovens. Entre os mais velhos, 83% também afirmaram que sabiam a histórica política e cultural do local, formando portanto, um número expressivo para o presente artigo.

É interessante destacar que a ideologia política pessoal de cada entrevistado não é o determinante, na interpretação deste artigo, para definir se uma pessoa possui consciência de classe ou não, e sim o posicionamento sobre os temas acima mencionados. Esse ponto é reforçado, aliás, pelas respostas recebidas na pergunta “Atualmente, você se autocalifica como seguidor de alguma ideologia política (esquerda, direita, centro)?”, em que 67% dos mais velhos e 70% dos mais jovens não se autocalifica como seguidor de alguma ideologia política, seja ela esquerda, direita ou centro. Apesar de ambos os grupos terem se posicionado

em sentidos opostos na maioria dos questionamentos, como já vimos, ambos convergem ao dizer que não simpatizam com nenhum espectro político.

Considerações finais

Ao se analisar o resultado da pesquisa, é possível dizer que está ocorrendo uma perda de consciência de classe e da própria história entre os moradores de São Miguel. Sem contato com a cultura e a história política de um lugar de memória que não existe mais, os jovens demonstraram ter pouco conhecimento sobre suas origens, e tampouco se sentem pertencentes a uma classe trabalhadora, no sentido marxiano do termo.

Certamente, o momento político em que atualmente se encontra o mundo e o Brasil exerceu um grande peso no resultado da pesquisa, mas quando comparamos as respostas dos jovens com as respostas fornecidas pelos mais velhos, percebemos que o processo de requalificação urbana ocorrido na Praça do Forró certamente ele teve uma significativa influência nesse processo de perda de consciência. Portanto, além de motivos econômicos, motivos políticos também podem ter se manifestado na decisão de destruir um espaço também político, preservado enquanto local de memória operária por uma gestão municipal de esquerda.

Em um mundo pós-moderno cada vez mais globalizado, onde as narrativas são demasiadamente alienantes e caminham para dividir e segregar a classe trabalhadora em diferentes grupos sociais, os locais de memória possuem uma função pedagógica e política. Preservá-los é como um ato de resistência nas urbes, não só contra os interesses políticos em sua dissolução, mas também contra os interesses econômicos, intrínsecos a qualquer processo de gentrificação.

Portanto, não só é urgente que a sociedade civil organizada tome ciência desse processo e reivindique aos órgãos de Estado a criação de políticas públicas para tais locais, como também é urgente a manutenção de contínua vigilância social, para que a história e toda sua carga política não se perca entre uma eleição e outra, ou entre um interesse imobiliário e outro.

Referências bibliográficas

ALVES, E. Praça do Forró – São Miguel Paulista. Disponível em: <http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com.br/2012/12/praca-do-forro-sao-miguel-paulista.html>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

BODART, C. Para entender de uma vez o que é “consciência de classe”. Disponível em: <https://www.cafecomsociologia.com/consciencia-de-classe/>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

BOTELHO, T. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista eure**. Santiago, n. 93, 2005. p. 53-71. Disponível em <https://scielo.conicyt.cl/pdf/eure/v31n93/art04.pdf>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**: Esboço de uma economia política periférica. São Paulo: Brasiliense, 1977.

FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo**: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GEVEHR, D. L.; BERTI, F. Gentrificação: um discussão conceitual. **Políticas Públicas & Cidades**, v. 5, n. 1, 2017. p. 85-107. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v5n1>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

GONÇALVES, D. N. Maharishi São Paulo Tower tem história contada em livro. Disponível em <https://vejasp.abril.com.br/cidades/maharishi-sao-paulo-tower-tem-historia-contada-em-livro>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, D. **The Urbanization of Capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

MARX, K. **O Capital**, Livro I, volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MASSUELA A.; PEREIRA, E.; FAGUNDEZ, I. Governo desiste de erguer complexo cultural em terreno na região da Luz. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2015/11/1703256-governo-desiste-de-erguer-complexo-cultural-em-terreno-na-regiao-da-luz.shtml>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

NORA, P. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, 1993.

RAMOS, V. Praça do Forró, em São Miguel, é revitalizada pela Prefeitura. Disponível em: http://www.itaimpaulista.com.br/portal/index.php?secao=news&id_noticia=317&subsecao=21. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

RUA, M. G. Políticas públicas. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145407/1/PNAP%20%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20-%20Políticas%20Publicas.pdf>>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

SANTOS, V.; CANDELORO, R. **Trabalhos acadêmicos**: Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre: Age, 2006.

SCIFONI, S. Lugares de memória operária na metrópole paulista. **Revista GEOUSP, espaço e tempo**, São Paulo, n. 33, p. 98-110, 2013. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74304>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

SPINELLI, E. Haddad engaveta plano de Kassab do projeto Nova Luz em SP. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/01/1219633-haddad-engaveta-plano-de-kassab-do-projeto-nova-luz-em-sp.shtml>. Acesso em: 20 de Outubro de 2018.

COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES E ALIANÇA DO PACÍFICO: MODELOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Paulo Henrique Campos Gal¹⁴

Resumo

Os diferentes modelos de integração regional na América Latina são, historicamente, processos que se sobrepõem e se contrapõem mutuamente, compartilhando características ao mesmo tempo em que disputam com veemência sua visão de futuro para uma região que está longe de poder se considerar como integrada. Os latino-americanos viram, ao longo das décadas, projetos de integração ascenderem e sucumbirem pelos mais diversos motivos, seja pela alternância de perfil dos governos negociadores, seja pelo contexto internacional, entre outros. É nesse contexto incerto e irregular que a Comunidade Andina de Nações e a Aliança do Pacífico, blocos que pertencem a diferentes eixos de integração, disputam pela preponderância na sub-região andina, cujos países, apesar de compartilharem muitas semelhanças históricas e culturais, no tocante à integração, se encontram em profunda discórdia.

Palavras-chave: integração regional, Comunidade Andina, Aliança do Pacífico.

Abstract

The different models of regional integration in Latin America are, historically, processes that overlap and contrast each other, sharing characteristics while vehemently dispute their vision of future for a region that is far from being labeled as integrated. Over the decades, Latin Americans have seen projects of integration rise and fall for the most diverse reasons, either by the alternating profile of the negotiating governments, or by the international context, among other aspects. It is in this uncertain and irregular context that the Andean Community of Nations and the Pacific Alliance (blocks that belong to different integration axes) race for the preponderance in the Andean sub-region, whose countries, despite sharing many historical and cultural similarities, are in deep disagreement when it comes to integration.

Keywords: regional integration, Andean Community, Pacific Alliance.

¹⁴ Universidade Federal do ABC. E-mail: phcamposgal@gmail.com.

Introdução

A América Latina é uma região frequentemente associada à heterogeneidade e à fragmentação política (BRICEÑO RUIZ, 2013). Além disso, costuma ser identificada pela sobreposição e pelas várias formas de regionalismos que nela se formam o que dificulta a criação de um modelo único e mais abrangente de integração e união latino-americana, de acordo com teóricos do regionalismo¹⁵.

Ao observar todos os blocos de integração latino-americanos, além de ideologias e bases teóricas diferentes, nota-se que eles se contrapõem e se sobrepõem, apresentando altos e baixos no exercício de suas funções; permitindo que os países possam dar prioridades diferentes para cada bloco, de acordo com os seus próprios interesses, e com os interesses do governo do momento. Nota-se também que, no tocante aos acordos de integração de viés prioritariamente econômicos, eles possuem dificuldade ao negociar e implementar uma tarifa externa comum, recorrendo frequentemente ao protecionismo, devido especialmente às disparidades econômicas entre os países membros. Deste modo, por consequência dos inúmeros descompassos, os países latino-americanos têm buscado estratégias realistas baseadas no conceito de geometria variável¹⁶ - e na formulação de agendas não-conflitivas de integração (GADEA DUARTE, 2012).

Desse modo, este trabalho pretende analisar a sobreposição e, sobretudo, a contradição existentes entre dois modelos concomitantes (e concorrentes) de integração latino-americana: o da Comunidade Andina de Nações (CAN), formada em 1969, que atualmente encontra-se estagnada e fora do palco político; e o modelo da recém-formada Aliança do Pacífico (AP), cuja criação ocorreu em 2011, aos moldes do aprofundamento do livre comércio entre os países membros segundo um modelo neoliberalista¹⁷.

Os embaraços existentes entre a CAN e a AP, cujos modelos de integração objetivam fins e meios bastante divergentes, se devem pelo fato de que tanto a Colômbia quanto o Peru se encontram associados a ambos os blocos, gerando fricção e incertezas perante os países vizinhos. Tal imbróglio tem sido objeto de intenso debate, não somente em meio ao palco político interno dos dois países em questão, como também na América Latina como um todo,

¹⁵ Para teóricos do regionalismo, ver Menezes e Penna Filho (2006), e Briceño Ruiz (2013).

¹⁶ Conceito desenvolvido no âmbito do modelo de integração europeu, segundo o qual diferentes partes da União Europeia devem integrar-se em níveis e ritmos variados, de acordo com a situação política de cada país membro - individualmente. Visa garantir o alargamento e o aprofundamento da integração regional diante da oposição política.

¹⁷ Refere-se ao ressurgimento, a partir dos anos 1980, das ideias associadas ao liberalismo econômico do *laissez-faire*. Tais ideias incluem políticas de liberalização econômica extensas como privatização, austeridade fiscal, desregulamentação, expansão do livre comércio e corte de gastos governamentais - a fim de reforçar o papel do setor privado na economia e na sociedade.

especialmente nos demais países membros da CAN, e dentro da própria cúpula andina, passando-se a questionar sistematicamente se seu projeto de integração tem condições de seguir em frente.

Comunidade Andina de Nações

A Comunidade Andina de Nações, originalmente denominada como Pacto Andino, foi criada no dia 26 de maio de 1969, e sua primeira composição foi formada por Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru, sendo que a Venezuela foi incluída no ano de 1973, ocasião na qual a CAN passou a ter a sua maior extensão territorial. No entanto, houve dois afastamentos: 1) o Chile, sob o comando ditatorial do general Augusto Pinochet, deixa o bloco em 1976, alegando que o comércio intrabloco não era relevante o suficiente a ponto de justificar permanência do país. Todavia, há a possibilidade de que a saída tenha ocorrido por motivos políticos, uma vez que passados apenas três anos após o golpe militar que derrubou Salvador Allende do poder, o país vinha recebendo pesadas críticas vindas do exterior; 2) a Venezuela se retirou em 2006 diante das ações unilaterais de Colômbia e Peru, ao assinarem tratados de livre comércio com os Estados Unidos, fora do âmbito da organização, o que, segundo o então presidente Hugo Chávez, teria causado um dano irreparável às instituições andinas. Segundo Menezes e Penna Filho,

A formação do Pacto Andino é motivada por desentendimentos dentro da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). [...] Uma das razões para isso foi a reclamação das economias menores de que não teriam ganhos. Equador, Bolívia e Paraguai estavam nesse grupo. A ALALC fez concessões especiais a esses países, mas não foi suficiente. Depois de algum tempo, as economias médias, como Colômbia, Chile e Venezuela, também passaram a reclamar que a integração beneficiava os “três grandes”, ou seja, Argentina, Brasil e México, que estavam em um processo de industrialização maior e onde, por motivos vários, as multinacionais tinham mais interesses em investir do que nas economias menores ou médias da região. [...] Os governos andinos decidiram então criar uma integração sub-regional¹⁸. (MENEZES; PENNA FILHO, 2006, p. 66-67)

O Acordo de Cartagena, cuja assinatura marca a criação do bloco, previa a liberação comercial, a coordenação na política de desenvolvimento industrial, o tratamento especial para as multinacionais, o programa unificado para importações, a criação de uma corporação de fomento, a atuação em conjunto na pesquisa científica e na educação, a criação de uma tarifa externa comum, a coordenação e harmonização de suas políticas econômicas e os investimentos em infraestrutura. Ou seja, não se limitava em apenas liberalizar as trocas comerciais entres os países membros, mas, ainda, criar as condições para uma integração mais

¹⁸ Para a criação de integrações sub-regionais, veja, por exemplo, Keller (2003), Briceño Ruiz (2013), e Menezes e Penna Filho (2006).

profunda e multidimensional, visando como objetivo máximo a liberalização dos fluxos de bens, serviços, capitais e pessoas sob a forma de um mercado comum andino bem estruturado. Propunha, ainda, buscar uma integração completa com os países da ALALC e de toda América Latina.

Todos os objetivos têm uma coisa em comum. Há um fator que deveria ser responsável por providenciar (ou pelo menos facilitar) para que estes fossem alcançados: a ideia da transferência de parte da soberania dos Estados membros a uma estrutura institucional de integração supranacional¹⁹. A ideia da soberania compartilhada foi o vetor que manteve a atenção durante boa parte das negociações da CAN. Curiosamente, tal característica pode ser considerada como uma das explicações para a perda de importância do bloco após a criação da AP em 2011, observando-se a relativa perda de interesse dos Estados membros da Colômbia e do Peru em ceder parte de suas soberanias nacionais em prol do prosseguimento do processo de integração.

Constata-se que após um período de euforia inicial em relação à integração do bloco, há o afastamento de Chile e Venezuela; a dificuldade de se alinhar as políticas econômicas dos países membros; e ainda a cisão interna em relação a diferentes perspectivas de regionalismo, a qual basicamente dividiu a CAN entre os pares Colômbia-Peru e Bolívia-Ecuador: o primeiro defendendo o modelo do regionalismo aberto, baseado na implementação de uma “[...] agenda de liberalización comercial, complementada con aspectos económicos, políticos y geopolíticos, orientado a insertar los procesos de integración en una economía global regulada por acuerdos bilaterales e interregionales y compromisos adquiridos con instituciones multilaterales.” (LEVI; REGGIARDO, 2016, p. 190); e o segundo, o modelo do regionalismo antissistêmico, caracterizado pelo anticapitalismo e anti-imperialismo. Isso acabou por levar as negociações a uma situação de marasmo (BRICEÑO RUIZ, 2013)²⁰.

Quintero (2014) vai além à busca dos motivos que explicam a perda de importância da CAN como foro político de integração e como meio de inserção internacional para os países membros. Ele explica que, além do abandono de Chávez ao projeto, o que já representa um sério golpe para a CAN, três fatos específicos comprovam o declínio da organização andina e seu gradual desmantelamento. Em primeiro lugar, a impossibilidade de estabelecer uma tarifa

¹⁹ Que é o que se observou, por exemplo, no modelo de integração da Comunidade Econômica Europeia e a criação da União Europeia em 1992, por meio do Tratado de Maastricht. Com o acordo, uma nova entidade política supranacional foi formada, cuja autoridade e poderes foram delegados pelos governos dos Estados membros.

²⁰ Ainda segundo Briceño Ruiz (2013), Chile e Venezuela se inserem na lógica dos modelos de regionalismos na América Latina, de maneira que o primeiro está relacionado ao regionalismo aberto, e o segundo ao regionalismo antissistêmico.

externa comum e, se quer, uma união aduaneira. Em segundo, a adoção pelo conselho de ministros da CAN da decisão 598 de 11 de setembro de 2004, sobre as relações com outros Estados, a qual criou um precedente para que os Estados membros pudessem negociar acordos econômicos de forma unilateral. De fato, Colômbia e Peru, se aproveitaram de tal pretexto para negociar tratados de livre comércio com os Estados Unidos e com a União Europeia, ocasionando descontentamento por parte da Venezuela e seu posterior afastamento do bloco em 2006. E, em terceiro lugar, a própria criação da AP, que gera uma crise institucional no bloco e em seu modelo de transferência de soberania e de supranacionalidade, que foi deixado para trás como um mecanismo para a integração e a internacionalização dos países da região, e demonstra que o modelo de integração europeu perdeu propagação na América Latina (QUINTERO, 2014).

Mesmo com o aparente desmonte da CAN, ela ainda constitui um importante ator em meio ao sistema internacional regional devido ao seu peso econômico no interior do continente sul-americano. Dados de 2010 indicam que o bloco andino ocupa 21,5% do território da América do Sul, com uma área superior a 3.800.000 km²; possui 25,5% da população, somando mais de 101 milhões de habitantes; e 14,6% do produto interno bruto do continente, com mais de 902 bilhões de dólares.

Aliança do Pacífico

A Aliança do Pacífico, formada a partir da iniciativa do ex-presidente peruano, Alan García, foi estabelecida em 28 de abril de 2011 e formalizada em 6 de junho de 2012 através da elaboração do Acordo Marco, que consiste num compromisso de integração econômica e comercial entre os quatro países fundadores: Chile, Colômbia, México e Peru. Além dos países membros, o bloco possui em sua composição 52 países observadores pertencentes aos cinco continentes, dentre os quais Panamá e Costa Rica estão em vias de se tornarem membros plenos.

Essa integração leva em conta a disposição geográfica dos países membros, todos com saída para o Oceano Pacífico; suas taxas de crescimento econômico; e a elevada quantidade de investimentos estrangeiros diretos que esses países vêm recebendo. Outros fatores que favorecem a aproximação desses países são os acordos de livre comércio firmados com os Estados Unidos, similares tratados feitos com a União Europeia e, especialmente, aqueles firmados com os países da Ásia, como a China, o Japão, os “tigres asiáticos” (Coréia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan) e os países membros da Associação dos Países do Sudeste

Asiático²¹ (ASEAN, na sigla em inglês), cuja ascensão e proeminência na economia mundial durante os últimos anos foram tamanhas que representam, hoje, as principais oportunidades de investimento e comércio.

Além dos objetivos citados a seguir, o bloco almeja construir e reforçar a fraca infraestrutura que os interliga, especialmente entre os três membros sul-americanos.

La Alianza del Pacífico tiene como objetivos los siguientes:

- a. construir, de manera participativa y consensuada, un área de integración profunda para avanzar progresivamente hacia la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas;
- b. impulsar un mayor crecimiento, desarrollo y competitividad de las economías de las Partes, con miras a lograr un mayor bienestar, la superación de la desigualdad socioeconómica y la inclusión social de sus habitantes; y
- c. convertirse en una plataforma de articulación política, de integración económica y comercial, y de proyección al mundo, con especial énfasis al Asia Pacífico. (ACUERDO MARCO, 2012, p. 4)

Dentre os objetivos da AP, o tópico A, que prega a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais, remete à ideia de implantação de tarifas externas comuns e formação de uma união aduaneira, almejando em longo prazo a constituição de um mercado comum - como forma de possibilitar que tais liberdades de fluxo sejam alcançadas. Entretanto, a Aliança não consiste em uma organização internacional *stricto sensu*, ou seja, não possui órgãos próprios que reproduzam uma supranacionalidade institucional, como a da CAN, necessária para levar o projeto do mercado comum adiante; sendo constituída apenas por um acordo econômico que estabelece uma zona de livre comércio, por mais que a vontade de promover uma integração profunda entre os países membros seja legítima.

De acordo com Gardini (2013), a organização econômica e comercial do Pacífico não possui uma personalidade jurídica, o que significa que nenhum acordo pode ser assinado pela Aliança em nome de seus membros. Dessa forma, os tratados devem ser conduzidos e firmados pelos próprios Estados, exigindo o exercício de uma forte coordenação de suas políticas. Assim, a criação de um mercado comum torna-se algo difícil, quase impossível de se concretizar. Além do mais, o próprio modelo de integração, sob a égide do regionalismo aberto²², complica essa criação, já que garante aos Estados a liberdade para que possam

²¹ Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia e Vietnã.

²² O modelo do regionalismo aberto surgiu durante os anos 1990 e seu principal expoente foi Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na sigla em inglês), assinado de 1994 por Canadá, Estados Unidos e México, numa atmosfera de livre comércio, com custo reduzido para trocas de mercadorias entre os três países. Curiosamente, no Chile há movimentos para que o país ingresse no bloco econômico norte-americano (Leitmann-Santa Cruz; Pastorino, 2000), o que reforça sua preferência pelo modelo de regionalismo aberto.

negociar acordos econômicos de forma unilateral, ao mesmo tempo em que impede que se alcance níveis mais profundos de integração.

Em 01 de maio de 2016, entrou em vigor o Protocolo Adicional do Acordo Marco, estabelecendo uma zona de livre comércio, no qual foram eliminadas tarifas de 92% dos produtos comercializados entre os países membros, sendo que os demais produtos teriam um prazo de três a sete anos para alcançarem a mesma condição. Alguns produtos, especialmente o açúcar, ficaram de fora do acordo. Além da redução de tarifas, a AP visa eliminar a necessidade de vistos para movimentação entre Estados membros, e já possui representações diplomáticas e escritórios de promoção comercial em alguns países do mundo.

Interessante ressaltar que Chile, Colômbia e Peru firmaram o acordo do Mercado Integrado Latino-Americano (MILA), unindo a Bolsa de Comércio de Santiago, a Bolsa de Valores de Colômbia e a Bolsa de Valores de Lima, que desde 2009 vêm criando um mercado regional para a negociação de títulos de renda entre os três países, iniciando suas operações em maio de 2011. Em junho de 2014, a Bolsa Mexicana de Valores foi incorporada ao MILA, marcando o aprofundamento da união dos Estados da AP e criando, dessa forma, a maior bolsa de valores de toda a América Latina. O MILA visa desenvolver o mercado de capitais através da integração dos quatro países, para dar aos investidores uma maior oferta de títulos, emissores e maiores fontes de financiamento.

Os quatro países que formam a AP representam aproximadamente 204 milhões de habitantes, número próximo ao da população brasileira, e possuem um PIB equivalente a 35% do total da América Latina. Somado a isso, suas exportações equivalem a 55% da América Latina, superando, nesse quesito, o MERCOSUL (bloco formado em 1991 por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela – esta última a partir de 2012, mas cuja associação está suspensa desde 2016).

Apesar desse fato, os países membros, ao buscarem uma maior projeção em direção à Ásia e o Pacífico, especialmente no âmbito de estabelecer relações mais estreitas com a China, devem atentar para que o aumento das exportações não leve a um efeito de reprimarização²³ de suas economias, já que as principais vendas de produtos feitas para o gigante asiático atualmente são compostas por *commodities*²⁴. Essa aproximação asiática é

²³ Refere-se ao processo ligado à desindustrialização da economia de um país, com diminuição das exportações de produtos industrializados e a concomitante valorização das exportações de produtos primários (ou *commodities*), sejam eles agrícolas ou minerais.

²⁴ Em economia, *commodity* é um bem ou serviço econômico que possui uma substancial fungibilidade, ou seja, não são diferenciados pelos mercados de acordo com quem os produziu ou sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e demanda internacionais. A maioria das *commodities* são matérias-primas, recursos básicos ou produtos agrícolas.

facilitada devido à participação do Chile, México e Peru no Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). Essa nova integração regional foi utilizada como uma forma de apoio ao Chile e ao Peru nas negociações da Parceria Transpacífico (TPP, em inglês), outro foro de fortalecimento dos vínculos com a Ásia.

Os diferentes eixos de integração econômica

Dentro de uma perspectiva econômica, o regionalismo na América Latina pode ser analisado com base em três eixos de integração: um eixo de integração aberta, que abrange grande parte dos países com território costeiro no Pacífico, como os pertencentes à AP; outro de integração revisionista, abrangendo países mais próximos ao oceano Atlântico, constituindo o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); e por último um eixo antissistêmico, com os países pertencentes à Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) (BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 12-18).

O eixo de integração que pode ser considerado como um meio-termo (ou talvez uma terceira via) em relação aos eixos de integração aberta e antissistêmico, é o denominado “revisionista”. Essa versão se configura como um modelo híbrido, pois em suas características apresenta qualidades tanto de um regionalismo aberto, como a ênfase inicial na abertura comercial, ao mesmo tempo em que procura estabelecer uma agenda mais profunda de integração, principalmente nos âmbitos político, social e cultural.

O exemplo mais claro de processo de integração que se aproxima do modelo revisionista é o MERCOSUL, uma vez que passadas as fases iniciais de um “viés comercialista”, com o estabelecimento de uma zona de livre comércio e a adoção de uma tarifa externa comum, o bloco do cone Sul passou a adotar a modalidade de “integração profunda”. Briceño Ruiz afirma que,

En sus inicios, el proceso tenía en esencia un contenido comercial en la estricta lógica de la apertura y el regionalismo abierto, cuya expresión era la constitución de una Área Sudamericana de Libre Comercio (ALCSA), resultado de la convergencia entre la Comunidad Andina (CAN) y el Mercosur. Sin embargo, luego surgieron propuestas más allá de lo comercial. En 2000 el objetivo de crear un ALCSA se sustituyó por la más ambiciosa meta de establecer una Comunidad Sudamericana de Naciones (CASA), que además de la convergencia comercial entre la CAN y el Mercosur, se proponía el desarrollo de la infraestructura regional sudamericana, la cooperación contra el crimen organizado, en particular el tráfico de drogas, y la consolidación de América del Sur como zona de paz. (BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 17)

Não é à toa que houve tal convergência entre o MERCOSUL e a CAN. Afinal, diante da perspectiva dos eixos de regionalismo na integração latino-americana, ambos seguem o

mesmo modelo revisionista. Assim, como vizinho do cone Sul, o bloco andino também incorporou peculiaridades de um regionalismo mais aberto em suas décadas iniciais. Foi só a partir dos anos 2000 que a CAN passa a adotar uma abordagem mais multissetorial na integração, buscando, por meio de estratégias como a adoção de uma agenda não-conflitiva de negociações e de táticas de geometria variável, um programa mais diversificado e profundo para integrar os países-membros; obtendo alguns avanços nas áreas social e política, assim como na já mencionada área da segurança.

Enquanto isso, o regionalismo proposto pela AP resgata o modelo do regionalismo aberto dos anos 1990, com maior ênfase nas relações econômicas, na promoção do livre comércio e na abertura dos mercados como bases essenciais para a integração, além de buscar o aumento do comércio intra e extrarregional, e de representar uma forma de inserção dos Estados membros na plataforma do multilateralismo²⁵.

Como já mencionado, essa forma de regionalismo pretende criar fluxos comerciais sem afetar (ou impedir) que os países negociem acordos econômicos de forma unilateral, fora do bloco regional. Esse modelo pode dificultar o aprofundamento de instituições de integração e cooperação, ou seja, torna-se um obstáculo para a formação de um mercado comum. Dessa forma “a capacidade de oferta, desenvolvimento tecnológico e logístico pode se tornar limitações para sua inserção em fluxos internacionais de comércio, investimento e tecnologia” (ROMERO, 2014, p. 92).

Essa retomada da integração aberta faz clara oposição à ALBA, CELAC e UNASUL, “[...] regionalismo post-hegemônico, en el cual se propone realizar una ruptura con el discurso hegemónico durante la década de 1990, que asociaba el regionalismo a los procesos de globalización bajo inspiración de las ideas neoliberales” (RIGIROZZI *apud* BRICEÑO RUIZ, 2013, p. 11). Esses blocos recém-formados dão maior destaque a uma integração política, e buscam distanciar-se e emancipar-se dos Estados Unidos e do Consenso de Washington²⁶.

A UNASUL, um dos exemplos dessa iniciativa, tem o Brasil como principal ator, devido às proporções do país, e teve grande apoio venezuelano em sua constituição, unindo,

²⁵ Nas relações internacionais, o multilateralismo se refere a uma aliança de múltiplos países que perseguem livremente um mesmo objetivo em comum ou de coordenar suas políticas nacionais. Às vezes é relacionado ao conceito de governança internacional (global). Contrapõe-se ao bilateralismo.

²⁶ O Consenso de Washington é uma série de recomendações em matéria de política econômica, feitas a países em desenvolvimento em estado de crise financeira, por instituições financeiras internacionais baseadas em Washington D.C., Estados Unidos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, além do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Todas as recomendações compartilhavam a visão neoliberal de política econômica de que a livre operação dos mercados e a redução do envolvimento do Estado na economia eram fatores cruciais para o desenvolvimento desses países. O termo foi usado pela primeira vez em 1989.

de certa maneira, dois eixos de integração propostos por Briceño Ruiz. Através da UNASUL, o Brasil almejou, até meados de 2015, consolidar sua posição de líder da América do Sul, considerando que já possui tal liderança no MERCOSUL, apesar da instabilidade de assumir completamente tal posição. No entanto, o interesse brasileiro pela UNASUL diminuiu consideravelmente após os acontecimentos políticos verificados no país durante o governo de Michel Temer, havendo a preferência pela via da aproximação entre MERCOSUL e AP.

Dentre as diversas formas de integração na América Latina, o MERCOSUL é o bloco que apresenta maior concorrência com a AP, pois busca o regionalismo profundo, com objetivo de formar um mercado comum; possui uma agenda política e social comum; e possui uma dimensão econômica similar. Desse modo, a AP interfere nos interesses brasileiros. A participação do México, outra potência latino-americana, transcende e impacta o discurso brasileiro utilizado na UNASUL - que diferencia e separa fortemente a América do Sul da América Latina. Ambos os blocos, com grande protagonismo brasileiro, se encontram com dificuldades em exercerem suas funções, e se defrontam com um novo desafio - conforme a AP se consolida.

CAN e AP: sobreposição e contraposição

Afinal, por que se deve considerar a CAN como parte do regionalismo atual, quando para muitos meios políticos, acadêmicos e jornalísticos se trata de uma estrutura esgotada no tempo, sem capacidade de levar adiante seu projeto de integração supranacional? A compatibilidade da AP com a CAN representa um problema especial, pela possibilidade de colisão entre suas normas jurídicas concorrentes. A zona de livre comércio criada com os instrumentos constitutivos da CAN é, na verdade, o acordo que definitivamente efetivou a participação da Colômbia e do Peru na AP posteriormente, tendo estas participações sido inclusive reconhecidas pelo bloco Pacífico, constando no preâmbulo do Protocolo Adicional do Acordo Marco (2015, p. 12): “Considerar la condición de Miembros de la Comunidad Andina de la República de Colombia y de la República del Perú, y los compromisos que de dicha calidad se derivan entre estos Estados”. Além disso, no tratado constitutivo da AP, o Acordo Marco, além de haver referências ao sistema jurídico da CAN, é estabelecido um sistema para solução de possíveis controvérsias que poderiam surgir com a aplicação simultânea das normas dos dois blocos (QUINTERO, 2014).

No entanto, apesar das inúmeras perspectivas de que a CAN estaria com os dias contados, é possível que, futuramente, o relacionamento entre os dois modelos de integração

seja marcado por maior complementariedade e sobreposição do que se projeta atual e principalmente na mídia, mas também na academia²⁷. A respeito disso, Levi e Reggiardo afirmam que:

Desde esta visión, la CAN sirve como base y articula la acción de la AP en la región andina, que además vincula de forma directa – por la misma estructura de la zona de libre comercio – a los Países Miembros (Ecuador y Bolivia), incluso si tienen diferentes orientaciones a nivel político y económico sobre la inserción en el comercio internacional [...] Si bien la CAN es una base real de integración comercial para Colombia y Perú que facilita su participación en el contexto de la AP, su inexistencia habría forzado la negociación de un TLC [(tratado de libre comercio)] entre los dos países para que pudieran formar parte del bloque Pacífico. En ese sentido, la flexibilidad del esquema andino en materia comercial facilita la múltiple pertenencia de sus Países Miembros en diferentes estructuras, sin que dejen de pertenecer al bloque y aplicar sus regulaciones, en un ejercicio particular de economía de procedimientos de la integración de diferentes esquemas regionales. (LEVI, REGGIARDO, 2016, p. 194)

Desta forma, o arranjo estabelecido se define pela manutenção do comércio sub-regional na região andina por meio dos mecanismos já bem estabelecidos pela CAN, cuja flexibilidade neste campo facilita que Colômbia e Peru possam manter sua adesão tanto ao pacto andino, sem que deixem de pertencer ao bloco e aplicar suas regulações, quanto ao pacto da AP, à qual fica reservada a função de servir de plataforma de projeção internacional, com ênfase especial para os mercados da região da Ásia-Pacífico. Em relação a Equador e Bolívia, países membros apenas da CAN, é possível que venham a se beneficiar indiretamente dos avanços alcançados no âmbito da AP, graças à interdependência estabelecida entre estes e seus vizinhos através da zona de livre comércio andina, gerando cadeias de valores regionais e esquemas de divisão do trabalho que, certamente, influenciarão positivamente nas economias nacionais desses países.

Se os países membros da CAN persistirem no modelo de integração acordado em 1969 em Cartagena, sem que, para isso, tenham que bater de frente com as quadro normativo instaurado com a formação da AP, terão que fazê-lo da maneira mais pragmática possível. Agir pragmaticamente nesse contexto significa fazer uso, ainda maior, das estratégias de negociação não-conflitivas e de geometria variável importadas do modelo de integração europeu, e que estão sendo desenvolvidas desde o início dos anos 2000 pelos negociadores da CAN. Isto é, deve-se 1) procurar alargar a integração para as mais diferentes esferas (educação, política externa, saúde, segurança, cultura, infraestrutura etc.), aumentando o número de comissões intergovernamentais, as quais devem fomentar a integração onde for possível; e 2) aprofundar a integração onde ela já está ocorrendo, compelindo as partes a

²⁷ Para análises sobre o possível desmonte final da CAN, ver Quintero (2014) e El Comercio (2014).

aplicar as medidas anteriormente acordadas. Tudo isso aplicando ritmos diferenciados de esforço de integração, a fim de superar as adversidades políticas e jurídicas pelas quais a CAN passa pela primeira vez em suas décadas de trajetória histórica.

Considerações Finais

Tendo em vista os modelos de integração de ambos os blocos, é perceptível o grande contraste existente entre eles, o que tem gerado o questionamento sobre a possibilidade de a Colômbia e o Peru criarem alguma forma de manter a associação concomitante, na AP e na CAN, obtendo os benefícios que tanto uma quanto a outra ofereceriam.

De acordo com María Rosa Morán (2013), os dois blocos podem conviver entre si, por considerar que eles ocupam espaços diferentes, dessa forma, um não eliminaria o outro. Apesar das dificuldades que a CAN vem enfrentando, especialmente políticas, após a saída da Venezuela; a cisão interna entre países membros que defendem o regionalismo aberto (Colômbia e Peru) e membros que defendem o regionalismo antissistêmico (Bolívia e Equador); e o anúncio de fechamento do Parlamento Andino em 2013, o bloco ainda possui uma característica considerada importante e central para qualquer processo de integração: a estrutura orgânica e os órgãos oficiais que contribuem para a consolidação de tal processo, mesmo que se encontrem paralisadas ou com dificuldades de ação - por conta da crise do modelo de cessão de soberania e de supranacionalidade da CAN. Esses argumentos tomam, em contrapartida, a “informalidade” da AP, que, até então, não possui nada parecido. Apesar disso, a Aliança é constituída por países que possuem economias similares, e demonstra grande potencial para obtenção de desenvolvimento e bons resultados econômicos, mesmo com a necessidade de melhorar alguns aspectos, como infraestrutura e capital humano, para alcançar seu objetivo.

Continuando nessa lógica de coexistência, outro argumento é a ideia de que a Aliança seria apenas uma forma de estreitar os laços econômicos com países asiáticos, em especial, com a China. Parte da fala do presidente chileno Sebastián Piñera em 2012, ao dizer que com a AP “não se pretende rivalizar com outro tipo de acordos e alianças que existem na América Latina, [sendo] simplesmente uma maneira de avançar mais rápido e [de] chegar mais longe em nossa integração e em nossa projeção para a Ásia-Pacífico” (SARAIVA, 2012, p. 8); contribui para sustentar a ideia de coexistência.

Por outro lado, os países membros da CAN vêm enfrentando grandes dificuldades para garantir o cumprimento da tarifa externa comum, e até para liberalizar totalmente o comércio

intrabloco, apesar da instituição de uma zona de livre comércio. Diversos produtos não têm podido entrar em outros países do bloco, muitas vezes por não cumprirem os regulamentos técnicos, ou seja, isso demonstra uma falha na tentativa de integração andina, já que os países recorrem facilmente a medidas protecionistas. Além disso, como argumentado pela redação do *site* de notícias peruano El Comercio (2014), o foco dos atritos dos países pertencentes à CAN encontra-se, antes, na forma com que cada membro busca o seu desenvolvimento interno - utilizando o bloco de maneiras distintas, como meio para tal fim.

Dessa forma, a CAN tem dado pouca ênfase ao mercado mundial, fato oposto à AP. Esse seria um dos motivos que teria levado a Colômbia e o Peru a buscarem unilateralmente acordos de livre comércio com os Estados Unidos, baseados na permissão que lhes foi dada com a Decisão 598 do conselho de ministros do bloco, o que posteriormente ocasionou a saída da Venezuela do grupo. A essa separação em 2006 seguiu-se o surgimento de novos blocos de integração, por um lado a UNASUL e a ALBA, e, por outro lado, a AP.

Esses problemas recorrentes sobre a forma de desenvolvimento e a tentativa de formação de uma união aduaneira na CAN dificultam que a Colômbia e o Peru mantenham fortes interesses em ambos os blocos. A AP, ao mostrar-se mais atrativa e eficiente para esses dois países, cria obstáculos para que a CAN se estabilize e volte a apresentar avanços, já que haverá cada vez mais diferenças entre as partes Colômbia-Peru e Bolívia-Ecuador, devido a questões econômicas e modelos de integração. Inclusive, pode-se especular que, se a CAN se tornar cada vez menos relevante para os países membros, ficará “arquivada”, enquanto outros acordos terão prioridade. Dessa forma, a coexistência entre a CAN e a Aliança mostra-se algo desafiador, mas não impossível de se concretizar, restando somente resistir às críticas e às dificuldades e forçar a integração onde ela for passível de expansão e aprofundamento, ou como afirma López Bustillo *apud* Gadea Duarte (2012, p. 159), “se acordó que la agenda de la integración andina debía ser integral, contemplando temas políticos, sociales, ambientales y comerciales. [...] Con base en dichos acuerdos, la integración andina en la actualidad [debe] se hace[r] más holística”.

Deve-se ter em consideração que ambas as formas de integração tratadas evidenciam as diferenças entre os Estados, em como conduzem suas economias, suas políticas externas e internas e seus processos de integração, criando uma miscelânea de blocos regionais²⁸. Em momentos de crises econômicas e políticas, as divergências na condução da tomada de decisão de cada Estado e governo são expostas, o que tem causado paralisações nos novos

²⁸ Para sobreposição de blocos regionais, ver Menezes; Penna Filho (2006) e Briceño Ruiz (2013).

blocos regionais, especialmente nos que buscavam um maior aprofundamento político e social, como a UNASUL, a CAN, e até mesmo o MERCOSUL. Assim, além da tendência de posicionamento político de alguns países, como os pertencentes à AP, a possibilidade de retomada de uma integração mais econômica e neoliberal tem surgido. Mas a única coisa que se pode dar como certa neste confuso amálgama de diferentes blocos de integração concorrentes, além da persistência dos regionalismos latino e sul-americano na mesa de negociações dos países da região (sendo de seu interesse legítimo prosseguir com o processo), é a fragmentação desses sub-regionalismos em diferentes eixos de integração, o que demonstra a heterogeneidade política pela qual a América Latina têm passado nos últimos 25 anos (BRICEÑO RUIZ, 2013).

Referências bibliográficas

ALIANZA DEL PACÍFICO. **Acuerdo Marco**. Documentos. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/documentos/>. Acesso em: 15 de Março de 2018.

ALIANZA DEL PACÍFICO. **Protocolo Adicional**. Disponível em: <https://tinyurl.com/y8p26k6x>. Acesso em: 15 de Março de 2018.

BRICEÑO-RUIZ, J. Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. **Estudios Internacionales**, v. 175, p. 9-39, 2013.

CRUZ, J. L.; PASTORINO, R. **Accession of Chile to NAFTA: Benefits for Chile and the United States**. Institute for Agriculture and Trade Policy, [S.I.], 14 maio 2000. Disponível em: <https://tinyurl.com/ybf2l495>. Acesso em: 30 de Abril de 2018.

GADEA DUARTE, R. S. Oportunidades y Desafíos de la Integración Sudamericana: Una Perspectiva Andina. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **A América do Sul e a integração regional**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FUNAG, p. 157-190, 2012.

GARDINI, G. L. The added value of the Pacific Alliance and ‘modula regionalism’ in Latin America. **LSE, International Affairs**, 25 jun 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/y7vbo27h>. Acesso em: 16 de Março de 2018.

KELLER, R. Building “Nuestra América”: National Sovereignty and Regional Integration in the Americas. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 2, p. 537-564, 2013.

LEVI, M.; REGGIARDO, G. La Alianza del Pacífico en el regionalismo sudamericano actual. **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 106, p. 187-204, 2016.

MELLO, P. C. Renúncia de chefe expõe situação de penúria na Unasul. **Folha de São Paulo**, 2 ago 2018, Mundo. Disponível em: <https://tinyurl.com/y9dkm9qg>. Acesso em: 2 de Agosto de 2018.

MENEZES, A. M.; PENNA FILHO, P. **Integração regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus, p. 47-127, 2006.

MERCADO INTEGRADO LATINOAMERICANO. **Reseña Historica**. Disponível em: <http://www.mercadomila.com/home/resena>. Acesso em: 19 de Março de 2018.

QUINTERO, M. A. A. **La Alianza del Pacífico y el ocaso de la Comunidad Andina; hacia una nueva configuración interregional en Latinoamérica**. Março de 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6wjxfm5>. Acesso em: 20 de Março de 2018.

REDACCIÓN EC. ¿Llegó el momento de la separación de la Comunidad Andina?. **El Comercio**, 20 abr 2014, Mundo. Disponível em: <https://tinyurl.com/yct8sxmw>. Acesso em: 21 de Março de 2018

ROMERO, A. M. S. A Aliança do Pacífico: soberania nacional e estratégica de integração na América Latina?. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 89-98, 2014.

SARAIVA, A. O. A Aliança do Pacífico no contexto de integração regional na América Latina. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 7-9, 2012.

ENSAIO ACERCA DA ASCENSÃO E QUEDA DA VISÃO ORTODOXA DE CIÊNCIA: A QUESTÃO DOS JUÍZOS SINTÉTICOS *A PRIORI*²⁹

Pedro Casalotti Farhat³⁰

Resumo: Pretende-se, partindo de alguns filósofos que trabalham com o que hoje concebemos como filosofia da ciência, estabelecer um entendimento sobre a noção kantiana de sintético a priori e os desenvolvimentos dela em três momentos: (1) como fundamentação e justificação da matemática pura do século XVIII e da física newtoniana em Kant; (2) através da crítica sobre essa fundamentação, explicitando o projeto logicista-indutivista de Frege e Russell; e (3) concebendo a posição de Popper com relação ao a priori como estrutura prévia do conhecimento: hipóteses que podem ser experimentadas e testadas, de maneira que as teorias científicas sejam falseáveis.

Palavras-chave: filosofia da ciência, a priori, logicismo, falsificacionismo.

Abstract: It is intended, starting from some philosophers who work with what we now conceive as philosophy of science, to establish an understanding of the Kantian notion of synthetic a priori and its developments in three moments: (1) as grounding and justification of eighteenth century's pure mathematics and Newtonian physics in Kant; (2) through the critique of this justification, explaining Frege and Russell's logic-inductivist project; and (3) conceiving Popper's position in relation to a priori as the prior structure of knowledge: hypotheses that can be experimented and tested so that scientific theories can be falsifiable.

Keywords: philosophy of science, a priori, logicism, falsificationism.

²⁹ Agradeço ao Prof. Renato Kinouchi pelas orientações e aulas que possibilitaram este ensaio, como resultado de sua disciplina “Filosofia da ciência: em torno à concepção ortodoxa” em 2018, no âmbito do Bacharelado em Ciências e Humanidades e do Bacharelado em Filosofia da UFABC.

³⁰ Universidade Federal do ABC. E-mail: pedro.farhat@aluno.ufabc.edu.br

Introdução

No presente trabalho, trataremos da ascensão e queda da assim chamada “visão ortodoxa da ciência” de uma perspectiva específica, a saber, do ponto de vista do abandono a concepção de conhecimento, enunciada desde Immanuel Kant, como juízos sintéticos *a priori*. A formulação do problema, no entanto, remonta a David Hume e sua investigação sobre “a natureza dessa evidência que nos dá garantias quanto a qualquer existência real de coisas e qualquer questão de fato, para além do testemunho presente de nossos sentidos ou dos registros de nossa memória.” (HUME, 2004, p. 54).

Assim, partiremos da questão sobre a possibilidade de um conhecimento para além de qualquer experiência, de modo que fosse possível prever com certeza *a priori* os fenômenos do mundo. Como se sabe, a resposta de Hume (2004) é negativa, apelando para o princípio de *hábito*, que pressupõe uma regularidade da natureza e a repetição dos fenômenos. Para o empirista britânico, somente fazemos tais previsões por meio de uma pressuposição da repetição da natureza, mas jamais podemos ter um conhecimento certo e seguro que o sol nascerá amanhã antes dele nascer efetivamente.

Partirei dessas investigações modernas, que são representadas e marcam a pergunta central da epistemologia kantiana – “Como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*?” (B 19)³¹ –, para somente então mostrar a tentativa tanto de Johann Gottlob Frege quanto de Bertrand Russell de abandonar o quadro conceitual de Kant, tendo em vista todos os problemas acarretados pela possibilidade de um conhecimento sintético anterior à experiência com relação à matemática e à física. Depois, passarei a discutir o ponto de vista de Karl Popper, o qual nos mostra a queda desse projeto, que atravessa o Empirismo Lógico, claramente inspirado pela negação humeana do sintético *a priori* e de todo auxílio metafísico que a ciência possa utilizar.

Nesse processo, portanto, tentarei expor como se dá a ascensão e queda da visão ortodoxa na filosofia da ciência por meio da evolução do conceito de sintético *a priori*, que após ser estabelecido, logo é negado para depois ser reposicionado em um lugar mais “adequado” e que não acabaria por gerar avanços “metafísicos” e ilusórios. Para isso, dividi o texto em três partes, as quais correspondem a cada um dos movimentos: Kant trata do estabelecimento da ciência e da matemática como tendo juízos sintéticos *a priori*; Frege e

³¹ Como de costume na referência às obras de Kant (cf. por exemplo Klein, 2012, p. 6), obedecemos a paginação das edições originais para citação da Crítica da razão pura: A ou B, sendo A para a primeira edição (1781) e B para a segunda edição (1787), seguidas das respectivas paginações originais. A edição base em português foi a de Fernando Costa Mattos, mas não deixamos de consultar a edição alemã da Academia de Berlim. Ambas essas edições contêm as duas versões originais da obra, que divergem parcialmente entre si.

Russell negam a natureza sintética da matemática e da física, abandonando o sintético *a priori*; e Popper e o sintético *a priori* como estrutura do conhecimento humano, atualizando a concepção kantiana original.

Kant e o sintético *a priori*

Kant tem, como ponto de partida de sua filosofia, a esperança de conceber a metafísica (especialmente a de Christian Wolff) como uma ciência ou, caso não fosse possível, atender ao imperativo de rejeitá-la completamente. Visto isto, – e acrescido o fato de Kant ter sido acordado de seu “sono dogmático” (KANT, 1988, p. 17) pela leitura de Hume – podemos ter certeza de que o projeto de sua epistemologia está ligado a dois pontos: uma preocupação metafísica/ontológica com o conhecimento nos sistemas racionalistas anteriores e uma preocupação epistemológica com as ciências puras, tomadas como paradigmas de uma ciência verdadeira.

Na *Crítica da razão pura* podemos encontrar essas preocupações espelhadas em diversas estruturas, tanto na forma quanto no conteúdo da obra, em especial na noção de que a Analítica Transcendental, uma “mera analítica do entendimento puro”, é o que resta da ontologia (a *metaphysica generalis* da metafísica tradicional) (B 303). Para isso, também chegamos rapidamente na concepção de que a Dialética Transcendental é a crítica da *metaphysica specialis*, que trata dos objetos específicos da metafísica tradicional (alma, mundo e Deus)³². Por este caminho, quero chegar ao seguinte ponto: a preocupação de Kant é desvelar a verdadeira face da metafísica tradicional, isto é, se ela é ou não efetivamente um conhecimento, ou melhor, uma ciência. Kant nos diz ainda no início da *Crítica*:

Ouvem-se muitas queixas sobre a superficialidade do modo de pensar de nossa época e o declínio da ciência rigorosa. Eu não creio, porém, que aquelas que têm seu fundamento bem estabelecido, como a matemática, a ciência da natureza etc, mereçam sequer minimamente essa acusação; elas antes afirmam a velha reputação de profundidade e, no caso da última, chegam até a superá-la. Esse mesmo espírito poderia provar-se real também em outros tipos de conhecimento, desde que se cuidasse primeiramente de retificar os seus princípios (A XI).

A metafísica, ofendida e sob suspeita perante o público, estaria agora, perante o tribunal da razão, no momento da retificação de seus princípios, possibilitando seu retorno como a “*rainha* de todas as ciências” (A VIII). Partindo da metafísica tradicional, essa retificação parece consistir na própria destruição da metafísica especial, que pretende tratar de “objetos” sem fenômenos empíricos. Esse movimento acaba por transformar a ontologia,

³² Para um desenvolvimento detalhado do papel da metafísica na filosofia de Kant, cf. Trevisan, 2014.

como vimos, em uma mera analítica do entendimento puro. Assim, da concepção do estudo do ser enquanto ser passa-se ao estudo das condições de possibilidade do conhecimento, que perpassam não apenas o entendimento, mas a sensibilidade e a razão, segundo Kant. Não pretendo adentrar nos detalhes sobre estas faculdades humanas, mas basta para nós compreender que a revolução copernicana (B XVI) na teoria do conhecimento de Kant é exatamente isso: passamos das coisas que regulam o entendimento para o entendimento que regula as percepções humanas das coisas. Temos intuições dentro de condições empíricas específicas: o tempo e o espaço, que para Kant são formas puras da sensibilidade. As condições, no entanto, passam a ser conceituais quando tratamos dos conceitos do entendimento ou categorias, que informam a “matéria bruta” (B1) provinda da experiência.

Espero que tenha ficado claro que, para Kant, somente por meio de um escrutínio profundo das condições de conhecimento humanas poderemos chegar ao que seria o conhecimento verdadeiro das ciências. Para, além disso, no entanto, partindo do trecho citado (A XI), podemos ver que Kant preocupa-se com uma premissa anterior, uma premissa que trata das ciências puras, “paradigmas” do verdadeiro conhecimento de sua época: a geometria e matemática puras, bem como a física newtoniana. Kant considera, sem dúvida, que tais ciências puras são exemplos de áreas que apresentam juízos sintéticos *a priori*, ou seja, que nos garantem uma conexão necessariamente válida entre dois conceitos. Assim, o exemplo clássico³³ de “ $7+5=12$ ” seria o que Kant chama de uma proposição sintética *a priori* na matemática pura. A proposição “um corpo é pesado” também é uma proposição sintética, desta vez da física, tratando do conceito de “corpo”, ao qual adicionamos outro conceito — desta vez empírico — de “peso”.

A ligação entre o estatuto de verdade da ciência e os juízos sintéticos pode ficar mais óbvia quando lembramos que Kant diz: “*Os juízos de experiência são, enquanto tais, todos*

³³ Kant é claro: “A princípio se poderia pensar, de fato, que a proposição “ $7+5=12$ ” é uma proposição meramente analítica que se segue do conceito de uma soma de sete e cinco segundo o princípio de contradição. Se se observa mais de perto, porém, percebe-se que o conceito da soma de 7 e 5 não contém nada mais do que a unificação de ambos os números em um único, pela qual absolutamente não se pensa qual seria esse único número que reúne ambos. O conceito de doze não é de modo algum pensado quando eu simplesmente penso essa unificação de sete e cinco, e eu posso decompor o quanto quiser o meu conceito de tal soma que não encontrarei desse modo o conceito de doze. É preciso ir além desses conceitos e recorrer ao auxílio de uma intuição que corresponda a algum deles, como por exemplo, os seus cinco dedos ou (como Segner em sua aritmética) cinco pontos, e que assim acrescenta aos poucos, ao conceito de sete, as unidades de cinco dadas na intuição. Pois eu tomo primeiro o número 7 e, na medida em que recorro aos dedos de minha mão como intuição para o conceito de 5, faço com que as unidades, que antes tomava em conjunto para formar o número 5, sejam gradativamente acrescentadas, nessa minha imagem, ao número 7, e assim vejo surgir o número 12. Eu já havia pensado de fato, no conceito de uma soma $7+5$, que 5 deveria ser acrescentado a 7, mas não que esta soma fosse igual ao número 12.” (B 15-16)

eles sintéticos.” (B 11). A física, portanto, é lida como portadora de juízos sintéticos o tempo todo. É necessário, no entanto, ir às definições de Kant:

Em todos os juízos nos quais é pensada a relação entre um sujeito e um predicado (...), essa relação é possível de dois modos. Ou o predicado ‘B’ pertence ao sujeito ‘A’ como algo que já está contido (de modo oculto) neste conceito ‘A’; ou ‘B’ se localiza inteiramente fora do conceito ‘A’, mesmo estando em conexão com ele. No primeiro caso eu denomino o juízo *analítico*, no segundo *sintético*. Os juízos analíticos (afirmativos) são, portanto, aqueles em que a conexão do predicado com o sujeito é pensada por meio da identidade, e aqueles, ao contrário, em que essa conexão é pensada sem identidade, devem denominar-se juízos sintéticos (B 10).

A diferença, até agora relativamente simples, entre juízos analíticos e juízos sintéticos, nos é apresentada por meio da equivalência dos primeiros com o princípio da identidade (‘o que é, é’) e nos ajuda a compreender o exemplo do corpo extenso, que Kant utiliza para indicar o juízo analítico. O conceito de extensão já está implícito no conceito de corpo, e assim o juízo ‘todo corpo é extenso’ é uma simples revelação de algo já pressuposto ou uma tautologia, como Russell irá definir (1974, p. 170), na medida em que não adicionamos nada ao conceito inicial de corpo, apenas o descrevemos e explicitamos um dos conceitos que nele encontram-se implícitos. Assim, não é possível imaginarmos um corpo não extenso. Com relação aos juízos sintéticos, são equivalentes ao juízo de ligação, em que o verbo “ser” basta para ligarmos um conceito anterior com outro completamente diferente, resultando em um conceito que não estava presente antes. Um exemplo de juízo sintético seria ‘a caneta com que escrevo é azul’, em que surge um conceito novo de caneta azul, o qual não poderíamos ter encontrado antes nem no conceito de caneta nem no de azul, separados. Podemos concluir que os juízos analíticos são necessários, pois analisam e especificam os conceitos, enquanto os sintéticos seriam contingentes, dependendo de uma experiência para ligar os dois conceitos.³⁴

Dito isso, fica evidente que os juízos analíticos não precisam ser juízos de experiência e podemos proceder com eles *a priori*, antes mesmo de qualquer experimento envolvendo corpos e sua extensão, por exemplo. Kant nos diz, no entanto, que os juízos sintéticos *a priori*, que seriam dados antes da experiência possível e implicariam necessidade, são aqueles em que faltam exatamente o elemento de ligação empírica que os tornam contingentes. Kant defende, como já adiantei, que as demais ciências servem-se de juízos sintéticos *a priori*; mas como poderia ser isso possível para a metafísica, dado ela ser a ciência das ciências? Vamos ver o que Kant nos diz:

³⁴ Esta mesma noção será reafirmada explicitamente por Russell, de maneira a atrelar a necessidade ao *a priori* e ao analítico, uma combinação que no entanto servirá para indicar um fundamento puramente formal para a matemática e para as demais ciências.

No que diz respeito à primeira parte da metafísica [criticada na Analítica Transcendental], em que ela se ocupa de conceitos *a priori* para os quais podem ser dados na experiência os objetos correspondentes, essa tentativa é tão bem sucedida quanto poderíamos esperar e promete à metafísica o caminho seguro de uma ciência. Pois se pode perfeitamente esclarecer, a partir dessa mudança no modo de pensar, a possibilidade de um conhecimento *a priori*, e, o que é mais importante, fornecer suficientes provas às leis que, *a priori*, servem de fundamento à natureza enquanto conjunto completo de todos os objetos da experiência – duas coisas que eram impossíveis segundo o modo de proceder adotado até aqui. Dessa dedução da nossa faculdade de conhecer *a priori*, na primeira parte da metafísica, decorre, contudo um resultado perturbador e, a julgar pela aparência, extremamente negativo para o fim inteiro da mesma que constitui a sua segunda parte [criticada pela Dialética transcendental]; a saber, que nós não poderemos nunca, com essa faculdade, ultrapassar os limites da experiência possível, que é o que perfaz, no entanto, o interesse mais essencial dessa ciência (B XVIII - XIX).

Através desse raciocínio, Kant associa à sua concepção de ciência os juízos que, apesar de uma clara ligação estabelecida *a priori* — o que poderia nos levar a concluir que seriam analíticos — em verdade seriam sintéticos, isto é, dependeriam inteiramente de uma possível aplicação na intuição, a qual precisa, portanto, estar presente não como necessidade, mas como modo de ligar os conceitos, os sujeitos aos predicados. Tal noção é tratada tanto para a matemática pura, quanto para a física, concluindo que, se a metafísica for uma ciência, então ela deve conter tais juízos sintéticos *a priori*, com conceitos que têm funcionamento puro, sem qualquer interferência da experiência, mas que somente em sua ligação com ela adquirem sentido e realidade efetivos.

A pergunta, portanto, sobre como são possíveis juízos sintéticos *a priori*, reflete as seguintes perguntas: “*Como é possível a matemática pura? Como é possível a ciência pura da natureza?*” (B 20). É assim que se inicia a filosofia do conhecimento de Kant, da qual depende toda uma construção argumentativa, com base nas ciências de sua época, que culminará na noção de “transcendental” como o concernente às condições de possibilidade *a priori* do conhecimento (Cf. B 349 e seguintes). Não atentarei a esses desdobramentos e caminhos, pois são demasiado complicados e necessitam de muito mais do que um breve ensaio para explicitá-los. O importante, por ora, é essa noção de *a priori* como condição de possibilidade de aplicação na experiência, como a estrutura da consciência humana que nos permite conhecer o que aparece para nós e de onde se derivam, portanto quaisquer conhecimentos, baseados em juízos sintéticos *a priori*.

Frege e a matemática analítica

Johann Gottlob Frege, em seu texto sobre os fundamentos da aritmética, busca criticar a fundamentação psicológica da matemática, repelindo os “psicologismos” do século XIX, dos quais poderiam resultar, como ele mesmo indica princípios subjetivos e contingentes na base dos conhecimentos. Frege nos diz:

Se no fluxo constante de todas as coisas nada se mantivesse firme e eterno, o conhecimento do mundo deixaria de ser possível e tudo mergulharia em confusão. Imagina-se, pelo que parece, que os conceitos nascem na alma individual como as folhas nas árvores, e pretende-se ser possível conhecer sua essência por meio da investigação de sua gênese, que se procura explicar psicologicamente a partir da natureza da alma humana. Mas esta concepção lança tudo no subjetivo e, levada às últimas consequências, suprime a verdade (FREGE, 1974, p. 202).

Com isso, Frege busca um fundamento outro que não a psicologia ou a história dos conceitos para a matemática. Mas do que se trata esse fundamento? Seria esse fundamento empírico? Certamente não, visto o que ocorre na experiência ser contingente, não levando à necessidade que a aritmética exige de seus fundamentos. A lógica, segundo Frege, é a única maneira objetiva de fundamentar a matemática.

Tanto mais deve pois a matemática recusar qualquer subsídio por parte da psicologia, tanto menos pode renegar sua conexão íntima com a lógica. Na verdade, partilho a opinião daqueles que consideram impraticável uma separação precisa entre ambas. Deve-se ao menos conceder que toda investigação acerca da cogência de uma demonstração ou da legitimidade de uma definição deve ser lógica. Estas questões, porém, não podem de modo algum ser afastadas da matemática, pois apenas mediante sua resposta pode-se alcançar a necessária certeza (FREGE, 1974, p. 203).

Agora, trata-se de mostrar qual o sentido de lógica usado aqui por Frege para fundamentar a matemática, ou seja, se a lógica formal, como teoria normativa do raciocínio, pode garantir a fundamentação da matemática; ou se alguma outra “lógica” conseguiria contemplar o funcionamento intrincado entre os símbolos e os significados dos números. Trata-se de perguntar, portanto, no que consistem os números. Definido o que seria o símbolo de um número, por exemplo, “7”, isto é, a tarefa positiva de Frege, poderíamos ter um fundamento definitivo da aritmética. Como veremos mais à frente, Russell tomará a lógica, assim como Frege, na segunda concepção, ou seja, uma lógica simbólica (Cf. RUSSELL, 1974, p. 170).

Frege, ao tratar do rigor de uma demonstração, nos afirma sobre a necessidade de demonstrar mesmo aquelas afirmações mais simples e aceitas, delimitando precisamente cada conceito. Essa noção de análise lógica será amplamente desenvolvida pelos filósofos do chamado “Empirismo Lógico”, dos quais não tratarei diretamente aqui, mas indicarei aspectos tanto da filosofia de Frege quanto de Russell que estes seguem (Cf. MARICONDA, 1975).

Podemos passar agora ao que Frege considera sobre a necessidade da demonstração na fundamentação da aritmética:

Este caminho, seguido adiante, conduz ao conceito de número e às proposições mais simples válidas para os números inteiros positivos, o que constitui os fundamentos de toda a aritmética. De certas fórmulas numéricas como $5 + 7 = 12$ e leis como a da associatividade da adição são confirmadas de tantas maneiras pelas inúmeras aplicações que delas fazemos diariamente que pode parecer quase ridículo pretender pô-las em dúvida através da exigência de demonstração. Mas está fundado na essência da matemática, sempre que uma demonstração for possível, preferi-la a uma verificação por indução (FREGE, 1974, p. 205).

Assim, defendendo uma demonstração, por assim dizer, *a priori*, Frege diz que, mesmo sendo possível comprovar por meio da indução, isto é, da experiência, a verdade de certa proposição³⁵, devemos prosseguir sem este recurso, uma vez que ele apenas funda a matemática no contingente, caminho contrário ao que Frege busca.

Parece desproposital o exemplo de “ $5+7=12$ ”, dado por Frege, mas certamente trata-se de uma referência ao exemplo dado por Kant na introdução da *Crítica da razão pura*, como indicado acima. Tirando essa provável referência por si só e contextualizando-a, podemos entrever do que Frege precisa tratar: do problema do sintético *a priori*, isto é, mais especificamente, o problema da “filosofia da matemática” de Kant. Este argumenta como vimos, que as proposições como “ $5+7=12$ ” seriam sintéticas, na medida em que dois conceitos diferentes (5 e 7) são ligados um ao outro e de cada um separadamente não podemos encontrar o conceito resultante (12). Estas, no entanto, seriam também *a priori*, na medida em que concernem a estrutura de compreensão da realidade, dada anteriormente por nossas próprias formas puras da sensibilidade e conceitos puros do entendimento.

Para tentar cumprir com seu projeto de fundar a matemática e reduzi-la à lógica, Frege precisa negar o sentido de sintético *a priori* de Kant, pois seria inconcebível trazer à tona uma influência da analítica do conhecimento humano na fundamentação da aritmética (tarefa negativa de Frege). Por conta disso, o sintético *a priori* deve ser abandonado em nome de uma concepção verdadeiramente *a priori*. Os juízos analíticos – que tratam, segundo Kant, de explicações, não acrescentam “nada ao conceito do sujeito por meio do predicado, mas apenas o decompõem nos seus conceitos parciais, que já eram nele pensados” (B 11) – são exatamente o objetivo de Frege: demonstrar a aritmética como fundamentada na lógica significa considerá-la como analítica, isto é, *a priori*. No entanto, isto significa relegar à

³⁵ Kant parece alegar algo contrário no trecho reproduzido acima (B 15), mas na verdade Kant não está preocupado apenas com a fundamentação necessária da matemática, e sim com a da metafísica, por isso a matemática ser constituída de juízos sintéticos *a priori* é considerado como dado, um parâmetro.

matemática uma dedução completamente dada, somente esperando por ser demonstrada por meio de procedimentos lógicos e cálculos.

Frege concebe a matemática como parte da lógica em seu projeto *logicista*; para, além disso, considera a lógica dedutiva *a priori*, isto é, analítica; logo, fica evidente que só podemos concluir que a matemática seria analítica. O projeto logicista de Frege seria, no século XX, levado a cabo pelos filósofos do chamado “Círculo de Viena”, identificados com o movimento do Empirismo Lógico a que me referi anteriormente, os quais, no entanto falharam ao tentar unificar sob um único conjunto de princípios todas as ciências, tarefa também herdada de Russell, mas radicalizada (Cf. RUSSELL, 1974, p. 173-4). Desse movimento surge o que trataremos na próxima seção, com Karl Popper.

No entanto, antes de avançar, precisamos lembrar que Frege oferece diversas críticas à “filosofia da matemática” de Kant. A principal delas, como já anunciei, é sobre a possibilidade da matemática como uma ciência em que as proposições seriam sintéticas *a priori*. Gostaria de resumir, no entanto, os demais argumentos e considerar que deles não podemos retirar grandes contestações da teoria kantiana do sintético *a priori* sem aquela crítica principal. A negação dos números grandes como passíveis de intuição, a impossibilidade de a matemática conter, em sua fundamentação, infinitas proposições, bem como a noção de generalização, não parecem ser efetivas, deixando como principal crítica (e talvez a mais efetiva, do ponto de vista de Frege) a de que a matemática independe de nossas formas de intuição dos objetos (tempo e espaço). Isto significa, por fim, que a estrutura do conhecimento humano é, para Frege, a própria geometria, visto ser ela a nossa estrutura *a priori* de conhecimento independente do mundo:

As proposições de experiência valem para a realidade efetiva física ou psicológica, as verdades geométricas governam o domínio do intuível espacial, seja real ou produto da imaginação. Os delírios mais extravagantes, as invenções mais atrevidas das lendas e dos poetas, que fazem os animais falarem, as estrelas imobilizarem-se, as pedras transformarem-se em homens e os homens em árvores, e contam como sair de um pântano puxando os próprios cabelos, tudo isto, na medida em que permanece intuível, está preso aos axiomas da geometria. [...]. O fundamento da aritmética não é mais profundo que o de todo saber empírico, mais profundo mesmo que o da geometria? As verdades aritméticas governam o domínio do enumerável. Este é o mais inclusivo; pois não lhe pertence apenas o efetivamente real, não apenas o intuível, mas todo o pensável. Não deveriam portanto as leis dos números manter com as do pensamento a mais íntima das conexões? (FREGE, 1974, pp. 216-7).

Sendo ou não os objetos dados pela intuição, devemos atentar a diferença deste conceito entre Kant e Frege. Esta diferença conceitual, por sua vez, espelha uma diferença

ainda mais profunda entre estas duas filosofias, no que concerne a estrutura do conhecimento humano. O logicismo de Frege, compactuando com a noção de que a matemática deve ser analítica, promove uma expulsão dos “psicologismos” e das determinações empíricas sobre ela, levando a um rompimento com o que seria a filosofia da matemática de Kant. Desenvolverei esta diferença mais a frente, quando penso que ficará mais óbvia a discrepância entre os autores. Vamos às críticas de Frege.

Frege rompe, primeiramente, com a noção kantiana de que as proposições seriam sintéticas, pois “evidentes”:

Ora, é imediatamente evidente que $135664 + 37863 = 173527$? Não! E Kant invocou precisamente este fato em favor da natureza sintética destas proposições. Entretanto, ele testemunha antes contra sua indemonstrabilidade; pois como, senão mediante uma demonstração, poderiam ser reconhecidas, visto não serem imediatamente evidentes? Kant pretende recorrer à intuição de dedos ou pontos, no que se arrisca a permitir; contra sua opinião, que elas apareçam como empíricas; pois a intuição de 37863 dedos não é, de modo algum, pura. Também a expressão “intuição” não parece adequada, visto que já dez dedos, em virtude da disposição de uns em relação aos outros, podem ocasionar as mais diversas intuições (FREGE, 1974, pp. 208).

Ao alegar que somente por meio da demonstração matemática poderíamos provar que números grandes envolvidos em proposições e equações estão corretos, Frege parece esquecer que seria possível desmembrá-los em números pequenos, mas o interesse dele é ressaltar o caráter mais analítico da matemática. E podemos verificar que Kant mesmo pareceu indicar essa resposta:

A proposição aritmética é sempre sintética, portanto, e isso se torna cada vez mais claro quando operamos com números maiores, com relação aos quais é nítido que, independentemente de como viremos ou reviremos nossos conceitos, não poderíamos jamais, sem o auxílio da intuição, encontrar a soma pela mera decomposição desses conceitos (B 16).

Assim, em nome de um *a priori* que somente adquire sentido quando auxiliado pela intuição, Kant argumenta sobre a impossibilidade de somente pela análise conceitual ou pela “decomposição desses conceitos” chegarmos a um resultado final, executado somente pela síntese. É sutil a diferença entre os dois autores, mas Frege assume que Kant poderia assumir o sentido que ele próprio emprega aqui, apesar de sua diferenciação forte entre sintético e analítico:

Kant subestimou o valor dos juízos analíticos – como consequência de uma determinação demasiadamente estreita de seu conceito – embora pareça ter pressentido o conceito mais amplo aqui utilizado³⁶. Na base de sua definição,

³⁶ Frege insere uma nota aqui para dizer que Kant teria aludido a necessidade de supor um juízo sintético perante outro juízo sintético, pois deste derivamos o princípio de não contradição. Talvez este ponto possa

a divisão em juízos analíticos e sintéticos não é exaustiva. Ele pensa no caso do juízo afirmativo universal. Pode-se então falar de um conceito sujeito e perguntar se o conceito predicado está – conforme a definição – contido nele. Como fazê-lo, porém, quando o sujeito for um objeto singular? Quando tratar-se de um juízo existencial: Não se pode então absolutamente falar, neste sentido, de um conceito sujeito. Kant parece conceber o conceito determinado por características coordenadas; está é, contudo uma das maneiras menos fecundas de formar conceitos (FREGE, 1974, p. 271, §88).

Fica evidente aqui aquela diferença que indiquei acima sobre os dois autores: um deles trata de uma filosofia da aritmética que busca reduzi-la à lógica e o outro está em vias de construir uma estrutura do conhecimento humano ou uma semântica transcendental (LOPARIC, 2002). Não é fácil para Frege, assim, assumir o projeto sistemático de Kant, que incomoda muito ao tentar identificar os juízos matemáticos com os sintéticos *a priori*. Espero que, como se segue, fique clara também aquela diferença entre as noções de objeto a qual me referi acima.

Frege continua, ao tratar de nossas possibilidades nas determinações de conceitos, a defender a falta de uma “novidade” em proposições da matemática, culminando na seguinte crítica:

Estas consequências ampliam nosso conhecimento e dever-se-ia, segundo Kant, considerá-las como sintéticas; no entanto, podem ser demonstradas de maneira puramente lógica, sendo, pois analíticas. Estão de fato contidas nas definições, mas como a planta na semente, e não como a viga em uma casa. Frequentemente são necessárias várias definições para demonstrar uma proposição, que conseqüentemente não está contida em nenhuma particular, seguindo-se contudo todas em conjunto, de maneira puramente lógica (FREGE, 1974, p. 272, §88).

Podemos ver como a diferença, neste trecho, entre o sintético *a priori* de Kant e o analítico de Frege não é com relação ao seu estatuto de ampliação do conhecimento, mas sim com sua demonstrabilidade lógica, a qual é completamente atribuída por Frege, deixando de lado o sintético *a priori* e assumindo assim um analítico em “potencial”, no qual as noções da aritmética poderiam ser deduzidas logicamente. Isto ocorre também pelo fato de Kant assumir que os objetos nos são dados apenas pela intuição, enquanto Frege inclui dentre os objetos os próprios números, os quais não poderiam ser conceitos, para ele. Nisto está, portanto, o fecho da abóbada das diferenças nas considerações dos dois autores, que, no entanto, segundo o próprio Frege, ainda continuam, em grande parte, de acordo:

remontar ao princípio de determinação completa, do qual Kant trata na Dialética Transcendental, mas que me privo de tratar aqui diretamente, deixando apenas o indicativo de que se trata de considerar todos os predicados possíveis na determinação de uma proposição determinada, uma herança da metafísica que Kant utiliza apenas em um sentido “regulativo” (Cf. B 595 e seguintes).

A fim de não me expor a repreensões por lançar críticas mesquinhas contra um espírito que apenas podemos encarar com admiração e reconhecimento, creio dever salientar também nossa concordância, que prevalece amplamente. Para aludir aqui apenas ao mais imediato, vejo em Kant o grande mérito de ter feito a distinção entre juízos sintéticos e analíticos. Ao chamar as verdades geométricas de sintéticas e *a priori*, revelou sua verdadeira natureza. E vale repeti-lo ainda uma vez, por ser algo ainda frequentemente ignorado. Se Kant errou no que concerne à aritmética, isto não afeta essencialmente, creio eu, seu mérito. Importava-lhe a existência de juízos sintéticos *a priori*; que eles apareçam apenas na geometria, ou também na aritmética, é de menor importância (FREGE, 1974, p. 272, §89).

Frege apresenta uma espécie de defesa da filosofia de Kant, apesar de sua concessão em relação aos fundamentos da matemática pura, recorrendo às formas puras da geometria, para evitar que a força teórica das estruturas do conhecimento humano (atribuídas por Kant como espaço-temporais e conceituais) acabe. Isto reflete uma construção teórica que se tornou independente da necessidade de ligação com as ciências, algo que seguramente traça a separação entre filosofia e ciência, característica do pensamento ocidental desde Kant.

Russell e o projeto lógico sobre as ciências empíricas

No que se segue deste processo, a filosofia da ciência começa a desenrolar-se com Bertrand Russell na mesma direção de Frege, buscando um fundamento lógico para a matemática. Russell, ao tentar distinguir a matemática pura da física, nos apresenta o seguinte sobre os juízos sintéticos e os analíticos:

A distinção entre analítico e sintético é muito mais relevante para a diferença entre a matemática pura e a física. Tradicionalmente, uma proposição “analítica” era uma proposição cuja contradição era autocontraditória, ou, o que vem a ser a mesma coisa na lógica aristotélica, uma proposição que designa a um sujeito um predicado que era parte dele, por exemplo, “os cavalos brancos são cavalos”. Na prática, no entanto, uma proposição analítica era uma proposição cuja verdade podia ser conhecida por meio da lógica isoladamente. Este significado sobrevive e ainda é importante, embora não mais possamos usar a definição em termos de sujeito e predicado ou termos de lei de contradição (RUSSELL, 1974, p. 170).

Até aqui, Russell parece aderir ao que seria a noção kantiana de juízo analítico, assim como Frege, fazendo concessões (1) com relação a sua importância na distinção entre a física e a matemática e (2) com relação ao seu uso em relação aos termos “sujeito”, “predicado” ou à “lei de contradição”. Essas concessões, no entanto, são o início de uma divergência mais geral contra Kant, e obedece a mesma direção do que vimos antes:

Quando Kant argumentava que “ $7 + 5 = 12$ ” é sintética, estava usando a definição sujeito-predicado, como mostra seu argumento. Mas quando definimos uma proposição analítica como uma proposição que se pode

deduzir unicamente da lógica, então “ $7 + 5 = 12$ ” é analítica. Por outro lado, a proposição de que a soma dos ângulos de um triângulo é dois retos é sintética. Devemos nos perguntar, portanto: Qual é a qualidade comum das proposições que se podem deduzir das premissas da lógica? (RUSSELL, 1974, p. 170).

A resposta para essa pergunta, que concorda com Frege, é que as “proposições que fazem parte da lógica, ou que se podem provar pela lógica, são todas elas *tautologias*” (RUSSELL, 1974, p. 170), e, portanto a matemática poderia reduzir-se a lógica, caso suas proposições sejam tautológicas. Russell, portanto, além de romper completamente com a noção de juízo analítico de Kant, supondo-o como preso a relação sujeito-predicado e com relação a lei de contradição³⁷, acaba por reduzir as proposições da matemática as da lógica. Apesar disso, acompanha Frege em dizer que a geometria conteria juízos sintéticos, na medida em que precisamos utilizá-la para conhecimento do mundo (as formas ou estruturas do conhecimento empírico).

Para isso, Russell apela para a noção de uma lógica simbólica, na qual as variáveis adquirem os sentidos diversos, mas sem seus referentes ou significados, “*p* implica *q*” significa o mesmo que “não-*p* implica não-*q*”, pois “são simplesmente símbolos diferentes para uma proposição” (RUSSELL, 1974, p. 170). Russell nos mostra, assim, que as proposições tratam apenas de símbolos, com os quais não precisamos recorrer às intuições do mundo exterior e da experiência, apontando a consistência lógica de todas as proposições matemáticas.

Para além do analítico, no entanto, o sintético *a priori* de Kant é discutido por Russell tendo em vista o desenvolvimento das ciências na virada do século XIX para o XX, em especial a física da teoria da relatividade. Com essa nova forma de encarar o mundo, dada pela ciência, é evidente que poderíamos reavaliar os parâmetros de Kant, e é exatamente isto que Russell pretende:

A filosofia de Kant parte da questão: como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*? Ora, antes de mais nada devemos fazer uma distinção. Kant está preocupado com o *conhecimento*, não com a simples *crença*. Não existe nenhum problema filosófico no fato de que um homem pode ter uma *crença* que seja sintética e não esteja baseada na experiência – por exemplo, que desta vez o cavalo no qual ele jogou seu dinheiro vencerá. O problema filosófico origina-se somente se existe uma classe de crenças sintéticas *a priori* que sempre é verdadeira. Kant considerava que a proposições da matemática pura eram desta espécie; mas nisto foi desencaminhado pela opinião comum de seu tempo, com a consequência de que a geometria, embora uma ramo da matemática pura, dava informações acerca do espaço

³⁷ Como vimos, Russell parece ter razão neste ponto, mostrando que os pontos de divergência (1) e (2) confluem nesta direção e que Kant supunha realmente estas questões.

real. Devido a geometria não-euclidiana, particularmente como é aplicada na teoria da relatividade, devemos agora distinguir claramente entre a geometria aplicável ao espaço real, que é um estudo empírico que faz parte da física, e a geometria da matemática pura, que não dá nenhuma informação com relação ao espaço real. Consequentemente esse exemplo de conhecimento sintético *a priori*, no qual Kant confiava, não mais é útil. (RUSSELL, 1974, p. 172).

Essa crítica, eficiente do ponto de vista logicista, orienta-se no mesmo sentido do exposto acima com relação a Frege: uma redução da matemática à lógica. Adiciona-se a isto a “legitimação” da mudança paradigmática das ciências, que Frege não poderia levar em conta integralmente em seu escrito sobre os fundamentos da aritmética por este não ser seu intento e por ter sido escrito em 1884. Naturalmente, a redução lógica da matemática acaba por avançar na física “pura”, que Russell acabará por encontrar na relação entre a “indução empírica”, dependente da observação de fatos particulares, e as “leis empíricas”, demonstradas partindo daquela, logicamente. Assim, as proposições da matemática pura diferem-se das da física “devido a natureza de suas premissas e devido ao método pelo qual elas são inferidas dessas premissas” (RUSSELL, 1974, p. 174). Para finalizar esta seção, desejo apenas indicar o avanço das proposições analíticas sobre a física:

Numa ciência avançada como a física, a parte representada pela matemática pura consiste em ligar várias generalizações empíricas entre si, de tal modo que as mais gerais leis que as substituem estão baseadas num grande número de dados de fato (RUSSELL, 1974, p. 174).

Russell avança em direção de uma “unificação” das proposições da física e da matemática “puras” tomando como exemplo paradigmático a unificação “das leis de Kepler à lei de gravitação”, mostrando como cada “uma das três leis baseava-se num determinado conjunto de fatos; todos os três conjuntos formavam a base da lei de gravitação” (RUSSELL, 1974, p. 174). Essa lei mais geral, na sequência, pôde prever eventos que sustentaram sua “verdade” geral, garantindo certa prevalência nas ciências. Assim, conforme fomos avançando com uma teoria, da qual encontramos fatos que corroboram sua verdade, estes tornam-se premissas para a lei, mas quando consideramos a lei logicamente, muitos dos fatos decorrentes (como previsões tautológicas demonstráveis) são consequências dessa mesma lei, como no caso da previsão da lei da gravitação.

Este modelo de ciência, buscando suas raízes nos juízos analíticos da lógica, como já adiantou-se mais acima, será a base para o que o Empirismo Lógico tomará como projeto filosófico. No entanto, como veremos mesmo essa concepção russelliana já é suscetível ao ataque de pensadores como Karl Popper, o qual, como resultado do ambiente filosófico austríaco da primeira metade do século XX, acabaria por criticar o Empirismo Lógico e seu

projeto unificador sob a égide da indução, procurando mostrar a falha nesse projeto. Esse processo, como veremos, resulta também em um efeito no sintético *a priori*, tamanha a importância dessa noção para a filosofia da ciência.

Popper e o sintético *a priori* reposicionado

Karl Popper, como deve estar claro, é um crítico dessa noção de ciência apresentada desde Russell e que será radicalizada pelo projeto do Empirismo Lógico. A concepção ortodoxa de ciência que apresentam seus representantes do Círculo de Viena consiste, sob diversos aspectos, na recusa de um sintético *a priori* e na afirmação do analítico como meio de fundamentação não apenas da matemática e da física, mas de todas as ciências. O nome já nos deixa a dica: o “Empirismo” revela a preocupação com as evidências empíricas neutras, única fonte de conhecimento sintético (contingente); e o “Lógico” apresenta a noção de um fundamento analítico que ligue as regras gerais extraídas da experiência mediante o esclarecimento de conceitos, de forma que a lógica seria o meio de atingirmos juízos analíticos das ciências (necessários).

Esta dupla configuração, no entanto, parece absurda para Popper, por diversos motivos. Primeiro, a noção empírica é por si mesma completamente imbuída de hipóteses prévias, as quais nos garantem certa interpretação do mundo, uma expectativa sobre o que acontecerá.³⁸ A análise de Popper sobre a impossibilidade de a dinâmica newtoniana ter sido derivada da observação (POPPER, 2008, p. 212) nos mostra como Newton baseou-se em uma noção prévia da teoria da gravitação, utilizando-se das descobertas de Kepler³⁹ e outros para sua própria teoria. Esse procedimento desloca, no entanto, o *a priori* do meio analítico e transforma-o em sintético, algo que Kant entendeu e percorreu ao estabelecer que existiriam formas puras anteriores a própria experiência, as quais nos são ferramentas de compreensão do mundo. Popper afirma, com isso, o que se segue:

[...] Kant viu com perfeita clareza que a história da ciência tinha refutado o mito baconiano de que é necessário começar pela observação e dela derivar nossas teorias. Viu também claramente que por trás desse fato histórico havia um fato lógico – que havia razões lógicas para que isso não ocorresse na história da ciência: era logicamente impossível derivar teorias da observação (POPPER, 2008, p. 216).

Popper, querendo ou não, abre a possibilidade de “historicizar” as afirmações de Kant. Algo que, no entanto, o filósofo de *Königsberg* jamais admitiu, considerando o caráter

³⁸ Popper alega que Kant já havia indicado esta noção ao dizer que devemos impor leis à natureza, Cf. POPPER, 2008, p. 218.

³⁹ Como vimos, Russell já adiantou essa constatação, sendo Popper aquele que nos mostra o “passo a passo” desta necessidade.

universal de suas estruturas *a priori* voltadas ao conhecimento: as categorias do entendimento. Mas qual motivo faz Kant prender-se tanto na universalidade do *a priori*? Popper nos responde:

[...] Como disse, quase todos os filósofos e epistemologistas, até o nosso século [XX], estavam convencidos de que a teoria de Newton era *verdadeira* – e assim pensava Kant. Essa convicção era inescapável: ela tinha permitido as previsões mais exatas e espantosas, nenhuma das quais falhara. Só os ignorantes podiam ter dúvidas sobre sua veracidade (POPPER, 2008, p. 217).

É impossível recusar uma certa aproximação de Kant a teoria de Newton, considerando ter sido inconcebível a possibilidade de falsidade desta teoria, e conseqüentemente, da filosofia que toma como base essa mesma teoria: a epistemologia kantiana. Portanto, o sintético *a priori* de Kant, apesar de supor o universalismo da dinâmica newtoniana, nos permite repensar sua validade mediante o advento da teoria da relatividade, a qual Popper relaciona ao fim dessa crença profunda na ciência como “verdade”:

[...] Pela primeira vez em mais de 200 anos a teoria de Newton se tornou *problemática*. Durante esses dois séculos ela se havia transformado num *dogma* perigoso, quase estupefaciente. Não objeto aos que se opõem à teoria de Einstein com razões científicas. Contudo, mesmo os opositores de Einstein têm, como seus grandes admiradores, uma dívida de gratidão para com ele por nos ter libertado da crença paralisante na verdade incontestável da teoria de Newton. Graças a Einstein vemos hoje essa teoria como uma hipótese (ou um sistema de hipóteses) – possivelmente a mais esplêndida e mais importante na história da ciência, certamente uma espantosa aproximação da verdade (POPPER, 2008, p. 217).

Graças a Einstein, Popper também pôde voltar-se a uma noção nova de teoria científica (Cf. POPPER, 2008, pp. 63 ss.), recusando dois pontos essenciais para Russell e o Empirismo Lógico: a derivação de proposições universais (necessárias) das observações empíricas (contingentes) por meio da indução. A aparente verificabilidade das teorias, que são confirmadas ao prever um acontecimento e “aumentam” sua certeza conforme novas experiências confirmem seu *estatuto de verdade* cede lugar a uma outra formulação do critério científico, o qual Popper denominou “critério de demarcação”: o *falsificacionismo*.

No primeiro caso, da constatação de que (1) as proposições observacionais do conjunto K ocorreram no passado e (2) sua repetição é constante, passamos a prever que (3) elas novamente ocorrerão, adicionando uma proposição logicamente possível ao conjunto (proposição B). Esse processo, representando a indução, é logicamente possível e ocorre mediante a não contradição das proposições, mas não apresenta uma verdade certa.

Essa incerteza ocorre, pois a possibilidade lógica não é o mesmo que uma necessidade real. O conjunto de proposições observacionais K é um conjunto de proposições sintéticas,

isto é, contingentes, enquanto a proposição B é derivada destas mesmas como necessária, ou seja, analítica. Tal procedimento não pode fundamentar nosso “critério de demarcação” entre ciências e não-ciências, pois qualquer teoria poderia tirar da experiência, isto é, proposições empíricas, um fundamento de proposições universalmente válidas.

Analogamente, é impossível que encontremos na verificação de experiências compatíveis com a teoria uma nova força, da qual a teoria tira sua verdade analítica. Isto ocorre, pois é apenas mais uma proposição que adicionamos ao conjunto K, de modo que passamos de um número x de casos para $x+1$, o que não aumenta a verdade da teoria, mas apenas pode garantir sua testabilidade. No caso, Popper procurou encontrar um critério que servisse para esse “problema da demarcação”. A solução desse problema é a seguinte:

O critério da “refutabilidade” é a solução para o problema da demarcação, pois afirma que, para serem classificadas como científicas, as assertivas ou sistemas de assertivas devem ser capazes de entrar em conflito com observações possíveis ou concebíveis (POPPER, 2008, p. 68).

A possibilidade de refutação nos garante, com isso, que possamos provar o contrário de uma teoria que até agora mostrou-se correta em suas previsões, mas somente por meio de uma experiência possível que coloque em risco essa teoria podemos ter certeza de que sua cientificidade foi confirmada. Assim, tanto a indução (procedimento lógico), quanto o verificacionismo (procedimento empírico) do Empirismo Lógico não podem funcionar como critérios de demarcação. Mas o que isso significa para o problema dos sintéticos *a priori*? Significa que somente por meio de proposições sintéticas *a posteriori* não podemos derivar nenhuma proposição *a priori*. Esta noção, no entanto, não impede que tenhamos, como vimos, hipóteses, que nos garantam certa direção na transformação de observações empíricas em teorias possíveis de serem testadas e refutadas. O conjunto de proposições dessa teoria é sintético, pois depende da observação, mas pressupõe um outro conjunto de proposições, sintéticas também, mas desta vez *a priori*, que trabalham como aplicáveis às observações empíricas. Tal deslocamento conceitual é operado na interpretação da teoria de Kant dada por Popper, que garante certa possibilidade de a interpretação dada por nós (também por Newton) ser falsa, ou seja, a possibilidade de as proposições sintéticas *a priori* não serem confirmadas na experiência.

Essa formulação, portanto, acaba por selar o fim do sintético *a priori* universal, isto é, a-histórico ou livre. O erro de Kant, para Popper, foi ser “dogmático” com relação à ciência de sua época, um erro que, no entanto não poderia ser evitado. Outros pontos levantados pelo Empirismo Lógico que acabam por ser destruídos com esse procedimento apontado por Popper são tanto a unificação da ciência sob um mesmo método ou uma mesma noção, por

fim, naturalista, e a análise lógica da linguagem, ambos dependentes da indução e da analiticidade das proposições, de modo que poderíamos derivar e unificar todas as observações sob princípios e com isso esclarecer todos os conceitos.

Conclusão

Termino aqui o presente ensaio, esperando que possa ter ficado claro a mudança de perspectiva operante na transição da visão kantiana de ciência para a concepção ortodoxa de ciência. Isto, como vimos, funciona exemplificado na filosofia de Frege e Russell, em que os fundamentos, primeiro da aritmética e depois da física, acabam por tentar ser reunidos em proposições analíticas. Assim, também vimos que um conseqüente fim desta visão ortodoxa significa o reposicionamento, dado por Popper, para o conceito de sintético *a priori*, que é incorporado ao método científico hipotético-dedutivo de lançamento de hipóteses e teste destas por meio de experiências. A incorporação dada por Popper, no entanto, é ainda uma interpretação da teoria de Kant tendo em vista a sua mesma, o que pode gerar divergências interpretativas.

Assegurada a compreensão destes aspectos, vale ressaltar que o presente ensaio objetiva uma introdução ao desenvolvimento de uma noção: a de juízos sintéticos *a priori*, dando preferência apenas a uma visão acerca deste problema: a visão que surgiu junto da filosofia da ciência da natureza e da matemática. O mesmo problema, portanto, poderia ser tratado de outras perspectivas filosóficas, principalmente por sua abrangência desde Kant, tanto em sua interface com a metafísica e a ontologia, quanto com os desenvolvimentos ético-políticos na própria tradição kantiana.

Referências bibliográficas

FREGE, Johann Gottlob. **Os Fundamentos da Aritmética**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1974 (Coleção Os Pensadores).

HUME, D. **Investigações sobre o entendimento humano**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

KANT, Immanuel. **Gesammelte Schriften herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften**, anteriormente Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, 29 vols. Berlin: Walter de Gruyter, 1902-.

_____. **Crítica da razão pura**. Tradução: Fernando Costa Mattos. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

_____. **Prolegómenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. **Prolegómenos a toda metafísica futura que haya de poder presentarse como ciencia**. Tradução: Mario Caimi. Madrid: Istmo, 1999.

KLEIN, J. T. (Org.). **Comentários às obras de Kant: Crítica da Razão Pura**. Florianópolis: NEFIPO, 2012 (Nefiponline). Disponível em: <http://www.nefipo.ufsc.br/files/2012/11/comentarios1.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

LOPARIC, Z. **A Semântica Transcendental de Kant**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2002.

MARICONDA, P. R. (Org.). **Schlick/Carnap/Popper**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1975 (Coleção Os Pensadores).

POPPER, Karl. **Conjecturas e Refutações**. 5ª ed. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

RUSSELL, B. O que é uma ciência empírica?. Tradução: Pablo Rubén Mariconda. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1974 (Coleção Os Pensadores).

TREVISAN, D. K. Sentidos de metafísica na filosofia crítica de Kant. **Studia Kantiana**, n. 17, p. 104-125, 2014.

BIOECONOMIA E SUAS APLICAÇÕES

Rafael Gouveia Mejias⁴⁰

Resumo

Este artigo busca entender como surgiu a Bioeconomia e apresentar diferentes definições para o termo, identificando suas áreas de competência. A bibliografia consultada observa que a biotecnologia e a bioeconomia são, por muitas vezes, relacionadas. Ao longo do artigo são apresentados projetos que mostram como a bioeconomia pode ser posta em prática. Porém, foi observado que alguns desses projetos são utilizados como estratégia de *marketing*, não estando comprometidos com o real intuito da bioeconomia. Na conclusão foram apontadas algumas controvérsias com relação à bioeconomia, e apresentados projetos que realmente contribuem para um desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: sustentabilidade, economia, biotecnologia, bioeconomia.

Abstract

This article intends to understand how Bioeconomy emerged and also to present, by identifying its areas of competence, the different definitions for the term. The consulted references have observed that biotechnology and bioeconomy are often related. Throughout the article are presented projects that show how the bioeconomy can be put into practice. However, it was observed that some of these projects are used as a marketing strategy only, not being committed to the real purpose of the bioeconomy. At the conclusion were pointed out some controversies regarding the bioeconomy, and presented projects that really contribute to a sustainable development.

Keywords: sustainability, economy, biotechnology, bioeconomy.

⁴⁰ Universidade Federal do ABC. E-mail: rafa.mejiass@hotmail.com

Introdução

A partir do século XX as mudanças climáticas passaram a ser mais discutidas e notadas pelos pesquisadores, que começam a debater como viabilizar um desenvolvimento sustentável. As propostas para um desenvolvimento sustentável impactam diretamente na economia e nas mudanças de tecnologias utilizadas pelos países. Nesse sentido, foram desenvolvidas tecnologias alternativas para conseguir aumentar a produção e, ao mesmo tempo, mantendo a capacidade de produção sustentável, ou seja, conservando o meio ambiente e os recursos naturais para que as próximas gerações também possam deles usufruir. Nesse contexto, a bioeconomia surge como uma ciência transdisciplinar⁴¹ para auxiliar em tais questões.

Ainda que a bioeconomia seja uma ciência relativamente nova e não totalmente delineada, este trabalho tem como objetivo analisar a bioeconomia, sua origem e seu desenvolvimento. Através de algumas definições de bioeconomia, propostas por diferentes autores, e da análise de projetos com foco na bioeconomia, este artigo busca entender quais os avanços esta ciência já proporcionou - e quais podem ser as suas perspectivas futuras. De posse de tais informações, será apresentada uma breve reflexão sobre alguns pontos ainda controversos em relação ao tema.

Definições e surgimento da Bioeconomia

As mudanças climáticas começaram a ser mais discutidas a partir do século XX, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu diversos estudos relacionados ao tema, e propôs o termo “desenvolvimento sustentável”. O assunto apresentou tamanha relevância, que foi elaborado um relatório pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) contendo questões sociais, principalmente relacionadas aos fatores ambientais; tais informações foram colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa. No relatório, a comissão define: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (ONU, 1963). Desde então ocorreram outras conferências, em que o principal foco seria estabelecer acordos entre os países para realizar mudanças visando o desenvolvimento sustentável (BARBOSA, 2008, p. 4).

⁴¹ Uma ciência transdisciplinar é capaz de produzir uma interação entre disciplinas, relacionando várias disciplinas e promovendo sua interação, diferente de uma ciência interdisciplinar que apenas atinge duas disciplinas diferentes. (DICIO, 2018)

Propostas para um desenvolvimento sustentável impactam diretamente na economia e nas mudanças de tecnologias utilizadas pelos países. Nesse sentido, foram desenvolvidas tecnologias alternativas para conseguir aumentar a produção mantendo a capacidade de produção sustentável, ou seja, conservando o meio ambiente e os recursos naturais - para que as próximas gerações também possam deles usufruir. Para isso, deve-se considerar não só os recursos naturais, mas também o espaço socioambiental. Seria necessária uma maneira de continuar produzindo de modo que fosse possível conservar a diversidade biológica, gerar resíduos apenas na quantidade que o ecossistema pudesse assimilar ou reciclar, utilizar recursos naturais esgotáveis de uma forma que não exceda a capacidade de substituição do ambiente, e também diminuir a desigualdade social (MONTIBELLER, SOUZA, 2012, p. 23). Estas propostas têm como objetivos mudanças graduais, que são motivadas por fatores econômicos e políticos, buscando formas alternativas de energia e produtos obtidos a partir de organismos vivos (GRANDO, 2013). Tendo em vista as políticas dos países com foco nos assuntos mencionados, e até mesmo a realização de acordos globais tendo como tema central os impactos ambientais, os países começaram a buscar novas tecnologias para encontrar alternativas ao desenvolvimento econômico já estabelecido. A bioeconomia surge como uma ciência transdisciplinar para auxiliar em tais questões.

A Bioeconomia é uma ciência que busca o desenvolvimento econômico de forma sustentável, ou a forma mais sustentável/compatível possível com o crescimento econômico. Nicholas Georgescu-Roegen foi um dos primeiros a notar a relação entre a economia e a biologia; ele chamou a atenção para a insustentabilidade do crescimento, pois notou que os recursos naturais disponíveis para a exploração na Terra não seriam compatíveis com o padrão que estava se estabelecendo (GEORGESCU-ROEGEN, 1971, p. 57). Desde então, diversos pesquisadores sugerem qual seria a área de atuação da (e o que seria a) Bioeconomia. Em um relatório da *Harvard Business Review* Brasil há uma menção acerca da bioeconomia:

A bioeconomia surge como resultado de uma revolução de inovações aplicadas no campo das ciências biológicas. Está diretamente ligada à invenção, ao desenvolvimento e ao uso de produtos e processos biológicos nas áreas da saúde humana, da produtividade agrícola e da pecuária, bem como da biotecnologia. (HBR Brasil, 2013, p. 15)

Outra proposta para a definição da bioeconomia foi sugerida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), que entende a bioeconomia como:

(...) um mundo onde a biotecnologia contribui com parcela importante da produção econômica. Sua emergência está relacionada a princípios relativos ao desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ambiental, envolvendo

quatro elementos: biotecnologia, conhecimento, biomassa renovável e integração entre aplicações. (OECD, 2009)

Cada vez mais biotecnologia e bioeconomia estão sendo relacionadas por diversos autores. O uso do termo bioeconomia tem sido entendido por um vínculo mais estreito com os conhecimentos associados à biotecnologia, e com as suas diversas técnicas (JUMA, KONDE, 2001, p. 15). Segundo Assad, a biotecnologia:

refere-se a um conjunto amplo de tecnologias habilitadoras e potencializadoras envolvendo a utilização, alteração controlada e a otimização de organismos vivos ou suas partes funcionantes, células e moléculas para a geração de produtos, processos e serviços. Seus resultados são aplicáveis e utilizados por diversos setores, como saúde, agroindústria e meio ambiente, e envolvem várias áreas do conhecimento, [...] utilizando técnicas inovadoras e promovendo revoluções no tratamento de doenças, no uso de novos medicamentos para aplicação humana e animal, na multiplicação e reprodução de espécies vegetais e animais, no desenvolvimento e melhoria de alimentos, na utilização sustentável da biodiversidade, na recuperação e tratamento de resíduos, dentre outras áreas com potencial crescente de aplicação. (ASSAD, 2002)

Para Aragão (2003), a “biotecnologia é o uso de seres vivos e seus componentes na agricultura, alimentação e saúde, além do emprego na produção ou modificação de produtos em processos industriais”. Desta forma, pode-se perceber a tendência em unir a bioeconomia à biotecnologia, e em como elas convergem em diversos aspectos. A propósito, a biotecnologia pode ser utilizada como uma das principais ferramentas para avanços na Bioeconomia (ARAGÃO, 2003).

As pesquisas em biotecnologia têm avançado no mundo todo, porém, conforme avançam, encontram diversos problemas, em parte devido à falta de conhecimento e dos fatores limitadores – por exemplo, de até onde a biotecnologia poderia avançar. Os avanços da biotecnologia na década de 1990 influenciaram na realização da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Essa convenção originou um acordo internacional de direito ambiental, que foi assinado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992. O Conselho Administrativo da *United Nations Environmental Protection* (UNEP) estabeleceu um Grupo de Trabalho de especialistas em diversidade biológica, para promover a criação de uma convenção global sobre o tema. Esta convenção traz como objetivos: a conservação da diversidade biológica; a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado a estes recursos; e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, instituídos pelo Decreto Legislativo nº 2 de 2004). A CDB também tratou sobre a

biossegurança, pois, com o avanço das pesquisas nesta área, mostrou-se necessário estabelecer políticas de biossegurança⁴², para garantir a segurança alimentar e ambiental dos produtos geneticamente modificados. Os trabalhos originados dessa convenção incentivaram a elaboração do primeiro tratado internacional, o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, para tratar especificamente das questões de segurança ambiental e alimentar dos transgênicos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

No âmbito nacional, em 1994 o decreto legislativo N° 2 aprovou o texto da CDB, e em 2008 o Governo Federal lançou a Política de Desenvolvimento Produtivo – PND. Esta política coloca a biotecnologia como área estratégica para o desenvolvimento nacional. Do mesmo modo, o Decreto n.º 6.041 de 2007 instituiu a Política Nacional de Biotecnologia, visando criar condições e o ambiente adequado para a geração de inovações nesta área.

A bioeconomia ainda é uma ciência relativamente nova, e diversos pesquisadores sugerem definições e quais seriam as áreas correspondentes a esta ciência. Já a biotecnologia possui definições mais precisas, assim como suas áreas de atuação, sendo que, por vezes, se funde com os interesses da bioeconomia, de modo que alguns pesquisadores se refiram à biotecnologia como sendo um instrumento para aplicação da bioeconomia. Desta forma, percebe-se cada vez mais que as pesquisas relacionadas à biotecnologia e à bioeconomia estão avançando, fortalecendo ambas as áreas, que estão ganhando destaque em diversos países do mundo, e vão se tornando o foco de políticas públicas e pesquisas de diversos países.

Bioeconomia no Brasil

No Brasil (e no mundo) cada vez mais são incentivadas políticas para o desenvolvimento de pesquisas na área de bioeconomia. No Brasil, há a política da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), e, com relação a esta política, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou, em 2011, uma agenda para estimular a inovação no país, abordando principalmente os temas associados à biotecnologia e à biodiversidade. Em outubro de 2012 a CNI realizou, em parceria com a HBR Brasil, o “Fórum de Bioeconomia: Desenvolvendo uma Agenda para o Brasil”. O evento foi o primeiro debate internacional envolvendo várias áreas distintas sobre o assunto no país, mostrando a ambição da indústria brasileira para avançar nos aspectos econômico, social e ambiental do desenvolvimento da

⁴² Biossegurança é o conjunto de medidas voltadas para a prevenção, a minimização ou a eliminação de riscos inerentes às atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços, que podem comprometer a saúde do homem, dos animais, do meio ambiente ou a qualidade dos trabalhos desenvolvidos. (TEIXEIRA, VALE, 1998, p. 13)

bioeconomia no Brasil. Devido ao grande interesse dos pesquisadores, em 2013, a CNI e a HBR-Brasil promoveram o 2º Fórum, onde o desafio foi propor uma agenda de bioeconomia para o Brasil (CNI, 2013).

No ano seguinte, em outubro de 2014, foi realizado o 3º fórum de bioeconomia, que, por sua vez, teve como objetivo geral mapear o cenário da bioeconomia no Brasil, e identificar obstáculos e oportunidades para a consolidação do tema no país. O mapeamento foi realizado por meio de entrevistas, e contou com a participação de 160 pessoas, tanto os especialistas no assunto quanto aqueles que não detinham conhecimento específico sobre o tema. Nesta pesquisa, foi analisado o estágio de maturidade do país em relação ao entendimento e ao conhecimento sobre o que é, de fato, a bioeconomia, e avaliado o potencial de crescimento que o país possui nesta área. A pesquisa relatou que cerca de 50% dos participantes detém pouco ou nenhum conhecimento sobre a bioeconomia, e de como ela afeta e afetará, não só a economia, mas também o comportamento da sociedade quanto ao uso de recursos naturais, e ao consumo de seus derivados. Situação que sugere uma fragilidade do país, tendo em vista que grande parte dos entrevistados representam instituições diretamente inseridas em setores da cadeia de valor da bioeconomia, e onde a biotecnologia desempenha um papel crucial no negócio. Porém, aproximadamente 50% dos representantes de empresas afirmaram que aumentaram seus investimentos em bioeconomia nos últimos três anos, e o mesmo percentual afirmou acreditar que este investimento continuará crescendo nos próximos 3 anos, e o mesmo percentual afirma acreditar que este investimento continuará crescendo nos próximos três anos. Mais de 70 % dos entrevistados acreditava que o Brasil não estaria aproveitando seu potencial para o desenvolvimento da bioeconomia, e que as atuais linhas de apoio à pesquisa no Brasil não são suficientes para o mesmo. Com relação à competitividade do Brasil, 68% dos respondentes classificaram o país como pouco competitivo e com baixa maturidade nas áreas relacionadas, devido a diversos motivos, como, por exemplo, a baixa qualificação, a escassez de mão de obra, e a falta de segurança jurídica para o investimento em pesquisa e desenvolvimento (CNI, 2014).

Um dos programas existentes no Brasil que tem contribuído para o avanço das pesquisas na área de bioeconomia é o Programa de Subvenção Econômica à Inovação Nacional. Este programa tem como objetivo “apoiar por meio da concessão de recursos de subvenção econômica o desenvolvimento por empresas brasileiras de produtos, processos e serviços inovadores”, tendo sido fundamentado na Lei Nº 10.973/2004. No Amazonas, o programa de subvenção foi lançado com a denominação de Programa Amazonas de Apoio à

Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Micro e Pequenas Empresas, na Modalidade Subvenção Econômica – Pape Subvenção Finep Amazonas, liderado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam) (FINEP). No caso particular do estado do Amazonas, o objetivo estabelecido para o Programa é incentivar o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica, visando ao aumento da cultura de inovação e a competitividade das MPEs sediadas no Estado (ARAÚJO, 2011).

Nota-se como a bioeconomia e a biotecnologia têm avançado no Brasil, através da análise dos dados preliminares da pesquisa da *Food and Administration Organization of the United Nations* (FAO/UN), realizada em 2012. A pesquisa apontou que 82 % da soja, 68 % do algodão, 30 % do milho e 25 % da canola produzidas no planeta já envolviam biotecnologia no seu processo de produção. Com relação à geração de energia a partir de recursos renováveis existentes na natureza, os novos conhecimentos sobre a biossíntese⁴³ em leveduras e suas aplicações no campo dos biocombustíveis⁴⁴, as produções foram muito maiores do que se esperaria anos atrás. A produção de biocombustível (etanol e biodiesel) cresceu 5.200 % entre 2001 e 2002, o que demonstra como essa fonte de energia tornou-se relevante na sociedade. Dados de 2014 e 2015 mostram que esse mercado continua em evolução, alcançando 144,02 e 148,02 bilhões de litros, respectivamente (OECD, 2015).

Outro segmento que, podendo ser relacionado com a bioeconomia e o Brasil, tem mostrado resultados significativos é o controle biológico de plantações, com utilização direta de organismos vivos ou de substâncias obtidas a partir dos mesmos e bioinseticidas⁴⁵. O controle biológico de pragas, também chamado de manejo integrado de pragas (MIP), tem sido utilizado em plantações para controlar os insetos-praga nas culturas. Nesse processo, há a utilização de agentes naturais e do uso racional de defensivos agrícolas para o controle de pragas, sendo que tem como principais vantagens não deixar resíduo no ambiente - e não ser tóxico para os humanos (SIMONATO, 2014).

Assim, o Brasil mostra que possui vantagens comparativas e competitivas para avançar nas pesquisas relacionadas à bioeconomia, principalmente com relação à produção de biocombustíveis. O país possui culturas agrícolas de grande extensão, intensa radiação solar, água em abundância, ampla biodiversidade e diversidade de clima. Estes fatores auxiliam no desenvolvimento do Brasil nestas áreas, e também atrai a atenção de investidores estrangeiros

⁴³ Biossíntese é a formação de uma substância orgânica em um ser vivo. (DICIO, 2018)

⁴⁴ Biocombustível é o combustível fabricado a partir dos extratos retirados dos vegetais, óleos ou matéria orgânica. (DICIO, 2018)

⁴⁵ Bioinseticida é o produto desenvolvido a partir de organismos vivos e que não possuem substâncias químicas, não sendo ofensivo ao meio ambiente. (DICIO, 2018)

para a implementação de projetos inovadores, baseados em novas tecnologias, e visando o desenvolvimento de novos produtos (GRANDO, 2013).

Aplicações e perspectivas da Bioeconomia

Como citado anteriormente, o Brasil tem apresentado um grande potencial no controle biológico de plantações. Um exemplo de sucesso é o controle da principal praga da cana de açúcar, a broca da cana (*Diatraea saccharalis*). O controle dessa praga na cultura da cana de açúcar é realizado basicamente com agentes de controle biológico, um parasitoide larval e um parasitoide de ovos. O parasita *Trissolcus basal* é utilizado para o controle de percevejos fitófagos⁴⁶, e o *Baculovirus anticarsia* para o controle da lagarta da soja (*Anticarsia gemmatilis*) (SIMONATO, 2014, p. 70). O controle da lagarta da soja, realizado com o uso de *Baculovirus anticarsia*, foi desenvolvido e estimulado pela Embrapa. Na safra 1997/1998, esse vírus foi utilizado em 2 milhões de hectares de soja no Brasil, tornando-se o maior programa de controle biológico na ocasião (MOSCARDI ET AL., 2011). Desde então, esse vírus foi utilizado em mais de 10 milhões de hectares, proporcionando ao país uma economia estimada em US\$ 100 milhões em agrotóxicos, além dos benefícios ambientais proporcionados pela não aplicação de mais de 11 milhões de litros desses produtos (DIAS, 2017, p. 410).

Na geração de energia, o Brasil também aplica a biotecnologia, com a utilização dos biocombustíveis. O Brasil apresenta um crescimento continuado na obtenção de energia a partir da biomassa de cana-de-açúcar. Em 2010 foram gerados 10.141 GWh de energia a partir da biomassa de diversas origens. Em 2015 esse número aumenta para 22.572 GWh (116,75 % de aumento), sendo que 89 % desse total foram obtidos a partir da biomassa de cana de açúcar. Para analisar como esses números impactam de fato na economia do país, pode-se fazer algumas comparações. Esse volume de energia é suficiente para abastecer mais de 10 milhões de residências, além de proporcionar a redução de 8,6 milhões de toneladas em emissões de CO₂ na atmosfera, e evitar o uso de 14 % da água nos reservatórios das hidrelétricas. Com a busca mundial por tecnologias mais sustentáveis, esses produtos têm sido mais procurados, o que confere uma vantagem ao Brasil. O agronegócio relacionado aos biocombustíveis é um forte gerador de empregos e de renda no Brasil, desta forma, aumentar a sua produção ajudaria a desenvolver regiões (hoje com baixo índice de desenvolvimento), além de reduzir sua dependência do petróleo. Não seria possível aumentar apenas a renda da

⁴⁶ Fitófagos são animais que se nutrem de matérias vegetais. (FITÓFAGOS, 2018)

região, mas também a do país, pois poderia realizar a exportação do excedente da produção dos biocombustíveis e a negociação dos créditos de carbono (OLIVEIRA, 2015, p. 23).

O Brasil tem sido um dos principais atores com relação à agricultura, pois tem mostrado um grande avanço na condução de pesquisas transgênicas⁴⁷, isto devido ao suporte de instituições como a Embrapa e as Universidades Públicas. A soja se apresenta como produto principal para o Brasil neste quesito. Em 2005, no Brasil foi liberada a soja transgênica, e no mesmo ano foi criada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), através da Lei N° 11.105/2005, para fornecer apoio técnico consultivo ao governo federal no que diz respeito à Política Nacional de Segurança relacionada a organismos geneticamente modificados (OGMs). Em 2009, o Brasil tornou-se o segundo maior produtor a utilizar plantas geneticamente modificadas, atrás apenas dos Estados Unidos (CARRER, 2011). As técnicas de biotecnologia também podem ser utilizadas para melhorar a eficiência de micro-organismos que participam de atividades de biorremediação⁴⁸. Alguns micro-organismos já são utilizados para tratamento de águas e solos com resíduos, e para a recuperação de metais (como o de rejeitos rochosos nas atividades de mineração), pois as bactérias e fungos utilizados se alimentam de substâncias que estão nas rochas com minério (OECD, 2006).

A *Amyris Biotechnologies*, fundada em 2003 nos Estados Unidos, é uma empresa que tem avançado em pesquisas na área de biotecnologia (AMYRIS, 2010). Em 2005 a companhia recebeu uma doação de mais de US\$ 40 milhões da fundação Bill e Melinda Gates, para colaborar com pesquisas para a produção sintética de um princípio ativo de um medicamento utilizado para tratar pessoas infectadas pela malária, a artemisina. Este composto era originalmente extraído de uma planta (*Artemisia annua*), exigindo grande quantidade do vegetal e procedimentos de purificação delicados, o que tornava sua produção cara. Então, a companhia focou suas pesquisas em outras formas de produção de tal composto. Através do uso da engenharia genética e da biologia molecular, conseguiu utilizar a bactéria *Escherichia coli* como veículo de produção, sintetizando quimicamente o composto, diminuindo o custo de produção e tornando mais viável economicamente, além de minimizar o impacto ambiental. Em 2008 a companhia criou uma subsidiária no Brasil, a Amyris Brasil S.A, com a função de desenvolver processos em escala industrial para a produção e a

⁴⁷ Transgênico é qualquer organismo que, por transformação, teve sua constituição genética alterada pela introdução de gene(s) de um outro organismo. (KREUZER; MASSEY; 2001, p. 50)

⁴⁸ Biorremediação é a utilização de organismos vivos para recuperar áreas poluídas. (DICIO, 2018)

comercialização de bioprodutos, especialmente os relacionados com o diesel, devido ao grande potencial que identificou no Brasil (GRANDO, 2013).

Na área da biotecnologia industrial para a produção de biocombustíveis, a empresa Solazyme tem demonstrado grandes avanços. A Solazyme foi fundada em 2003 e possui sua sede na Califórnia, EUA. A empresa é pioneira no desenvolvimento de uma biotecnologia industrial para transformar açúcares em óleos renováveis, com a utilização de microalgas como catalisador. A Solazyme iniciou suas pesquisas com o objetivo de utilizar algas para produção de combustíveis, utilizando equipamentos específicos para que a alga pudesse realizar fotossíntese. Com o avanço das pesquisas, notaram que, com os processos utilizados até o momento, não seriam capazes de produzirem grandes volumes com as algas, portanto, adotaram novas estratégias - utilizando manipulação genética, com o auxílio da biologia molecular. Desta forma, conseguiram manipular as algas, de forma que passaram a produzir mais óleo e a realizar metabolismo heterotrófico⁴⁹. Com o avanço das pesquisas, a empresa foi recebendo mais investimentos, e, em 2008, lançou o Soladiesel, um biodiesel 100% renovável, que possui as mesmas características químicas do diesel convencional. (SOLAZYME, 2011).

Outro fator que gera bastante debate (em relação ao desenvolvimento sustentável) é a geração de resíduos e os seus descartes, sendo o setor madeireiro e o agrícola grandes geradores de resíduos. Os resíduos gerados nessas atividades apresentam dificuldade de transporte, acumulando matéria-prima sem valor que pode ocasionar problemas ambientais, como gases que contribuem para o aquecimento global. Um estudo de 2011 procurou apresentar a fibra de coco verde como alternativa na construção civil, minimizando os impactos dos resíduos de construções. Atualmente, o que é mais utilizado no mercado da construção civil são os painéis de cimento-madeira, e o estudo verificou que a fibra do coco verde poderia ser utilizada como alternativa, desde que tratada com algumas substâncias (água quente, NaOH e CaCl₂) que reduzem o efeito inibitório das fibras, para melhor adesão ao cimento (FERRAZ, 2011).

O coco verde também tem sido alvo de outras pesquisas, como o seu uso para substrato agrícola. O consumo de água de coco tem aumentado no Brasil, e o coco verde é um material de difícil decomposição, levando em torno de oito anos para se decompor. Dessa forma, a casca do coco verde pode ser processada e utilizada como matéria-prima para produção de substratos de boa qualidade, e, então, ser utilizada na produção de mudas ou em

⁴⁹ Organismos heterotróficos são aqueles que se alimentam de outros organismos ou de resíduos orgânicos produzidos por outros organismos. (HETEROTRÓFICOS, 2018)

cultivos sem o uso do solo. Desta forma, há a transformação de algo que era considerado lixo, em algo com valor, mostrando a importância econômica, social e ambiental que poderia ser agregada (CARRIJO, 2002, p. 533).

Pode-se notar que há diversas pesquisas realizadas nesta área, devido à grande importância dessa nova ciência, e que, nos últimos anos, as pesquisas relativas à bioeconomia aumentaram, principalmente quanto as que utilizam a biotecnologia. Mas, em um estudo realizado até 2006, a OECD (2009) mostra o número de pedidos de patentes biotecnológicas enviadas via Acordo Internacional de Patentes (*Patent Cooperation Treaty – PCT*), onde se pode notar que estas pesquisas não estão igualmente desenvolvidas no mundo. A maioria é originada nos Estados Unidos (41,5%), e o restante está distribuído entre União Europeia (27,4%), Japão (11,9%), BRICS⁵⁰ (4,0%) e outros países (15,1%), indicando que há um grande potencial a ser trabalhado pela maioria dos países (OECD, 2009).

Controvérsias na Bioeconomia

Há algumas políticas que têm como foco prever e minimizar esses impactos, desde que isso não atrapalhe significativamente o crescimento econômico do país. O “Princípio da Precaução” foi definido na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, reunida no Rio de Janeiro em 1992, em que se aprovou a “Declaração do Rio de Janeiro”, e tem sido amplamente discutido desde então. O Princípio 15 desta Declaração estabelece que o “Princípio da Precaução” deve ser amplamente observado pelos Estados, visando à proteção do meio ambiente. Segundo o mesmo princípio, deve-se agir quando houver ameaças de danos sérios e irreversíveis, ainda que haja incerteza sobre as evidências. A ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004).

Quando uma planta é geneticamente modificada, há a introdução de um novo DNA, que possui efeitos intencionais (por exemplo, conferir resistência a determinado herbicida), e efeitos não intencionais, que podem ser previsíveis ou não (mudanças morfológicas na planta, alteração da composição química, aumento da toxicidade da planta). Com relação a esses efeitos não intencionais, deve-se tomar mais cuidado, pois podem comprometer a saúde humana e a segurança ambiental. Introduzir plantas geneticamente modificadas em um ecossistema apresenta riscos potenciais do ponto de vista ecológico. Essa planta introduzida

⁵⁰ BRICS é o nome de um conjunto econômico de países considerados emergentes, formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. (REIS, Maria Edileuza Fontenele, 2012, p. 344)

pode originar novas plantas daninhas, amplificar os efeitos de plantas daninhas já existentes, causar danos à espécie não-alvo, alterar o fluxo gênico, desequilibrar o ecossistema e levar à perda de diversidade biológica. Esses fatos requerem atenção especial, principalmente de países como o Brasil, que possuem uma ampla biodiversidade (AMÂNCIO, 2010).

Apesar dos grandes avanços em relação à bioeconomia, principalmente quando relacionada com a biotecnologia e com as diversas políticas de biossegurança, ainda há pontos nessas pesquisas que não estão bem definidos. Tendo em vista que a bioeconomia visa a um desenvolvimento sustentável, buscando diminuir o impacto no ambiente, quando há a utilização de organismos geneticamente modificados muitos estudos não provam, a longo prazo, que aqueles organismos não causarão nenhum impacto no ambiente ou na saúde humana. As pesquisas realizadas com os organismos geneticamente modificados fazem uma previsão a curto e a médio prazos, sendo que, a longo prazo, há poucas pesquisas conclusivas. Desta forma, a utilização destes organismos, se não for muito bem regulamentada e vigiada, pode causar grandes impactos irreversíveis aos ecossistemas, à saúde animal e à saúde humana.

Como um desenvolvimento sustentável almeja também benefícios no âmbito social, as políticas focadas em bioeconomia devem promover a descentralização dos recursos humanos e financeiros. Quando os investimentos são realizados sempre nos mesmos locais, acabam favorecendo o desenvolvimento daquela região (em comparação com as outras), colaborando para a desigualdade social. Ou, então, há a exploração dos recursos naturais de uma região para a obtenção de matéria-prima que será enviada para outra região, e gerar riquezas lá, empobrecendo e degradando a região de origem da matéria-prima.

Conciliar desenvolvimento sustentável e expansão econômica é uma proposta bastante desafiadora. O sistema econômico vigente no mundo caracteriza-se, principalmente, pela acumulação de capital, tentando conciliar-se com discursos de conservação ambiental. Mas esse modelo econômico, ao mesmo tempo que propaga um discurso universal de defesa ao meio ambiente, estimula políticas de desregulamentação e o uso insustentável da natureza. Cavalcanti (2004) mostra como este discurso se torna incoerente com a Amazônia. Enquanto se afirma uma preocupação com a Amazônia, são cortadas as verbas destinadas à fiscalização ambiental, sendo que a falta de fiscalização ambiental gera enormes impactos ambientais e sociais.

Em grande parte das sociedades, industrializadas ou em processo de industrialização, considera-se que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é a melhor forma de

minimizar os problemas econômicos e sociais (MARTÍNEZ-ALIER, 1998). Porém, quanto maior o PIB de uma economia, em geral, maiores são suas taxas de exploração dos recursos naturais e maior é o esgotamento dos recursos não-renováveis, bem como maior a geração de resíduos e, conseqüentemente, o desperdício. No período de cinquenta anos após a Segunda Guerra Mundial, a população do Brasil praticamente triplicou e o PIB aumentou mais de 12 vezes. Mas tais avanços se deram paralelamente à extração de recursos minerais, aos desmatamentos maciços, às queimadas para formação de pastagens e, conseqüentemente, à perda da biodiversidade, entre outras práticas nocivas ao ambiente. O aumento expressivo do PIB não trouxe benefícios significativos para minimizar a desigualdade de renda; pelo contrário, aumentou para 21,5% a população situada abaixo da linha de pobreza nos anos 1990. Portanto, constata-se que o crescimento, ao se relacionar somente ao aspecto econômico, não promove o desenvolvimento econômico de toda a população, e, ainda menos, um desenvolvimento sustentável (MONTIBELLER; SOUZA, 2012).

A ONU retomou o debate das questões ambientais no início da década de 1980, e, então, instituiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para promover estudos relacionados ao assunto. Criada em 1983, a comissão teve como objetivo promover audiências em todo o mundo para debater o assunto, e divulgar o resultado formal das discussões. O resultado final foi o documento chamado *Nosso Futuro Comum*, ou Relatório Brundtland. O relatório Brundtland chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem a redução dos recursos naturais e sem danos ao meio ambiente. Além disso, definiu três princípios básicos a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social. O relatório ressaltou que a pobreza pode ser considerada como um problema ambiental, sendo fundamental abordá-la para promoção de uma efetiva sustentabilidade (BARBOSA, 2008).

Considerações finais

A Bioeconomia tem se mostrado uma ciência com amplo potencial, e vem ganhando destaque nas políticas públicas de vários países. A biotecnologia pode ser entendida como a ferramenta para colocar a bioeconomia em prática. As técnicas utilizadas em biotecnologia têm, em sua maioria, como objetivo aumentar a produção e aprimorar os processos, auxiliando em um desenvolvimento sustentável. Este artigo registrou uma série de estudos propondo produtos e novas estratégias relacionados à bioeconomia, sendo o Brasil um dos

países com maior potencial para desenvolver essa área. Porém, ainda seria necessário um incentivo extra do Estado para promover mudanças significativas.

Muitos países têm utilizado o desenvolvimento sustentável como um *slogan* político. A sustentabilidade tem como foco encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais eficaz economicamente e ecologicamente viável. Um desenvolvimento sustentável deveria gerar cidades produtoras com atividades que pudessem ser acessadas por todos, incorporando os elementos naturais e sociais. Porém, muitos países acabam tendo como foco principal o crescimento e não o desenvolvimento, ou até mesmo tratando erroneamente os dois com o mesmo significado. Dificilmente o crescimento proporcionará uma diminuição significativa na pobreza e na degradação ambiental. Diante disso, nota-se a necessidade de um desenvolvimento urbano sustentável, diferente do desenvolvimento atual, que é baseado no lucro e privilegia uma pequena parte da sociedade; onde aumentar o PIB não significa, necessariamente, o desenvolvimento do país.

Apesar de a bioeconomia demonstrar ser uma ciência fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a preservação dos recursos ambientais no mundo, ao longo deste artigo percebe-se que muitas pesquisas desenvolvidas na área da bioeconomia estão relacionadas, antes, com o crescimento econômico, e não com o desenvolvimento sustentável - ao qual a bioeconomia deve ser sempre relacionada. Deve-se, portanto, distinguir quais governos e empresas estão realmente incentivando a bioeconomia, com foco na preservação do planeta, daqueles que estão apenas utilizando o assunto como uma forma de *marketing*. São necessárias pesquisas e políticas públicas que tenham como real interesse a preservação da natureza, o respeito à identidade cultural de todos os povos (com diretrizes igualitárias), a redução dos desperdícios provocados pelos padrões de consumo dos povos mais ricos, e a diminuição da pobreza.

Referências Bibliográficas

AMÂNCIO, M. C.; CALDAS, R. A. Biotecnologia no contexto da Convenção de Diversidade Biológica: análise da implementação do Art. 10 deste Acordo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n. 22, p. 125-140, dez. 2010.

ARAGÃO, F. J. L. **Organismos transgênicos: explicando e discutindo a tecnologia**. Barueri-SP: Manole, 2003.

ARAÚJO FILHO, G.. **Iniciativas em bionegócios e o programa pappe-subvenção no estado do Amazonas**. 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycb4mhyw>. Acesso em: 23 de Março 2018.

ASSAD, A. L. D. (Coord.). **Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos – Definição de Metas**. Brasília, Secretaria de Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia do MCT, 2002. Disponível em: <https://tinyurl.com/ychn2ssl>. Acesso em: 23 de Março 2018.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 1, n. 4, Jan/Jun 2008.

BIOCOMBUSTÍVEL. DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/biocombustivel/>. Acesso em: 29 de setembro de 2018.

BIORREMEDIAÇÃO. DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/biorremediacao/>. Acesso em: 29 de Setembro de 2018.

BIOSSÍNTESE. DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/biossintese/>. Acesso em: 29 de Setembro de 2018.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 2, de 3 de Fevereiro de 2004**. Aprova o texto da Convenção da Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Brasília, DF, 3 de Fev. 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/y8n52cxh>. Acesso em: 20 de Março de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.041, de 8 de Fevereiro de 2007**. Política de Desenvolvimento da Biotecnologia. Brasília, DF, 8 de Fev. 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6whlgcr>. Acesso em: 20 de Março de 2018.

BRASIL. **Lei Nº. 10.973 de 2 de Dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <https://tinyurl.com/p8ykrf5>. Acesso em: 23 de Março de 2018.

BRASIL. **Lei Nº 11.105, de 24 de Março de 2005**. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal. Disponível em: <https://tinyurl.com/qhwgceb>. Acesso em: 20 de Março de 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Princípio da precaução**. 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/y8h9suqd>. Acesso em: 20 de Março de 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Protocolo de Cartagena, 2000**. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycoj6suk>. Acesso em: 20 de Março de 2018.

CARRER, H. *et al.* Biotecnologia na agricultura. **Estudos avançados**. v. 24, n. 70, out. 2011.

CARRIJO, O. A. *et al.* Fibra da casca do coco verde como substrato agrícola. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 20, n. 4, p. 533-535. Dezembro. 2002.

CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, p.149-156, jan./jun. 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) e HARVARD BUSINESS REVIEW-BRASIL (HBR-BR). **Bioeconomia – Uma Agenda para o Brasil**. 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) e HARVARD BUSINESS REVIEW-BRASIL (HBR-BR). **3º Fórum de Bioeconomia – Pesquisa sobre bioeconomia no Brasil**. Out.2014.

DIAS, R. F.; CARVALHO FILHO, C. A. A. Bioeconomia no Brasil e no mundo: panorama atual e perspectivas. **Revista virtual de química**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 410-430. jan./fev. 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE INOVAÇÃO E PESQUISA - FINEP. **Pappe integração**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ycx5cp3a>>. Acesso em: 23 de Março de 2018.

FERRAZ, J. M. **Produção e propriedades de painéis de fibra de coco verde (*Cocos nucifera L.*) em mistura com cimento Portland**. Dissertação de mestrado em ciências florestais. Departamento de engenharia florestal, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 89 p. 2011. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y6twbc63>>. Acesso em: 23 de Março de 2018.

FITÓFAGOS. DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fitofago/>. Acesso em: 29 de Setembro de 2018.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

GRANDO, R. L. **Startups e Modelos de Negócio em Bioeconomia: As Trajetórias de Amyris e Solazyme**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2013.

JUMA, C.; KONDE, V. **The New Bioeconomy - Industrial and Environmental Biotechnology in Developing Countries**. Genebra, United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 15-16. Nov. 2001.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.

MONTIBELLER, G.; SOUZA, G. C. Economia Ecológica e Sustentabilidade Socioambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 23, 2012.

MOSCARDI, F. *et al.* **Baculovirus pesticides: present state and future perspectives**. In: AHMAD *et al.* (Ed.). **Microbes and microbial technology agricultural and environmental applications**. London: Springer. p. 415-445, 2011.

OLIVEIRA, K. C. A Bioeconomia e os Biocombustíveis no cenário Brasileiro. **Revista iPecege**, v. 1, n. 2, p. 23-43, 2015.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD
Biotechnology Statistics. Paris. OCDE, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc977wez>.
Acesso em: 01 de Abril de 2018.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD.
OECD/Food and Agriculture Organization of the United Nations (2015), OECD-FAO
Agricultural Outlook 2015, OECD Publishing, Paris, 2015.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD.
The Bioeconomy to 2030: Designing a Policy Agenda. 2009. Disponível em:
<https://tinyurl.com/y8l687tk>. Acesso em: 23 de Março de 2018.

REIS, M. E. F. **BRICS: surgimento e evolução. In: Mesa redonda: o Brasil, os BRICS e a agenda internacional / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel.** - Brasília: FUNAG, 2012.

SIMONATO, J. *et al.* Controle biológico de insetos-praga na soja. **Embrapa Agropecuária Oeste**, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/y7awvxqp>. Acesso em: 23 de Março de 2018.

SOLAZYME. **Production of soladiesel from cellulosic feedstocks.** 2011. Disponível em:
<https://tinyurl.com/y9ofegxl>. Acesso em: 06 de Abril de 2018.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. **Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 1998.

TRANSDISCIPLINAR. DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018.
Disponível em: <https://www.dicio.com.br/transdisciplinar/> . Acesso em: 29 de Setembro de 2018.